



JESSIARA RIBEIRO GONÇALVES

LUCIANA SOARES DA SILVA

REPRESENTAÇÕES E RESISTÊNCIAS
DAS MULHERES
NEGRAS
NO DISCURSO LITERÁRIO





JESSIARA RIBEIRO GONÇALVES

LUCIANA SOARES DA SILVA

REPRESENTAÇÕES E RESISTÊNCIAS
DAS MULHERES
NEGRAS
NO DISCURSO LITERÁRIO



2025
SÃO PAULO

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

G643r

Gonçalves, Jessiara Ribeiro

Representações e resistências das mulheres negras no discurso literário / Jessiara Ribeiro Gonçalves, Luciana Soares da Silva. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-354-7

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-354-7

1. Mulheres negras. 2. Imaginários sociodiscursivos. 3. Análise do Discurso. 4. Discurso literário. 5. Literatura afro-brasileira. I. Gonçalves, Jessiara Ribeiro. II. Silva, Luciana Soares da. III. Título.

CDD: 808.5

Índice para catálogo sistemático:

I. Literatura afro-brasileira

II. Análise do Discurso

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 as autoras.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

[<https://creativecommons.org/licenses/>](https://creativecommons.org/licenses/).

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patrícia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patrícia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	pikisuperstar, irinshorme786 - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Museo, Field Gothic
Revisão	Edevana Vantroba
Autoras	Jessiara Ribeiro Gonçalves Luciana Soares da Silva

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 5

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alcidinei Dias Alves

Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza

Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos

Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Edson Vieira da Silva de Camargos

Logos University International, Estados Unidos

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehler Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelí Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal do Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas
Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



"A linguagem é também um lugar de luta. Eu sei disso porque sempre que as mulheres negras levantam suas vozes para falar, algo poderoso acontece."

Bell Hooks

AGRADECIMENTOS

Aos nossos familiares, por todo suporte e carinho que nos foi dado no decorrer do desenvolvimento das nossas pesquisas.

À Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras (FAELCH) e à Universidade Federal de Lavras (UFLA) pelo apoio financeiro para a publicação deste e-book.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pelo apoio financeiro no desenvolvimento da pesquisa de mestrado.

Àqueles que de alguma maneira contribuíram para a realização deste estudo.



SUMÁRIO

Prefácio13

Introdução15

CAPÍTULO 1

Compreendendo discursos:

dos imaginários sociodiscursivos ao discurso literário19

O discurso, o ato de linguagem
e os sujeitos da enunciação 20

A representação social
e os imaginários sociodiscursivos 35

O discurso literário..... 50

CAPÍTULO 2

Os imaginários sociodiscursivos

e os grupos sociais64

Raça, racismo e o imaginário
sobre a população negra 65

Os imaginários
sociodiscursivos e as mulheres..... 83

Os imaginários sociodiscursivos
e as mulheres negras..... 96

A população negra
e o discurso literário..... 114



CAPÍTULO 3

Olhos de Azeviche:

uma análise semiolinguística.....	119
As autoras	120
Eliana Alves Cruz.....	120
Elizandra Souza.....	121
Hildália Fernandes.....	122
O contrato de comunicação.....	123
Os imaginários sociodiscursivos no conto <i>Amnésia</i>	127
Os imaginários sociodiscursivos no conto <i>Muita trovoada é sinal de pouca chuva</i>	144
Os imaginários sociodiscursivos no conto <i>Transmutação</i>	156
Os imaginários sociodiscursivos nos contos analisados	166
Conclusão.....	167
Referências.....	169
Sobre as autoras.....	174
Índice remissivo.....	175



PREFÁCIO

Este trabalho nasceu das inquietações que me acompanham desde os primeiros momentos que me tornei leitora de obras da literatura afro-brasileira contemporânea. Lembro-me de ler esses livros e me perguntar por que as mulheres negras ali eram tão diferentes daquelas que me deparei em outras obras até aquele momento, me perguntava por que nos livros que estudei na escola elas pareciam tão diferentes e não encontrava as respostas.

Aos poucos entendi que meu pequeno repertório de uma recém ingressada no curso de Letras não me permitia chegar às respostas de que ansiava. Foi em busca de responder esses questionamentos que me aventurei no mundo das pesquisas acadêmicas e durante este percurso cheguei até a análise do discurso, mais precisamente aos imaginários sociodiscursivos.

As aulas de análise do discurso, literatura afro-brasileira e estudos de gênero foram marcos importantes. Foi nesses espaços que me deparei com questões sobre representações e imaginários sociais, algo que logo se tornou o fio condutor desta pesquisa que desenvolvi durante o meu mestrado, com orientação da Profa. Dra. Luciana Soares da Silva.

Cada leitura, discussão em sala de aula e nas reuniões de orientação expandiu meus horizontes, desafiando-me a refletir sobre como o discurso literário pode tanto reforçar quanto romper com os estereótipos historicamente atribuídos às mulheres negras. Além disso, adentrando nas pesquisas também entrei em um processo de autodescoberta e reflexão, me conectando com os textos, autores e autoras, e também com a minha própria identidade enquanto mulher negra e pesquisadora.

Vivemos em um país em que as mulheres negras, muitas vezes, são vistas através da lente do racismo estrutural. Esta pesquisa busca destacar as formas com que as representações dessas mulheres se constroem na sociedade e na literatura, mostrando também como antigas representações podem ser subvertidas, recriadas e transformadas.

Este e-book é, portanto, o reflexo de uma caminhada que não foi apenas acadêmica, mas também pessoal. A pesquisa, a escrita, as discussões, as orientações, tudo isso se entrelaçou com minha própria história e com o desejo de conhecer e contribuir para um debate mais amplo sobre as mulheres negras no Brasil. Ao compartilhar este trabalho, convido o leitor a refletir sobre as representações que consumimos e a considerar, com um olhar crítico, como podemos atuar para que novas histórias sejam contadas e novos imaginários sociodiscursivos criados.

Jessiara Ribeiro

INTRODUÇÃO

A história dos povos negros no Brasil começou no século XVI, quando estes foram sequestrados de seus países no continente africano para serem escravizados. Desde que chegaram a terras brasileiras, essas pessoas foram maltratadas, silenciadas e, principalmente, desumanizadas. Como parte do processo de escravização, não puderam utilizar as suas línguas, exercer seus cultos religiosos, permanecer junto dos seus, além de serem forçados a trabalhar e viver em condições subumanas.

Um novo modo de viver foi imposto baseado nas culturas e valores europeus. A única língua aceita era o português, o catolicismo foi exigido como única religião e quem detinha todo tipo de poder eram os europeus. Dentro dessa conjuntura, os povos negros tiveram que resistir para continuar vivendo nesse país que foi formado, em sua base, a partir de uma perspectiva patriarcal, racista e escravocrata.

O processo diaspórico, que ocorreu desde o início do sequestro de africanos, pode ser entendido como um movimento de retirada forçada de pessoas de sua terra natal para viver em outra, vai muito além de um simples deslocamento geográfico, pois “se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora” (Hall, 2003, p. 33).

A partir daí os povos negros foram transformados nesse Outro, e desde então, são marginalizados dentro da sociedade brasileira. As mulheres negras, por serem negras e mulheres, vivem em uma situação ainda mais à margem do que os homens negros no

Brasil. Elas se encontram em uma posição de dupla discriminação, pois, “o caráter duplo de sua condição biológica - racial e/ou sexual - as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente” (Gonzalez, 2020, p. 145).

Essa dupla discriminação, aparece refletida nos acontecimentos vistos muitas vezes como cotidianos em nossa sociedade. Não é raro que no Brasil, onde muitos ainda acreditem no mito da democracia racial, mulheres negras sejam vítimas de racismo em seu cotidiano, seja ele velado ou explícito, e isso seja visto como normal ou rapidamente caia no esquecimento.

Dentro desse panorama, dos discursos que circulam na sociedade emergem questões sobre gênero, raça e classe, uma vez que eles são forjados sócio-historicamente e, portanto, permitem que neles sejam materializados diversos conflitos sociais. Entre os diferentes tipos de discurso, tem-se como foco deste estudo, o literário, visto que as obras literárias, ainda que não sejam um reflexo do real, portam aspectos que se relacionam com a sociedade em que foram escritas e expõem seus conflitos históricos e sociais.

No que tange aos homens e mulheres negras, muitas vezes eles foram retratados a partir de olhares e estereótipos racistas, machistas e sexistas no discurso literário. De acordo com Domício Proença Filho¹ (2004) são muitos os estereótipos encontrados na literatura brasileira a respeito deles, pois muitas vezes eles aparecem como pervertidos, erotizados, vitimizados, escravos nobres/leais a branquitude, infantilizados etc.

Ainda que escritoras e escritores negros sempre tenham produzido literatura em nosso país (muitas vezes a partir de outras perspectivas), eles enfrentaram muitas dificuldades em relação ao acesso e/ou visibilidade para publicação de seus textos. Ademais,

1 Neste trabalho optamos pela escrita do nome completo dos autores e autoras quando estes são citados pela primeira vez a fim de melhor identificá-los.

eram muitas as condições sociais e econômicas impostas que prejudicavam a ascensão deles. Foram muitos os autores negros e negras que foram invisibilizados em nosso país. Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista negra brasileira; Maria Carolina de Jesus, que teve suas obras distribuídas em mais de quarenta países e ficou esquecida no Brasil por muitos anos, são apenas alguns exemplos.

Entretanto, quando pensamos no momento em que vivemos no Brasil e no discurso literário que por aqui circula, é possível perceber que obras pertencentes ao campo discursivo da Literatura Negra têm ganhado espaço e contribuído muito para que negros e negras sejam retratados para além dos aspectos racistas que eram apresentados no passado. As produções de autoria negra e que possuem como tema as vidas, as histórias, as culturas e os valores dos povos negros ganham destaque.

Foi diante de todo esse cenário de racialização, de construção do negro como o Outro, de discriminação a que as mulheres negras são sujeitadas no Brasil e de como esses aspectos constituem o discurso literário, que estabelecemos como tema de nosso estudo as representações das mulheres negras na literatura contemporânea. Optamos, assim, pela produção literária afro-brasileira por ela ter como foco a população negra, de autoria feminina, a fim de saber: como as mulheres negras aparecem representadas na escrita literária feita por elas? Como essa escrita se relaciona com a história da população negra no Brasil?

Para responder tais questões, estabelecemos como objetivos verificar como as mulheres negras são representadas no discurso literário afro-brasileiro e quais imaginários sociodiscursivos sobre a população negra são constituídos nesse discurso. Elegemos como *corpus* de análise o livro *Olhos de Azeviche* (Lima *et al.*, 2021) que é formado por vinte contos escritos por dez escritoras negras brasileiras. Devido à extensão da obra, foi necessária uma seleção de contos que tivessem como temática a vida de mulheres negras e que

retratasse temas que se relacionam com as condições sócio-históricas da população negra no Brasil. Desse modo, foram escolhidos três contos: *Amnésia*, de Eliana Alves Cruz; *Muita trovoada é sinal de pouca chuva*, de Elizandra Souza; e, por fim, *Transmutação*, de Hildália Fernandes. Por fim, utilizamos como aporte teórico a Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau, com foco no conceito de imaginários sociodiscursivos desenvolvido pelo autor. Além de nos apoiarmos nos estudos de outras áreas, como da Psicologia Social, com Cida Bento (2022) e Moscovici (2003); dos Estudos Culturais, com Stuart Hall (2016); do Feminismo Negro, com Bell Hooks (2019); da Filosofia, com Lélia Gonzalez (2020) Sueli Carneiro (2020) Silvio Almeida (2019) e Silvia Federici (2017); da Sociologia com Heleieth Saffioti (2012; 2015); da Historiografia, com Achille Mbembe (2014). Entre outras áreas de estudos e autores.

O livro é dividido em três capítulos. O capítulo 1, *Compreendendo os discursos: dos imaginários sociodiscursivos ao discurso literário*, aborda a Análise do Discurso, em especial a Teoria Semiolinguística, o discurso literário e os imaginários sociodiscursivos.

Já o capítulo 2, *Os imaginários sociodiscursivos e os grupos sociais*, tem como objetivo elucidar como se deu a constituição dos imaginários sociodiscursivos sobre os povos negros em geral e sobre as mulheres negras em particular. Além de apresentar um breve panorama sobre a representação da população negra no discurso literário brasileiro.

No último capítulo, *Olhos de Azeviche: uma análise semiolinguística*, é feita uma breve apresentação das autoras dos contos, uma análise do contrato de comunicação estabelecido no *corpus* em questão e, logo em seguida, são apresentadas as análises realizadas nos contos *Amnésia*, de Eliana Alves Cruz; *Muita trovoada é sinal de pouca chuva*, de Elizandra Souza; e, por fim, *Transmutação*, de Hildália Fernandes. Estas análises, por sua vez, são desenvolvidas tendo como categoria de análise os imaginários sociodiscursivos.

1

**COMPREENDENDO
DISCURSOS:**

DOS IMAGINÁRIOS
SOCIODISCURSIVOS
AO DISCURSO LITERÁRIO

Neste capítulo, a fim de compreender em que consiste a área da Análise do Discurso, a perspectiva teórica da Teoria Semiociológica e os conceitos de imaginários sociodiscursivos e de discurso literário, iremos, a princípio, discorrer sobre a área da Análise do Discurso e a Teoria Semiociológica, apresentando um pouco deste campo de estudo, de forma geral, e discorrer de maneira mais aprofundada sobre a semiociologia, que será utilizada como base teórica para o desenvolvimento deste estudo.

Logo em seguida, iremos abordar o conceito de imaginários sociodiscursivos desenvolvido por Charaudeau (2006) buscando compreender as suas relações com as representações sociais de Moscovici (2003) refletindo em que medida ele amplia outros conceitos, como o de estereótipos.

Ao final, iremos nos ater a elucidar aspectos do discurso literário, buscando entender como se dá o ato de comunicação narrativo, que se relaciona diretamente ao *corpus* em estudo. Para tanto, teremos como base principal a Análise do Discurso e vamos recorrer a diferentes áreas para abordar este discurso, como por exemplo aos estudos literários.

O DISCURSO, O ATO DE LINGUAGEM E OS SUJEITOS DA ENUNCIÇÃO

A Análise do Discurso é uma área que surgiu nos anos 60 na França, como uma disciplina que se propõe a estudar o discurso, tendo como foco analisar as produções discursivas para além do texto em si, fazendo conexões entre ele e o contexto histórico, social e ideológico. Tal disciplina se preocupa em realizar um exercício de pensamento da linguagem para além de nomenclaturas de elementos frasais, focando nos efeitos de sentido que surgem de um

enunciado. Dessa forma, possui um caráter transdisciplinar que rompe as fronteiras entre a linguística, o marxismo e a psicanálise.

Segundo Maria Helena Brandão (2012) Saussure revelou aos estudos linguísticos uma dicotomia entre língua e fala que excluiu a fala dos estudos linguísticos por considerá-la algo exterior à língua, sendo, portanto, própria de cada indivíduo. Porém, Bakhtin quebrou com essa perspectiva ao ver a língua como fruto da manifestação de cada falante. Dessa forma, ele colocou os enunciados dentro dos estudos da linguagem ao afirmar que é um ato que acontece dentro dos indivíduos no contexto de enunciação, ligando o linguístico ao social. A partir daí, para além da ideia de signo linguístico, acrescentou-se o signo ideológico, já que ele é fruto da interação social.

O signo linguístico é entendido como algo que possui a sua própria significação baseada na dicotomia de significado e significante, de maneira que o contexto de enunciação não é considerado como fator determinante nesse processo. Com o surgimento da compreensão do signo como algo ideológico, ficou evidente que ele poderia ter o seu sentido construído também a partir do contexto social em que está envolvido.

É possível compreender, então, que a análise do discurso nasceu da “necessidade de superar o quadro teórico de uma linguística frasal e imanente que não dava conta do texto em toda sua complexidade” (Brandão, 2012, p. 103). Isso porque a linguística anteriormente só se preocupava com o conteúdo presente nos textos e realizava análises somente por meio deles, ao contrário do que faz a Análise do Discurso, que se volta para o além do estritamente linguístico e se destina a evidenciar os efeitos de sentido do discurso.

Entre as décadas de 60 e 70 surgiram duas perspectivas teóricas da AD (análise do discurso) sendo elas a análise do discurso de perspectiva americana e de perspectiva francesa. De maneira que a primeira considera o texto de uma forma mais limitada em si mesmo,

que não se preocupa com as diferentes maneiras de construção de sentido com base no além do texto, mas nas formas de organização dos elementos que o constituem e como isso pode influenciar na produção de sentidos.

Já a segunda, que será o foco deste trabalho, tem como princípio fundamental a exterioridade dos textos considerando as suas relações com o social. Trata-se de uma disciplina que busca entender a linguagem como um fenômeno que se dá por meio de um processo interno, sendo compreendida como algo que exige dos seus usuários competências específicas para a compreensão do mesmo e como um fenômeno social, associado às condições de produção e aos sujeitos envolvidos na produção linguística.

A partir dessa forma de compreender a linguagem, a AD tem como objeto de estudo o discurso, que pode ser entendido como algo que se encontra no social e vai além do estritamente linguístico, porque envolve aspectos sociais e ideológicos que cada palavra carrega. O discurso, nesse sentido, não é a língua propriamente dita, mas algo que precisa de elementos linguísticos para possuir uma existência material e que encontra o seu sentido na ideologia dos sujeitos envolvidos na enunciação, fazendo com que os significados sejam além daqueles dicionarizados (Fernandes, 2005).

Considerando um determinado espaço-tempo, os objetivos, os sentidos que se quer criar e os sujeitos envolvidos no momento da enunciação as palavras, sons e gestos criam sentidos e significados no discurso que vão além de qualquer predefinição, ainda que se utilize delas no processo de significação, pois os efeitos de sentido são construídos no ato comunicativo.

Prova disso é como uma palavra pode ser entendida de forma diferente a depender do lugar, do momento e das pessoas envolvidas no processo discursivo. Se pensarmos no atual contexto brasileiro, pós eleições de 2018, a palavra patriota não possui os mesmos efeitos de sentido que tinha alguns anos atrás, quando vivíamos em um

período político e social diferente no país. Hoje ela possui efeitos de sentido que vão muito além de “aquele que ama, protege e guarda a pátria: nação patriota”, como consta no Dicio, dicionário online de Português, sendo muito mais associada à escolha político partidária das pessoas. Além disso, alguém que não está ciente do contexto político do momento não será capaz de compreender completamente os enunciados em que esta palavra está envolvida com um significado além do dicionarizado.

Pensando nas diferentes perspectivas da AD francesa, ela pode ser dividida em três gerações que possuem, cada qual a seu modo, tendências mais representativas. A primeira delas é a tendência representacional, em que se busca estudar o valor marcante/representacional de um texto, relacionando-o com os sistemas de valores e ideologias da sociedade (Emediato, 2020, p. 24). Trata-se de uma análise do discurso que se encontra na fronteira entre a linguística e as ciências sociais e políticas. Está comprometida com a luta de classes, acreditando que “o exercício da linguagem refletiria o modo como a teoria marxista compreende e explica o funcionamento da sociedade, em especial, por seus antagonismos ideológicos” (Emediato, 2020, p. 24). Nessa perspectiva, o sujeito é considerado ideológico, de modo que sua autonomia é relativa ou inexistente. Ou seja, o sujeito discursivo não possui uma liberdade para criar discursos que saiam da atmosfera da ideologia dominante. Aqui, ele é assujeitado à ideologia.

Já na segunda tendência, a enunciativa e pragmática, busca-se compreender as relações entre sujeitos discursivos e sujeitos sociais, de maneira que a questão central é a noção de sujeito vinculada aos papéis sociais, pois, entende-se que:

O sujeito tem um estatuto social (um papel social) que gera expectativas sobre suas atitudes discursivas (papéis discursivos). Os fatores de determinação não são apenas ideológicos, mas ligados ao funcionamento complexo e multivariado das estruturas sociais, das normas, dos

rituais conversacionais, das tecnologias, dos dispositivos comunicacionais, das situações, das diferentes lógicas de relação entre sujeitos (Emediato, 2020, p. 27).

E, por fim, a terceira tendência, chamada sociocognitiva, tem como foco o estudo da cognição operando no funcionamento psicossocial da interação comunicativa e da configuração do discurso. Nessa geração, torna-se importante a compreensão de todos os processos envolvidos na construção do sujeito, sua forma de agir diante das diversas situações que vive e da construção e função da memória discursiva.

Considerando essas três tendências propostas por Emediato (2020) é possível perceber que a teoria semiolinguística de Charaudeau (2005) que será utilizada como base na realização deste trabalho, está muito presente na segunda geração, pois esta teoria parte da concepção de que a linguagem comporta uma dimensão cognitiva e procura relacionar entre si diferentes questionamentos que tratam da linguagem, sendo alguns mais externos, como questões relacionadas a lógica das ações e a influência do social, e outros mais internos, como a construção do sentido e do texto. Além disso, ela considera a existência de sujeitos sociais e discursivos na construção dos enunciados que são utilizados na produção do discurso.

Patrick Charaudeau (2005) explica o porquê da sua teoria ser chamada de semiolinguística. Trata-se de:

Semio-, de "*semiosis*", evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar que a matéria principal de sua forma em questão - a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do

mundo diferente das outras linguagens (Charaudeau, 2005, p. 1-2, grifos do autor).

Em sua teoria, Charaudeau (2019) afirma que as pessoas constroem e moldam o discurso por meio do uso da linguagem, pois elas utilizam dos recursos da língua para dizer aquilo que querem dentro de uma determinada situação, de maneira que o importante não é simplesmente o que se está sendo falado, mas também como aquele discurso está sendo construído. O autor afirma, então, que os significados das coisas do mundo não são dados a priori, mas sim construídos por meio da estratégia humana. E, para que isso aconteça, são necessárias competências específicas que permitam que os sentidos sejam criados e que as pessoas consigam se comunicar. Ele explica que é necessário:

Uma competência *situacional*, pois não há ato de linguagem que se produza fora de uma situação de comunicação. Isso nos obriga a levar em consideração a *finalidade* de cada situação e a *identidade* daqueles (locutores e interlocutores) que se acham implicados e efetuam trocas entre si. Uma competência *semiolinguística* que consiste em saber organizar a encenação do ato de linguagem de acordo com determinadas visadas (enunciativa, descritiva, narrativa, argumentativa), recorrendo às categorias que cada língua oferece. Enfim, a competência *semântica* que consiste em saber construir sentido com a ajuda de formas verbais (gramaticais ou lexicais), recorrendo aos saberes de conhecimento e de crença que circulam na sociedade, levando em conta os dados da situação de comunicação e os mecanismos de encenação do discurso (Charaudeau, 2019, p. 7, grifos do autor).

Com base nessas competências, é possível observar alguns aspectos que são importantes na configuração discursiva, como a situação em que ele está inserido, a identidade dos sujeitos envolvidos, a organização linguística desse discurso e os sentidos que podem ser construídos. Dessa maneira, comunicar não é somente o ato de “passar uma mensagem”, como muitas vezes é entendido pelo senso comum, mas sim:

Proceder uma *encenação*. Assim como, na encenação teatral o diretor de teatro utiliza o espaço cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes, o texto, para produzir *efeitos de sentido* visando um público imaginado por ele, o locutor - seja ao falar ou ao escrever - utiliza componentes do dispositivo da comunicação em função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor (Charaudeau, 2019, p. 68).

Isso acontece porque as pessoas envolvidas em uma produção discursiva utilizam da língua para criar um discurso que seja compreendido por aquele que elas enxergam como o seu interlocutor. Ainda de acordo com Charaudeau (2019) essa produção discursiva se dá através do ato de linguagem, que pode ser entendido como algo que "(i) vai nascer de circunstâncias de discurso específicas; (ii) vai se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação; (iii) será *encenado* por duas entidades, desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente" (Charaudeau, 2019, p. 52, grifos do autor).

É dentro do ato de linguagem, portanto, que acontece a semiotização do discurso. Um processo que ocorre a partir da transformação das coisas não significadas em significadas e do ato de fazer dessa coisa significada um objeto de troca com um outro sujeito que está no papel de destinatário do enunciado construído a partir dos objetos significados.

Charaudeau (2005) explica que a primeira parte do processo, chamada por ele de processo de transformação, está dividida em quatro partes: identificação, qualificação, ação e causação. Isso porque ao identificar as coisas do mundo, apreendendo-as, compreendendo-as, conceituando-as e nomeando-as para poder falar sobre elas, é feito um processo de transformação dessas coisas em identidades nominais. O mesmo processo de transformação acontece quando usamos das propriedades dessas coisas para as especificar, transformando-as em identidades descritivas. Por meio da ação, ao sofrerem uma ação ou agirem, elas ganham razão de ser e são

transformadas em identidades narrativas. E, por fim, quando esses seres agem ou sofrem ações que os inscrevem em uma cadeia de causalidades, são transformados em relações de causalidade.

É nesse processo que as coisas do mundo são significadas a priori, ganhando nomes, características, particularidades e passam a ser utilizadas como parte de narrativas. A ação que essas coisas sofrem ou atuam na produção são motivadas por razões e objetivos que fazem com que haja uma espécie de relação entre eles e os enunciados criados.

Já a segunda parte do processo de semiotização, denominada processo de transação, diz respeito ao fato do mundo significado se transformar em um objeto de troca com um outro sujeito que desempenha o papel de destinatário dele. Ele se realiza a partir de quatro princípios, sendo o primeiro deles o princípio de alteridade, que afirma que os atos de linguagem são fenômenos de troca entre dois sujeitos que devem se reconhecer enquanto iguais e diferentes. Sendo eles iguais por possuírem saberes compartilhados e motivações comuns, ao mesmo tempo que diferem um do outro porque cada um desempenha um papel particular, um de sujeito emissor e o outro de sujeito interpretante.

O segundo princípio é o da pertinência, que diz respeito aos parceiros do ato de linguagem poderem compartilhar os saberes significados desde que o ato de linguagem esteja adequado ao seu contexto e a sua finalidade. A partir disso, pode-se ocorrer uma troca entre os sujeitos envolvidos, de maneira que eles possam partilhar seus conhecimentos sobre o mundo.

O princípio da influência também faz parte dessa segunda parte do processo. Segundo ele, todo sujeito que produz um ato de linguagem tem como objetivo atingir o seu parceiro de alguma maneira, seja tentando fazê-lo agir, para convencê-lo de algo, para informá-lo ou, até mesmo, atingi-lo emocionalmente. E, dentro desse quadro, é importante ressaltar que todo sujeito interpretante sabe

que será alvo de uma influência, o que faz com que certas restrições sejam acrescentadas ao ato de linguagem.

Por fim, temos o princípio da regulação, que está diretamente relacionado às influências que os agentes do ato de linguagem possuem um sobre o outro, isso porque é necessário que essa força que um tem sobre o outro seja regulada para que o ato de linguagem aconteça sem interrupções ou algum outro tipo de intempérie. E, para que essa regulação aconteça, eles contam com estratégias do interior da situação em que se encontram.

Charaudeau (2005) explica que o fato desses dois processos, o de transformação e o de transação, estarem interligados mostra uma forma de compreender o sentido comunicativo dos atos de linguagem, indo além do entendimento das operações de transformação isoladamente, considerando-as dentro de um quadro situacional proposto pelo processo de transação.

O que acontece devido ao fato de que os processos de transformação são utilizados para criar a estrutura dos enunciados e os processos de transação definem o que eles significam, uma vez que o destinatário, por meio da situação de comunicação e do contrato estabelecido, pode compreender o que está sendo dito pelo sujeito comunicante. Além disso, conforme Luciana Soares da Silva (2013) esses dois processos:

Evidenciam a impossibilidade de haver neutralidade na veiculação da informação, uma vez que “o mundo a descrever e a comentar” passa pela instância de produção da informação, a qual carrega em si determinados valores sociais e ideológicos, para tornar-se o “mundo descrito e comentado” para a instância de recepção, a qual, por sua vez, interpreta a informação recebida (Silva, 2013, p. 51-52).

O que ressalta, mais uma vez, como os discursos que circulam pela sociedade carregam aspectos do social.

Nesse sentido, o contrato de comunicação em que os atos de linguagem estão envolvidos é muito importante, pois, a partir dele o sujeito comunicante fará uso de contratos e estratégias para alcançar o sucesso na sua comunicação ao atingir os seus objetivos com ela. Esse contrato se dá quando “os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais” (Charaudeau, 2019, p. 56).

Já as estratégias se referem à organização e à encenação que o sujeito comunicante faz para conseguir produzir efeitos de sentido que façam com que o sujeito interpretante daquele enunciado possa interpretá-lo da forma com que ele gostaria. Para que isso aconteça, Charaudeau (2019) afirma que o sujeito comunicante pode recorrer a uma imagem verdadeira de si mesmo ou a uma imagem ficcional criando uma projeção imaginária.

Em síntese, o contrato de comunicação pode ser entendido como:

O ritual sociolinguageiro do qual depende o *Implícito codificado* e o definimos dizendo que ele é constituído pelo conjunto das restrições que codificam as práticas sociolinguageiras, lembrando que tais restrições resultam das condições de produção e de interpretação (*Circunstâncias de Discurso*) do ato de linguagem. O *Contrato de comunicação* fornece um estatuto sociolinguageiro aos diferentes sujeitos da linguagem (Charaudeau, 2019, p. 60).

A situação de comunicação também influencia na interpretação dos enunciados, pois constitui condições de realização do ato de linguagem, ainda que esteja fora dele em si. Ela se refere ao ambiente físico e social em que se encontra o ato de comunicação. É um espaço de troca entre os sujeitos que se estabelece a partir das características físicas dos sujeitos, do canal de transmissão do enunciado, das características identitárias dos sujeitos e das características contratuais estabelecidas por eles.

E, para além dos aspectos já apresentados, as condições de produção e interpretação do ato de linguagem estão diretamente relacionadas com os saberes que os sujeitos da enunciação possuem a respeito do mundo. Isso se dá devido ao fato de que para ocorrer a real compreensão do que está sendo dito é necessário que os envolvidos recorram a um conjunto de representações coletivas sobre o assunto do qual está sendo falado, que podem ser entendidas como formas de compreender as coisas e as situações que são adquiridas dentro das comunidades e grupos aos quais as pessoas fazem parte, a partir das experiências vividas e da memória coletiva dos povos (Charaudeau, 2019).

A interpretação e a criação do ato de linguagem também dependem, conforme Charaudeau (2019) dos saberes que os interlocutores possuem a respeito um do outro, uma vez que é necessário que eles façam suposições a respeito do outro para construir ou interpretar o discurso baseado em quem é o seu interlocutor. É preciso que se saiba, ou se faça suposições, sobre com quem está falando, qual o conhecimento daquela pessoa sobre o que está sendo falado e qual o conhecimento dela sobre toda a situação de comunicação para que o discurso atinja o seu objetivo.

Quando se está em um restaurante e o garçom se aproxima da mesa com um bloco de notas e uma caneta em mãos e se dirige a uma pessoa que está ali sentada, ao perguntar “Em que posso ajudar?” É necessário que o sujeito interpretante dessa fala compreenda e suponha que aquele é o garçom, que trabalha no estabelecimento, que normalmente cumpre a função de se dirigir até as mesas e anotar os pedidos dos clientes e que, dessa forma, deseja somente saber o que aquela pessoa deseja comer e não se ele pode ajudar em qualquer outro aspecto da vida dela para que esse enunciado seja entendido.

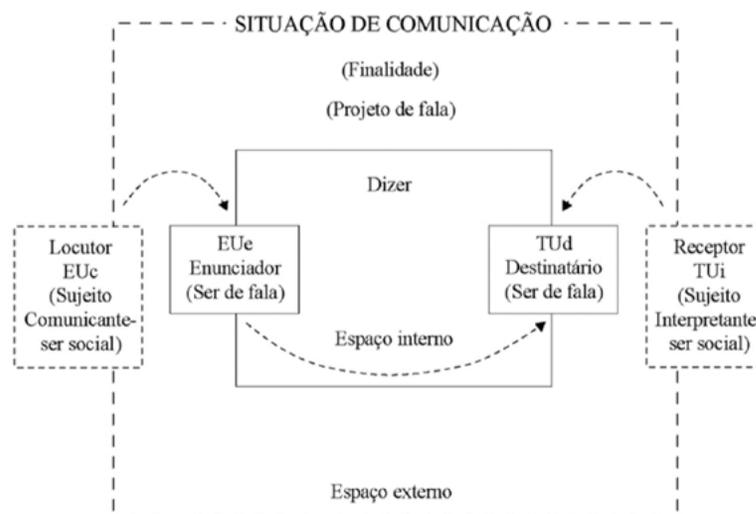
Da mesma maneira o garçom precisa supor, a partir da situação de comunicação, que aquela pessoa que está na mesa é um

cliente que veio até aquele local para comer e não que se trata de um outro funcionário do local, por exemplo. Para que o ato de linguagem seja compreendido, então, é necessário que todos façam suposições e que elas estejam corretas dentro daquele contexto.

Ao olhar para o garçom e compreender o significado do seu enunciado, o cliente utiliza o que Charaudeau (2019) chama de filtro construtor de sentido, que se refere ao fato de que o saber que os participantes do ato de linguagem possuem não está ligado apenas às experiências vividas por eles, mas também aos saberes que ambos supõem existir entre eles no momento da comunicação. Dessa maneira, “interpretar é criar hipóteses sobre: (1) o saber do sujeito enunciador; (ii) sobre seus pontos de vista em relação aos enunciados (iii) e seus pontos de vista em relação ao seu sujeito destinatário” (Charaudeau, 2019, p. 31).

Dentro dessa conjuntura, são quatro os sujeitos envolvidos no ato de linguagem, pois existem os sujeitos envolvidos na produção do discurso e aqueles envolvidos na interpretação dele. Isso acontece porque o sujeito interlocutor não é um simples receptor da mensagem que o enunciador quer passar, ele é alguém que constrói a sua interpretação baseado na sua própria visão construída desse sujeito enunciador, que é diferente da visão que o enunciador pensa/quer ter. Ao passo que o sujeito interpretante é diferente da imagem construída dele pelo sujeito enunciador. Como é possível verificar na ilustração da situação de comunicação a seguir:

Quadro 1 – Situação de comunicação



Fonte: Charaudeau (2019, p. 52).

Podemos compreender, então, que existem quatro sujeitos: o sujeito destinatário (TUD), o sujeito interpretante (TUi), o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito comunicante (EUC). O TUD é o interlocutor pensado pelo sujeito enunciador (EUE) como o destinatário ideal para a sua enunciação, de maneira que seria aquele que entenderia a sua fala exatamente como ele deseja. Por sua vez, o TUi é um sujeito que não existe dentro do processo de produção do enunciado, uma vez que ele é independente e responsável pela interpretação do enunciado que é feita por meio da forma com que ele vê o EUC também a sua fala (Charaudeau, 2019).

Por sua vez, o EUC é um sujeito social, aquele que comunica o enunciado que é criado pelo EUE, que pode ser entendido como um desdobramento do EUC. O EUE é, portanto, um sujeito discursivo, que cria o enunciado dentro de um projeto de fala que respeita o contrato de comunicação estabelecido e leva em consideração o

TUd. Além disso, ele cria estratégias para alcançar os objetivos que tem com a sua enunciação.

Voltando ao exemplo do restaurante, podemos perceber que o EUc é o garçom, a pessoa que se dirige ao cliente para perguntar em que pode ajudar. Já o TUi é o cliente que está sentado na mesa e a pessoa a quem o EUc se dirige. Ambos, TUi e EUc, são considerados sujeitos sociais, pois possuem imagem social bem definida, construída a partir de saberes ligados às situações de comunicação e ao contrato estabelecido entre eles.

O TUd e o EUe são os sujeitos discursivos que se desdobram da figura dos sujeitos sociais (TUd e EUc). O EUe é aquele que criou o enunciado “Em que posso ajudar?” Levando em consideração que estavam no espaço físico do restaurante, que o TUd estava sentado em uma das mesas, provavelmente sem consumir nada do restaurante, que o EUc estava ali com a função de recolher os pedidos dos clientes e servi-los. Além disso, o EUe criou o seu enunciado considerando também o TUd enquanto um sujeito que atenderia às suas expectativas enquanto o cliente, adequando a sua fala a ele, ou seja, perguntando o que faria sentido para este sujeito que ele vê enquanto cliente de uma maneira adequada a tal situação.

Sendo importante ressaltar que dentro do ato de comunicação o TUi pode aceitar ou não a imagem criada pelo EUe do TUd. Isso porque o EUe pode considerar uma imagem de TUd que não corresponde com a do TUi enquanto um ser social. Voltando mais uma vez a situação do restaurante utilizada como exemplo, o TUi pode não se identificar com a imagem de cliente que foi criada na produção do enunciado “Em que posso ajudar” por não ser na verdade um cliente, mas algum amigo de um dos funcionários que estava ali esperando o expediente do amigo terminar para ir embora do restaurante juntos. Quando ocorre esta não identificação do TUi com a imagem criada de TUd, o EUe não consegue atingir os seus objetivos com a sua enunciação.

Ainda a respeito dos sujeitos, Charaudeau (2009) declara que eles possuem uma identidade social e uma identidade discursiva. Para ele, a situação de comunicação determina antecipadamente, devido ao contrato de comunicação, a identidade social dos sujeitos envolvidos no ato de comunicação ao mesmo tempo que dita a eles instruções de como se comportar discursivamente.

Dentro dessa equação, a identidade social é aquela que é reconhecida pelos outros e que confere ao sujeito o direito à fala, que exige uma verificação da legitimidade dele para tal posteriormente. Esta se relaciona diretamente com as imagens pré-concebidas sobre as pessoas, possuindo, portanto, conexão com os imaginários sociodiscursivos que circulam na sociedade. A identidade social do sujeito, dentro do ato de comunicação, será reconhecida a partir das imagens que se tem dele na sociedade.

Já a identidade discursiva do sujeito, ela se refere à forma com que esse sujeito irá construir a sua fala dentro de uma situação de comunicação específica que irá impor restrições para ele. A partir disso, o sujeito discursivo age dentro de um espaço restrito que permite que ele crie estratégias de credibilidade e de captação do seu interlocutor, sendo a primeira ligada à necessidade de que se acredite nele para que sua fala tenha valor de verdade e a segunda a busca por garantir que seu interlocutor aceite as suas opiniões e ideais.

Essas duas identidades, portanto, constituem juntas a identidade do sujeito. Sendo a identidade social ligada a uma imagem do sujeito que pode ser reforçada ou não pelos enunciados produzidos por ele, ao passo que a identidade discursiva pega como base a identidade social para então fortalecê-la, recusá-la ou recriá-la. É como explica Charaudeau, "A identidade social necessita ser rejeitada, reforçada, recriada, ou, ao contrário, ocultada pelo comportamento linguageiro do sujeito falante, e a identidade discursiva, para se construir, necessita de uma base de identidade social" (Charaudeau, 2009, p. 3).

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS

De acordo com a psicologia social, ciência que estuda as relações dos indivíduos com as sociedades, a representação social é uma maneira que o ser humano tem de significar as coisas da vida, de modo a estabelecer formas de criar conexões com os grupos aos quais pertence. Elas são um sistema que faz com que as pessoas possam se orientar no mundo, proporcionando uma comunicação entre membros de uma mesma comunidade a partir da possibilidade de nomear, classificar e entender aspectos do mundo de uma mesma maneira.

Serge Moscovici (2003) explica que dentro da psicologia social acredita-se que o pensamento é uma reação à realidade, pois o homem tem a necessidade de avaliar os objetos e seres, porém, ao mesmo tempo o meio em que ele vive é autônomo, e por conta disso, a maneira com que as coisas são entendidas pelos seres humanos é diretamente relacionada às definições do ambiente em que ele vive, ou seja, as representações sociais.

Elas são sociais porque não podem ser criadas por uma só pessoa de forma isolada, são transmitidas com o decorrer do tempo ao passo que circulam dentro das comunidades. "Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições científicas implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior" (Moscovici, 2003, p. 37).

A partir disso, entende-se que as representações sociais possuem uma "vida própria", uma vez que depois de criadas elas podem mudar em decorrência do curso da vida, pois ao circularem nos grupos elas "se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem" (Moscovici, 2003, p. 41).

Ainda segundo Moscovici (2003) essas representações têm como principal função tornar familiar aquilo que é não-familiar e para fazer isso se fundamentam em dois processos de pensamento baseados na memória: a ancoragem e a objetivação. O primeiro se refere a comparar algo que não conhecemos com alguma coisa que pensamos ter como apropriado, de forma que a partir daí o não familiar adquire característica do que foi comparado e é reajustado para que se enquadre nele. O resultado é uma classificação e nomeação do até então desconhecido. Já o segundo, diz respeito a reproduzir um conceito em uma imagem mental, uma vez que sempre buscamos ligar uma palavra, a um equivalente não verbal dela.

Por meio dessas considerações, é possível perceber como todas as interações humanas são criadas a partir de representações, uma vez que, sempre que encontramos coisas novas, sejam pessoas, eventos, acontecimentos, objetos etc., e nos familiarizarmos com elas, as representações sociais estão presentes.

Charaudeau (2006) utilizou as noções de representações sociais desenvolvidas pela psicologia social para elaborar o conceito de imaginários sociodiscursivos. Segundo ele, as representações sociais são como um instrumento de construção de sentidos que transforma a realidade em algo significado, formatando as coisas do mundo a partir disso. Ele associa essa noção à linguagem, a partir da concepção antropológica de imaginário, que considera os rituais sociais, os mitos e as lendas como discursos que refletem a organização das sociedades humanas.

Partindo dessa noção, ele reconfigura a noção de imaginário dentro da análise do discurso, considerando que o imaginário "é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante" (Charaudeau, 2006, p. 578).

Esse imaginário é classificado por ele como sociodiscursivo, porque se manifesta na linguagem, ou seja, nos enunciados dos sujeitos. Eles circulam nos grupos sociais, criando valores, representações, fundamentando ações e criando uma memória coletiva sobre como as coisas são e devem ser vistas pelo grupo ou pelos indivíduos. Nas palavras de Charaudeau:

À medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, segundo o princípio de coerência, falaremos de “imaginários”. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos”. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de “imaginários sociodiscursivos” (2006, p. 203).

O teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall, também fala sobre representação em seu livro *Cultura e Representação* (Hall, 2016). Ao fazer a leitura da sua obra é possível perceber que suas ideias vão ao encontro do que propõe Patrick Charaudeau e, dessa forma, é possível relacionar o que dizem os dois autores. Para Hall, a representação também está relacionada com os sentidos e com a linguagem, pois se trata de uma forma pela qual podemos dar sentido às coisas do mundo e exteriorizá-las, por meio dos discursos reproduzidos pela linguagem.

Segundo ele, as representações são compostas pela maneira como damos sentidos às coisas e acontecem por meio das “palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos” (Hall, 2016, p. 21). Tudo isso acontece por meio de elementos como palavras, expressões, gestos etc. que são utilizados para a produção de sentidos na representação. Eles são apenas “veículos que *carregam sentido* pois funcionam como

símbolos que representam ou conferem sentido (isto é, simboliza) às ideias que desejamos transmitir” (Hall, 2016, p. 24, grifos do autor).

Ainda de acordo com Hall (2016) é preciso uma representação mental e a linguagem para que as representações aconteçam. As representações mentais dizem respeito ao fato de que todos os objetos, sujeitos e acontecimentos são relacionados na mente dos indivíduos a coisas que já existem dentro dela. Dessa forma, qualquer significação depende do sistema de conceitos e imagens que são formados dentro do pensamento, ou seja, a significação precisa do processo de objetivação e ancoragem explicitados por Moscovici (2003).

Os conceitos mentais precisam da linguagem para existir porque é ela que vai ser relacionada a cada um deles, sendo como uma forma de traduzir os pensamentos em palavras, gestos, sons etc. de forma que apareçam no mundo real e possam ser comunicados a outras pessoas.

Como as representações possuem um caráter diretamente ligado à linguagem, Hall (2016), afirma que elas podem ser reflexivas, de forma que a linguagem funcione como um reflexo do sentido que está presente no objeto, pessoa ou acontecimento; intencional, de maneira que as coisas vão significar aquilo que o autor pretende que signifique e, por fim, construtivista, em que o sentido não está nas coisas, mas sim no sistema de linguagem que usamos para o construir. Nessa última concepção, o papel social da linguagem é muito forte, assim como na perspectiva de Moscovici (2003) pois não são as coisas por si mesmas que têm algum significado, mas sim, os sistemas representacionais na sociedade que constroem o sentido.

Porém, é importante ressaltar, como a perspectiva reflexiva e intencional, proposta por Hall, não são factíveis dentro da análise do discurso e das representações sociais. Dentro delas as palavras não podem ter exatamente o sentido que queremos que elas tenham, como proposto na concepção intencional da linguagem, e

nem poderão ser um reflexo de algo, como proposto na concepção reflexiva, pois o significado vai depender de quem diz, quem ouve, quando diz e quando é ouvido. Prova disso, é que uma palavra dita no passado não terá o mesmo significado quando dita no presente, já que as representações sociais vão adquirindo novos significados com o tempo. Assim como um vocabulário técnico de determinada área não será entendido por uma pessoa leiga naquele assunto, mesmo que quem a proferiu deseje isso, já que o processo de significação não depende somente de quem diz, mas também de quem ouve e do contexto sócio-histórico.

Hall (2016) afirma também, que a representação está ligada com as culturas, uma vez que:

A cultura, podemos dizer, está envolvida em todas essas práticas que não são geneticamente programadas em nós [...], mas que carregam sentidos e valores para nós, que precisam ser *significativamente interpretadas* por outros, ou que *depende do sentido* para seu efetivo funcionamento (Hall, 2016, p. 21, grifos do autor).

Ou seja, as culturas estão presentes em todas as sociedades e diferenciam o que é biologicamente programado do que é construído, dessa maneira ela destaca a importância do simbólico na vida em sociedade.

Esses símbolos culturais aparecem nos mapas conceituais dos indivíduos, que são parte do processo de representação. Para que as pessoas se entendam, é preciso que elas tenham acesso a uma mesma linguagem e a uma mesma cultura, de forma que possuam um universo conceitual e linguístico parecido. Nesse contexto, podemos perceber como esses aspectos culturais também podem influenciar os imaginários sociodiscursivos que fazem com que as pessoas se identifiquem como pertencentes a um grupo e não a outro, como proposto por Charaudeau (2006; 2017).

Ida Lucia Machado (2016) pesquisadora da análise do discurso, também enxerga na noção de imaginários uma ligação entre

a linguagem e as representações sociais. Assim como Charaudeau, ela relaciona o imaginário às práticas discursivas, mas, para além das representações sociais, ela enxerga no conceito de *habitus*, inicialmente proposto por Bourdieu, elementos determinantes para o desenvolvimento dos imaginários. A pesquisadora afirma que o *habitus* é o responsável pelo “o modo como a sociedade nos influencia/condiciona, dando-nos certas capacidades, certos modos de pensar, agir e sentir” (Machado, 2016, p. 122) e por conta disso são responsáveis pela configuração do espaço social, que são determinantes para os imaginários.

Dessa maneira, a linguagem dos indivíduos é própria, porém, criadas também a partir do social que as envolve. Isso faz com que os enunciados sejam resultado de uma mistura entre o individual e as representações sociais. Dessa forma, “os diferentes usos linguageiros de diferentes indivíduos devem ser considerados como espaços que se abrem para a inclusão de vários imaginários” (Machado, 2016, p. 122).

Por meio das proposições de Hall (2016), Machado (2016) e de Charaudeau (2006) fica evidente como os imaginários sociodiscursivos e as representações sociais estão diretamente relacionados com a vida das pessoas e a forma com que as pessoas veem o mundo.

Para Charaudeau (2006) os imaginários sociodiscursivos são formados a partir dos tipos de saberes, que configuram os sistemas de pensamentos que circulam na sociedade, sendo eles formas de explicar os acontecimentos e as coisas. Esses saberes podem ser divididos em dois grupos: os de conhecimento e os de crença. O primeiro classifica as coisas do mundo e o segundo as qualifica com base em valores que são atribuídos a elas.

Os saberes de conhecimento têm como foco determinar uma verdade explicativa sobre os fenômenos do mundo, de maneira a entendê-los e determinar o seu porquê. O discurso que é produzido a

partir desse saber, segundo o autor, não é discutível porque é garantida a possibilidade de verificação das proposições nele situadas.

Esse tipo de saber é dividido em científico e de experiência. O saber científico, constrói as explicações sobre o mundo a partir da razão científica, se baseando em métodos como a observação e os cálculos. Esses procedimentos garantem que os conhecimentos aqui gerados possam ser comprovados, uma vez que se forem repetidos em outros momentos, terão o mesmo resultado.

Um exemplo de saber científico são as teorias, que podem ser entendidas como uma forma de discurso que é formada por “um conjunto de proposições com valor de postulados, de princípios ou de axiomas, dos quais dependem os conceitos, os modos de raciocínio e a aparelhagem metodológica” (Charaudeau, 2017, p. 581). Elas são consideradas verdadeiras, mas podem sofrer um processo de contestação ou, até mesmo, de refutação caso seja comprovado cientificamente que não são falsas. Isso faz com que sejam consideradas por Charaudeau (2017) como fechadas e abertas ao mesmo tempo, sendo fechadas por não admitirem uma contestação direta enquanto teoria comprovada cientificamente, mas abertas por poderem ser refutadas caso alguma outra teoria consiga provar que a outra não faz sentido e retirar dela o caráter de verdade.

O saber de experiência também constrói explicações sobre o mundo, mas nesse caso não há nenhuma garantia de serem provadas por procedimentos metodológicos específicos. Trata-se da construção de uma verdade a partir da experiência de algo, ou seja, acredita-se que “todo indivíduo pode se valer de um saber de experiência desde que o tenha experimentado e que possa supor que qualquer outro indivíduo na mesma situação tenha experimentado a mesma coisa” (Charaudeau, 2017, p. 582). Um exemplo de saber de experiência é a afirmação de que todos os seres humanos irão nascer, viver e morrer. Não é necessária uma teoria cientificamente comprovada para afirmar isso, uma vez que todos os seres humanos podem verificar esse fato por meio da própria vivência.

Já o segundo grupo de saberes, os saberes de crença, é baseado nos julgamentos sobre as coisas do mundo. Este acontece por meio dos valores provenientes dos indivíduos, seus comportamentos e pensamentos que são atribuídos às coisas. Nesse caso, é o próprio indivíduo que determina o seu julgamento, seja por meio da razão ou da emoção. Além disso, existe mais de um julgamento possível, o que faz com que os integrantes de um mesmo grupo se identifiquem entre si e não com membros de grupos que pensam diferente.

Atualmente podemos notar como esse grupo de saber tem atuado na separação e criação de grupos com pontos de vista divergentes a respeito de uma mesma situação. Prova disso é que, segundo Fuks e Marques (2020) existe no Brasil uma polarização política afetiva desde 2018, principalmente em relação às lideranças políticas, que demarca que os grupos políticos os quais estão cada vez mais homogêneos e mais distantes entre si na ideologia.

Com base nisso, se considerarmos o contexto político brasileiro no ano de 2022, mais precisamente no período das eleições, é possível relacionar esta polarização política, a fragmentação da população do país em dois polos, a partir da sua escolha de um candidato para o cargo de presidente do Brasil, e esse é um exemplo de como os saberes de crença atuam na identificação das pessoas com um grupo ou não.

Os saberes de crença são subdivididos em saber de revelação e saber de opinião. O primeiro deles é formado da existência de uma verdade exterior ao sujeito e que se dá a partir da adesão total do sujeito a ela. Nesse caso, não há uma maneira de comprovar esse conhecimento, mas ele não é questionado, porque existem textos considerados sagrados em que é ancorada a verdade desse discurso. Trata-se de um tipo de saber “completamente fechado sobre uma evidência de saber, e o discurso que o sustenta, se apresenta sob a modalidade da evidência. Ele recusa a crítica, e, frente a ela, só pode reagir por meio de anátemas, excomunhões ou outras formas de exclusão” (Charaudeau, 2017, p. 583).

As doutrinas pertencem a esse tipo de saber, elas podem ser entendidas como uma forma de interpretar as coisas do mundo e de agir, que é justificada a partir de uma “palavra fundadora” transmitida pela tradição oral ou por textos que são considerados sagrados, como a bíblia. Elas servem como um modelo a ser seguido pelas pessoas e são fechadas em si mesmas por não admitirem nenhum tipo de contestação.

Outro exemplo de saber de revelação são as ideologias. Elas são um sistema de pensamento mais ou menos fechado e que tentam explicar a atividade da vida humana tendendo a “definir as aspirações humanas ao afirmá-las como princípios e organizá-las em um discurso de racionalização e autojustificativa” (Charaudeau, 2006, p. 201).

As ideologias articulam de maneira doutrinária os saberes genéricos que propõem uma explicação total e englobante da atividade social, enquanto dependem dos discursos a que fazem referência, e, por trás dos quais, percebemos por vezes um pensador mais ou menos “baliza”. De fato, uma ideologia é sempre mais ou menos imprecisa (o que pode, de qualquer modo, garantir seu sucesso), e quando seu discurso se endurece e se fixa em um texto de referência mais ou menos sagrado, ela tende a se tornar doutrina (Charaudeau, 2017, p. 584).

Como exemplo prático de saber de revelação podemos entender algumas religiões, que baseiam a sua verdade em algum texto fundador, seja a bíblia ou algum outro, e que não aceitam entre os seus aqueles que não acreditam nessa palavra. Quem questiona o que é dito e não segue os seus preceitos não é admitido como pertencente ao grupo.

Já os saberes de opinião constituem a segunda categoria de saberes de crença. Eles são caracterizados como uma avaliação que o sujeito faz a respeito das coisas. Essa avaliação é resultado da interpretação do sujeito dos saberes que circulam dentro de um grupo que pode partir tanto da razão quanto da emoção.

Trata-se de julgamento que parte do indivíduo de maneira que ele se impõe para o mundo, fazendo com que seja aceita a existência de várias opiniões possíveis e não apenas uma é considerada uma verdade absoluta. Portanto, consiste em um saber discutível e, na maioria das vezes, é construído a partir de uma crença popular do grupo a que o sujeito pertence.

Segundo Charaudeau (2017) existem três tipos de saber de opinião: a opinião comum, que é caracterizada como uma posição generalizante, a qual muitas pessoas concordam e se apropriam; opinião relativa, aquela construída devido alguma circunstância específica e proveniente de apenas um indivíduo ou de um grupo pequeno; opinião coletiva, aquela que um grupo tem a respeito de um outro grupo.

É possível perceber que para o autor, os tipos de saberes possuem fronteiras bem definidas e, além disso, que os saberes de conhecimento são verdades absolutas que não podem ser questionadas. Todavia, é importante ressaltar como na atualidade essas fronteiras não têm sido tão precisas. Os saberes de conhecimento estão sendo contestados e, por vezes, perdem a sua condição de verdade com base em saberes de crença e não em comprovações científicas. Um bom exemplo disso é como a campanha de vacinação contra a COVID-19 foi tratada por algumas pessoas. Segundo elas, a vacina não era segura, mesmo com sua eficácia comprovada cientificamente, ou seja, mesmo se tratando de um saber científico.

Em postagens na rede social digital Twitter, o ex-presidente do Brasil no período da pandemia da COVID-19, Jair Messias Bolsonaro, emitiu uma série de enunciados defendendo a ideia de que as vacinas não eram seguras para a população. De acordo com Monari *et al.* (2021, p. 17) as falas do ex-presidente nessa rede social são baseadas em uma autorização e racionalização fundamentadas na utilização da autoridade, ou seja, ele usa da sua posição de presidente e do discurso de alguns profissionais para legitimar a sua fala em relação

à ciência e confirmar o seu argumento de que as vacinas não eram seguras. Bolsonaro, então:

Reforça a lógica populista contemporânea e endossa a alegação de que somente ele poderia oferecer ao público a “verdade” sobre a vacinação contra a Covid-19, uma vez que a ciência e a mídia estariam atendendo aos interesses da elite (Monari *et al.*, 2021, p. 17).

Observando a citação anterior, é possível perceber como, na situação, os tipos de saberes são colocados em xeque, pois, o saber científico perde o seu caráter de verdade, e a crença em uma determinada verdade, aquela que acredita Bolsonaro, passa a ser uma verdade mais confiável que o saber científico dentro do discurso do ex-presidente. Nesse contexto, o saber de conhecimento é colocado como falso em detrimento da opinião de que a ciência não estaria baseada em evidências, mas sim, nos interesses de um grupo específico de pessoas.

Dentro desse falseamento dos tipos de saberes, é possível perceber também, o movimento contrário. Em março de 2020 foram publicados uma série de *tweets* por investidores de bitcoin, afirmando a eficácia do uso de cloroquina e da hidroxiclороquina na prevenção e cura da COVID-19, mesmo sem existir comprovação científica do mesmo. No final de março, o ex-presidente Bolsonaro, também começou a afirmar a efetividade desses compostos e, a partir desse momento, iniciou-se a ideologização da cloroquina no Brasil. O Ministério da Saúde deu início a uma pesquisa incorporando o uso desses medicamentos em tratamento para pacientes em estado grave, mas, logo foi contra o uso destes medicamentos, devido à falta de evidências científicas da eficácia deles.

No entanto, muitos municípios e planos de saúde passaram a implantar tratamentos à base de cloroquina para pessoas com sintomas leves, sem sintomas, ou até como prevenção da doença de forma ampla. A partir de julho de 2020, novas pesquisas com a

cloroquina e sua variante foram publicadas, mostrando a ineficácia desses medicamentos no combate ao novo coronavírus. Mas, no Brasil, o governo continuou recomendando o seu uso (Caponi *et al.*, 2021).

Analisando este exemplo sobre o uso da cloroquina, podemos compreender como o movimento contrário também acontece, ou seja, a tentativa de falseamento de saberes de crença em saberes científicos também pode ser observada. Com isso, podemos constatar como os imaginários sociodiscursivos apresentam fronteiras bem definidas, como propõe Charaudeau (2006; 2017) porém, na prática podem ocorrer casos em que um saber científico pode aparecer como de crença, e vice-versa, dentro de determinados discursos.

Podemos concluir que os imaginários sociodiscursivos são construídos, a partir dos tipos de saberes que, por sua vez, constituem os sistemas de pensamento que circulam na sociedade. E, nesse contexto, é fundamental destacar como eles são importantes, ao passo que não julgam como certo ou errado, verdadeiro ou falso os discursos, mas buscam descrever como eles são configurados. Dessa maneira, eles se diferenciam de outros conceitos que também se propõem a expor ideias que constituem os discursos dos sujeitos, mas acabam por simplificar, generalizar ou caem na dicotomia do falso/verdadeiro, como acontece, por exemplo, com os estereótipos.

Ruth Amossy e Anne Herschberg Pierrot (2022) explicam que a noção de estereótipos começou a ser utilizada como forma cristalizada, a partir do século XX, e que esta possui uma origem tipográfica, pois anteriormente era utilizada para fazer referência a algo impresso com placas em que os caracteres não eram móveis, e sim conservados para novas edições. Segundo as autoras, foi Walter Lippmann (1922) que introduziu a noção de estereótipos em sua obra, conceituando-os como imagens que temos em nossa mente e que fazem um intermédio entre as coisas e o real. Sendo, então, representações cristalizadas das coisas do mundo.

Este conceito, por muitas vezes, teve sua legitimação questionada, pois há um caráter redutor e nocivo na construção de uma imagem cristalizada. Quando temos contato com o estereótipo de mulheres brancas, loiras e jovens como sensíveis, meigas e indefesas, estamos reduzindo-as a estas características e anulando as possibilidades de que estas mesmas mulheres possam se defender sozinhas de possíveis ataques de homens grandes e fortes, por exemplo. Isso porque o imaginário sociodiscursivo de uma mulher meiga é dificilmente associado ao de uma mulher forte fisicamente na sociedade. E essa é apenas uma possível situação em que isso pode ser observado, se pararmos para pensar em outros exemplos poderemos constatar esse padrão.

Outro aspecto danoso dos estereótipos é como eles podem ter um efeito negativo na vida de pessoas e de grupos que são estereotipados. Amossy e Pierrot (2022) apresentam um estudo, feito por Claude Steele e Joshua Aronson em 1995, em que buscaram entender, de que maneira ter conhecimento de ser depreciado por conta de um estereótipo em razão do seu grupo racial, étnico, de gênero, de classe etc. influencia no comportamento das pessoas. Eles constataram que a existência do estereótipo negativo faz com que as pessoas, as quais ele se aplica, sejam enfraquecidas, fazendo com que ocorra um ciclo vicioso em que a confirmação do preconceito acontece e faz com que as pessoas continuem agindo de acordo com ele.

É possível relacionar isso, ao fato de que existe uma disparidade em relação à forma com que homens e mulheres se candidatam para concorrer a vagas de emprego, conforme constatou a pesquisa realizada pela rede social LinkedIn (Ignatovai e Tockey, 2018). Segundo ela, as mulheres sentem que precisam cumprir 100% dos requisitos para concorrerem a uma vaga, enquanto os homens candidatam-se para as mesmas ao cumprirem com cerca de 60% dos requisitos. O que pode ser associado ao estereótipo existente, de que as mulheres são menos competentes do que os homens, isso faz com que elas se sintam na obrigação de atender muito bem a todas

as habilidades exigidas para uma vaga, uma vez que são taxadas de inferiores, mesmo quando possuem capacidades para exercer a função. Tal ocorrência pode trazer inúmeras consequências para a vida das mulheres, devido ao fato de elas serem diretamente afetadas pela estereotipagem.

Além disso, as imagens cristalizadas também podem gerar preconceitos e discriminações, que são outros pontos que geram consequências negativas para as pessoas. Quando pensamos em uma pessoa negra, por exemplo, “representar um negro como preguiçoso e irresponsável remete ao estereótipo, manifesta-lhe desprezo ou hostilidade, remete por sua vez, ao preconceito; e negar-lhe, por causa disso, o acesso a um cargo, constitui um ato de discriminação” (Amossy e Pierrot, 2022, p. 44).

Tudo isso, sem um comprometimento com a verdade em relação às pessoas, acontecimentos ou coisas, pois pesquisas mostram que um estereótipo pode se referir a qualquer coisa, sem uma base objetiva (Amossy e Pierrot, 2022). Pensando nisso, e nas relações de poder que moldam a sociedade, podemos constatar que existe a possibilidade desses estereótipos serem construídos para o benefício de pessoas ou grupos específicos.

Se pensarmos na história das colonizações, diversas imagens cristalizadas sobre as pessoas colonizadas foram utilizadas e permitiram a criação de imaginários sociodiscursivos sobre elas, que as colocavam como inferiores aos que estavam dominando suas vidas e territórios. E, na atualidade, é comum vermos imagens estereotipadas circulando, principalmente nas redes sociais, que acabam contribuindo para a permanência do racismo e do privilégio branco na sociedade brasileira, influenciando a forma com que imaginários sociodiscursivos a respeito de homens e mulheres negras são criados.

Desde o início do processo de colonização do Brasil, os portugueses tiveram uma percepção negativa dos indígenas que aqui viviam, devido aos imaginários sociodiscursivos que eles tinham de

como as pessoas deveriam viver e agir. As representações sociais dos europeus sobre o que era ser civilizado, eram bem diferentes das retratadas pelos indígenas. Não era considerado aceitável e comum, que as pessoas andassem sem roupas, por exemplo, sendo isso considerado um modelo de selvageria. Ao mesmo tempo, os portugueses também eram vistos com estranheza pelos indígenas, que tinham imaginários diferentes sobre como a vida em sociedade deveria ser.

Contudo, com o passar do tempo e o estabelecimento das relações de poder, a forma com que os indígenas eram vistos pelos portugueses, acabou se transformando em estereótipos negativos, e os imaginários dos colonizadores, foram consolidados na sociedade brasileira como os modelos a serem seguidos. Isso porque eles se instituíram como autoridades supremas, colocando os seus imaginários sociodiscursivos, como verdades absolutas que foram impostas para as outras pessoas. Nesse contexto, aqueles que seguiam as condutas portuguesas eram valorizados dentro da sociedade e aqueles que agiam de forma diferente eram desqualificados.

Com a consolidação da sociedade brasileira, os imaginários sociodiscursivos europeus continuaram sendo vistos como superiores. Até os dias atuais podemos perceber isso acontecendo, ao analisar toda a história do Brasil, compreendemos por que isso ocorre. O que nos permite perceber, que o processo de estabelecimento de imaginários sociodiscursivos podem ser muito amplos, gerando tanto aspectos positivos para alguns grupos, quanto negativos para outros. Importante ressaltar que algumas pessoas podem se beneficiar disso, uma vez que aqueles grupos que são estereotipados, normalmente encontram muito mais dificuldades e resistências para viver além dos rótulos colocados sobre eles.

De acordo com Renata Aiala de Mello (2012) as fronteiras entre os estereótipos, os imaginários sociodiscursivos e as representações sociais, por vezes se confundem, e os conceitos são usados como sinônimos ou com significados muito parecidos. Partindo das

considerações feitas pela autora a respeito de cada um desses conceitos, podemos perceber que os estereótipos estão ligados à forma com que a comunidade percebe e avalia os indivíduos, de maneira que a imagem cristalizada é estabelecida em vários discursos. E, além disso, estão diretamente relacionados com os conceitos de imaginários sociodiscursivos e representações sociais, porque está ligado, assim como esses outros conceitos, aos saberes comuns entre as pessoas e grupos.

Podemos constatar também, que os imaginários sociodiscursivos são uma forma de descrever os conhecimentos e saberes que os sujeitos compartilham entre si. Saberes estes que advêm das representações sociais e que fazem com que seja possível os indivíduos compreenderem o mundo enquanto local em que vivem e criam conexões.

Considerando as discussões feitas até aqui, é possível perceber como as representações são construídas, não fixas, dependem da linguagem para serem exteriorizadas, podendo ser observadas por meio do discurso. Discurso esse que é diferente, a depender do grupo ao qual pertence, uma vez que, culturas diferentes possuem diferentes formas de ver e, por consequência, representar o mundo.

O DISCURSO LITERÁRIO

Quando pensamos em literatura, é comum que nos venha à cabeça imagens de livros clássicos, consagrados como verdadeiras obras-primas que retratam uma determinada época e seus valores, ou como aqueles portadores de lições importantíssimas para a sociedade. Contudo, quando se trata de literatura, sobretudo de discurso literário, não devemos nos ater apenas a essas noções pré-concebidas e simplistas.

Muitas vezes entendemos a literatura como textos que seguem um determinado padrão, porque existe uma ideia que circula pelas sociedades, muitas vezes, reforçada por instituições como as escolas, de que somente os livros que fazem parte do cânone, são verdadeiramente literários, uma vez que se supõe que eles possuem um conteúdo “superior” a outros.

Entretanto, a literatura não pode ser entendida apenas como aquilo que encontramos nos livros, já que ela não se resume apenas aos textos escritos, vai além de textos que passam por um processo de revisão, edição, publicação por meio de uma editora e uma possível venda/compra. Ela pode ser encontrada em textos orais, escritos, em forma de poema, prosa, prosa poética, narrativa, poema narrativo, biografia, romance, romance histórico, conto, crônica, entre tantas outras formas. Ou, até mesmo, de uma forma única e até então não categorizada por ninguém. Isso porque ela não se caracteriza a partir da forma em que se encontra, mas sim enquanto uma esfera discursiva.

De acordo com Dominique Maingueneau (2018) o discurso literário pode ser compreendido como um discurso constituinte, ou seja, como aquele que “designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma” (Maingueneau, 2018, p. 60). Trata-se de um tipo de discurso que é uma categoria discursiva propriamente, possuindo características específicas ligadas às situações de comunicação e às formas de enunciação.

Dessa forma, o discurso literário se constitui à medida que possui características que validam a si mesmo e constrói outros discursos ao permitir que eles sejam fundados a partir dele. Assim sendo, o discurso literário vai se dar dentro de situações de comunicações específicas e por meio de gêneros discursivos específicos, o que faz com que a sua enunciação possa variar, porém, dentro de um conjunto variações que não faça com que o discurso passe a se encontrar dentro de outro tipo de discurso constituinte.

Isso porque os discursos constituintes são aqueles que possibilitam a fundação de outros, mas que não possuem todas as mesmas características. Maingueneau (2018) explica que a noção desse tipo de discurso “de um lado supõe propriedades comuns aos discursos que dela advêm e, de outro, ela afirma que esses discursos são irredutivelmente diversos, que cada um deles assume a “constituição de uma maneira específica” (p. 64).

A partir disso, é possível compreender por que o discurso literário possui características próprias que vão estar presentes em discursos que se encaixam dentro desta esfera, e o porquê de ele ser único, ainda que faça parte de um grupo de discursos constituintes. A sua configuração se dá de maneira diferente de outros tipos de discurso.

No discurso político, por exemplo, os sujeitos envolvidos possuem uma identidade discursiva de cidadãos de um determinado lugar, e espera-se que o discurso seja caracterizado pela verdade, já no discurso literário, os sujeitos envolvidos assumem identidades discursivas diferentes, e a falta de verdade, o caráter ficcional, é algo comum e fortemente aceito pelos envolvidos na enunciação.

A linguagem utilizada nos textos literários nesse contexto, é uma parte importante na constituição desse tipo discursivo, uma vez que ela contribui para o estabelecimento de características importantes dele, e o diferencia de muitos outros tipos de discursos que circulam pela nossa sociedade. Renato de Mello (2005) explica que a linguagem literária é diferente da linguagem cotidiana porque:

A linguagem cotidiana requer uma estrita obediência de sua estrutura - deve-se enquadrar o pensamento nas estruturas linguísticas, para que haja uma perfeita comunicação - a linguagem literária não obedece a qualquer regra estrutural fixa. O autor, que se utiliza dessa linguagem, não é obrigado a emoldurar seus pensamentos nas estruturas linguísticas; ele é livre para escolher e criar uma estrutura própria, que lhe proporcione uma clara expressão

de seus sentimentos e ideias. Assim, construindo o texto de acordo com seus próprios desejos, o escritor consegue que sua criação tenha um novo valor - passa da simples utilização comunicativa da linguagem a uma utilização artística da mesma - e um novo poder. O poder assumido pela nova linguagem é um poder ligado ao novo valor artístico. A linguagem literária assume aspectos de representação e demonstração. Através dessa linguagem, pode-se refletir sobre a própria língua com liberdade. A linguagem literária permite que as palavras assumam vida própria, com novas significações que não aquelas a elas conferidas usualmente. A linguagem passa a ter "sabor" (Mello, 2005, p. 40).

Por meio dessa explicação, é possível compreender como a linguagem literária permite que o autor possa se expressar, da maneira que melhor se adeque a sua produção artística, não se prendendo a estruturas pré-estabelecidas. Ao contrário do que acontece em outros discursos constituintes, em que é comum que a estrutura do gênero discursivo determine de que maneira os sujeitos envolvidos na enunciação devem utilizar a linguagem para que o ato de comunicação seja bem-sucedido.

No discurso literário, o enunciador tem a possibilidade de se comunicar por meio do novo. E é esse novo que faz com que seja possível múltiplas interpretações dos discursos literários, pois quando as palavras adquirem sentidos diferentes dos usuais é aberto um conjunto de possibilidades interpretativas. Aspecto que se amplia, ao considerarmos que tanto o sujeito enunciador quanto o sujeito interpretante, fazem parte dos atos enunciativos e a interpretação ainda pode ser diferente, a depender de quem recebe aquele discurso.

Essa liberdade pode fazer com que formas de escrita consideradas incorretas em determinados gêneros discursivos de outras esferas, sejam aceitas e bem interpretadas nas obras literárias. É o que podemos ver nas obras de José Saramago, por exemplo, em que os enunciados são escritos sem seguir muitas regras gramaticais da

língua portuguesa. O autor utiliza poucos parágrafos, vírgulas e pontos finais em suas obras, mesmo assim, elas são compreendidas dentro da situação de comunicação e enunciação em que se encontram.

O mesmo acontece com Guimarães Rosa, que em suas obras utiliza de estratégias como o neologismo, para formar novas palavras que muito se relacionam ao seu regionalismo. Fora da enunciação, essas palavras podem não adquirir significados, mas dentro dos seus livros, são interpretadas pelos leitores e trazem características para eles, que são imprescindíveis para que o ato de comunicação seja bem-sucedido naquele contexto.

Os gêneros discursivos, por meio do qual esse discurso se manifesta, também sofrem influências dessa liberdade linguística, pois, ainda que existam gêneros com uma estrutura bem determinada dentro dessa esfera discursiva, como o soneto, a epopeia e a crônica, por exemplo, são possíveis que o discurso literário seja constituído de uma estrutura nova, que não siga parâmetros pré-estabelecidos.

Na literatura contemporânea, é comum a existência de obras que não se encaixam em um único gênero discursivo, tendo como resultado uma narrativa totalmente nova. Como é o caso da obra *Xica da Silva: a Cinderela Negra* (2016) de Ana Miranda, que é construída a partir de uma mistura entre romance e biografia, uma vez que se tem a criação ficcional sobre a vida de Chica e a narração de fatos históricos, que é feita a partir de pesquisas documentais realizadas pela autora. Nessa obra, há ainda uma distinção tipográfica, entre as partes ficcionais (escritas em itálico) e as partes documentais (escritas em fonte comum), o que causa um efeito novo e diferenciado.

Para além das narrativas, o discurso literário também pode se dar por meio de outros modos de enunciação. Entretanto, neste trabalho, vamos nos ater a narrativa, que é o modo enunciativo em que o nosso *corpus* se encontra. De acordo com Charaudeau (2019):

Para que haja narrativa é necessário um “contador” (que poderá chamar de *narrador, escritor, testemunha*

etc.), investido de uma intencionalidade, isto é, de *querer transmitir alguma coisa* (uma certa representação da experiência do mundo) a alguém, um “destinatário” (que se poderá chamar de *leitor, ouvinte, espectador* etc.), isto é, de uma *certa maneira*, reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular a sua narrativa. Evidentemente, não estão excluídas dessa intencionalidade todas as significações não conscientes das quais o contador poderia ser o portador involuntário (Charaudeau, 2019, p. 153).

Em outras palavras, as narrativas são caracterizadas pela ação de alguém, de contar algo para uma outra pessoa de uma determinada maneira. Essa narrativa, pode ocorrer de maneira a relatar algo que realmente aconteceu, ou pode tratar de algo fictício, no discurso literário é comum nos depararmos com ambos os tipos. Quando se trata de uma biografia, por exemplo, espera-se que a narrativa se concentre em fatos que aconteceram na vida do biografado, e quando concerne a um romance, é a invenção de episódios e situações que predomina na narrativa.

Charaudeau (2019) explica ainda, que a narrativa é uma totalidade discursiva, e que o narrativo é um de seus componentes. Dessa forma, a narrativa pode ser composta pelo narrativo também pelo descritivo. Entretanto, o descritivo não obedece a nenhum princípio de fechamento e nem a uma lógica sintática, uma vez que seu papel é apresentar aspectos de algo que existe e que é imutável.

Já o narrativo, se caracteriza por uma articulação entre uma organização da lógica narrativa e uma organização da encenação narrativa. De maneira que, a primeira pode ser entendida como a forma de configuração da trama narrativa, que se julga existir fora da configuração enunciativa em si. Ela se refere a aspectos como a construção dos personagens, se atentando aos papéis e características que eles possuem dentro das narrativas; a hierarquização das funções narrativas, de modo que os enunciados podem ser ligados uns aos outros, por meio de uma hierarquia ou não; aos processos e as funções narrativas, como o fato de uma ação gerar ou não novos

processos na obra; e os princípios de organização da narrativa, que podem seguir a diferentes formas, podendo ser um princípio de coerência, de intencionalidade, de encadeamento etc.

A organização da encenação narrativa, por sua vez, se refere a configuração do ato de linguagem em que esta narração irá acontecer, já que toda narrativa precisa de uma encenação para que haja comunicação. Essa encenação se dá, a partir da junção do espaço externo ao texto (extratextual), em que se encontram os sujeitos dotados de uma identidade social, o autor e o leitor “real”, e do espaço interno ao texto (intratextual), no qual se encontram os sujeitos que dispõem de uma identidade discursiva, o narrador e o leitor-destinatário.

Pensando nos sujeitos do ato de linguagem da Teoria Semiolinguística, que vimos na seção anterior, dentro da enunciação narrativa, o autor e o leitor real correspondem ao sujeito comunicante (EUc) e sujeito interpretante (TUi), respectivamente. Isso porque o autor é aquele que possui a sua identidade construída em cima dessa sua condição, e é reconhecido socialmente como tal. Da mesma maneira, o leitor real, que além de ser visto/reconhecido enquanto leitor, é aquele que vai receber o discurso e interpretá-lo à sua maneira. Tratando-se, portanto, de uma imagem diferente da que o sujeito enunciador, no caso o narrador, imaginou como sujeito destinatário (TUd) ideal para o seu discurso.

Nesse sentido, o leitor destinatário corresponde, então, ao sujeito destinatário (TUd), sendo aquele que o narrador, que corresponde a figura do enunciador (EUe), considera ao formular o seu discurso.

Ainda, segundo Charaudeau (2019) essa configuração da encenação narrativa pode ocorrer tanto em situações de uma narração de fatos que aconteceram na vida real, quanto na narração de histórias fictícias. Desse modo, pode-se concluir que esse quadro é adequado às obras do discurso literário.

Essa encenação ligada ao discurso literário pode ser observada, quando uma pessoa vai até uma livraria, se dirige à seção de romances e começa a inspecionar um livro a fim de realizar uma compra. Essa pessoa está realizando o papel de leitor real, pois, ao ser vista ali com um livro na mão dentro de uma loja de livros, ela logo é reconhecida enquanto leitora, uma identidade social, e é ela quem realmente vai ler e interpretar aquela obra que tem nas mãos.

Já a figura de autor que ela vê, o nome escrito na capa do livro e que normalmente possui uma pequena biografia escrita na orelha dele, corresponde ao autor. Aquele que é reconhecido como tal, socialmente por ter sido a pessoa que passou por todo o processo de escrever aquele romance. O sujeito autor se desdobra na figura do narrador, que é o ser que narra a história que o leitor começa a ler, aquele que existe apenas dentro da esfera discursiva e é quem articula no texto, a forma de contar a história daquele livro.

Por fim, o leitor destinatário pode ser encontrado nessa cena enunciativa como aquele que o narrador pensou como o leitor do seu livro, quando configurava a sua história. É quem possui as competências que seriam necessárias, segundo a visão do narrador, para interpretar a sua obra. Imagine que a história seja escrita em inglês, portanto, como leitor destinatário é imaginado uma pessoa fluente em inglês. No entanto, o leitor real pode ser um estudante da língua inglesa, que comprou o livro para usar como um dos seus instrumentos de aprendizagem da língua. Dentro desse processo, a imagem do leitor destinatário, não corresponde a do leitor real. Entretanto, não significa que o leitor real não conseguirá realizar uma interpretação da obra, somente que esta pode ser diferente da pensada pelo narrador enquanto enunciador. Provavelmente esta pessoa não conseguirá compreender todas as nuances da obra literária, mas poderá entendê-la em algum nível.

O processo de enunciação narrativa pode ser sintetizado por meio do quadro a seguir, desenvolvido por Charaudeau (2019):

Quadro 2 - Dispositivo da encenação narrativa



É importante ressaltar que esse quadro, sempre irá acontecer dentro de uma situação de comunicação específica, em que os sujeitos envolvidos firmam um contrato de comunicação. Pensando nas obras literárias e ficcionais construídas por meio de uma narrativa, como um dos aspectos da situação de comunicação, podemos observar o fato de que nos livros, os sujeitos envolvidos não estão fisicamente em um mesmo ambiente e precisam estabelecer uma comunicação única, e exclusivamente, por meio das palavras e imagens utilizadas na obra e da interpretação que se faz delas.

Essa e outras características desse discurso, possuem grande relevância na sua construção, pois influenciam nas estratégias adotadas pelos sujeitos dentro do contrato de comunicação estabelecido, para que aquela comunicação seja bem-sucedida. Considerando o exemplo anterior, o autor não pode, em uma obra literária, utilizar dos gestos para acrescentar sentido aos seus enunciados, ele deve

desenvolver estratégias para chegar no mesmo sentido pretendido de uma outra maneira.

E, se tratando de uma obra ficcional, os sujeitos envolvidos sabem que dentro do contrato em que estão situados, o que está escrito ali não reflete a uma realidade ou um fato verdadeiramente ocorrido. O que mais uma vez, interfere nas estratégias adotadas pelo autor para atingir os seus objetivos. Um exemplo em que podemos observar esta questão, intervir de maneira explícita nas táticas adotadas pelo autor, é no prólogo da obra *Um Defeito de Cor* (2016), de Ana Maria Gonçalves. Nele, a autora afirma que o livro é resultado de uma serendipidade, pois a história que ela vai contar ali, foi encontrada por ela, escrita em manuscritos descobertos por acaso durante uma visita à Ilha de Itaparica.

Segundo a autora, esses manuscritos teriam sido escritos por algum membro dos povos malês, possivelmente Luísa Mahin, e por conta disso, não poderia deixar de contar aquela história. Devido a isso, muitos leitores acreditam no que diz Ana Maria Gonçalves e tomam aquela história como verdadeira. Entretanto, a própria autora afirma em entrevista, que esse foi um jogo adotado por ela para conseguir dar mais validade para sua história que, apesar de não ser integralmente verdadeira, traz muitos aspectos da vida e história dos povos negros no Brasil (Cortês, 2010 *apud* Lima, 2020).

Esse exemplo da obra *Um Defeito de Cor*, nos chama atenção para um aspecto muito importante dentro da esfera das obras literárias, que é a relação entre o sujeito autor e a sua obra, uma vez que questionamentos relacionados ao quanto a vida e aspirações pessoais dos escritores e escritoras intervêm nas obras, são muito comuns. Nesse sentido, é habitual tentarmos compreender, se as obras literárias são como um reflexo da vida dos autores e autoras, ou, se concerne cem por cento, de uma invenção advinda da imaginação.

É importante considerar que o sujeito autor, como ser social e fora da esfera discursiva propriamente dita, não poderia a partir

de sua posição, ocupar um lugar de influência direta dentro da produção discursiva, porém, os discursos são sempre marcados tanto pelos sujeitos que os produzem, quanto pelo meio sócio-histórico em que são produzidos. Como poderiam, então, os discursos literários não possuírem marcas de quem os produziu e da época em que foram escritos?

Ainda que Charaudeau (2019) e Maingueneau (2010; 2018) falem sobre o discurso literário por meio de perspectivas diferentes, uma vez que o primeiro aborda o narrativo através do modo de enunciação narrativo, e o segundo fala em encenação narrativa pautado nas cenas de enunciação, Maingueneau (2010; 2018) propõe uma resposta para essa e as outras questões suscitadas a respeito da relação do autor com a sua obra, que se encaixa no contexto que estamos tratando.

Para ele, o conceito de paratopia, é capaz de responder a esses questionamentos, por se referir a esse não lugar em que se encontra o escritor, já que ele não está unicamente dentro da esfera discursiva, e nem unicamente na esfera social. A paratopia se encontra na criação artística do escritor, que está em uma posição indefinida, ao passo que como escritor, está dentro da esfera literária, e como sujeito, está dentro de uma esfera social. Portanto, é esse lugar indefinido, em que está o autor que marca a sua produção discursiva.

Assim sendo, é por meio da paratopia, que o autor pode se colocar dentro de seus textos. Ela está integrada ao processo criador, a partir de uma relação do espaço literário com a sociedade, podendo se apresentar de diferentes formas, a depender da vida do autor e também das relações sociais em que ele está envolvido. A paratopia, também pode se fundamentar em questões mais direcionadas a aspectos interpessoais ou sociais, uma vez que a paratopia do escritor:

O leva a identificar-se com todos os que parecem não ser incluídos nas linhas divisórias da sociedade [...] basta

que seja estabelecida na sociedade uma zona percebida como potencialmente paratópica para que a criação literária a possa explorar (Maingueneau, 2018, p. 98-99).

Maingueneau (2018) propõe três tipos de paratopia: a de identidade, a espacial e a temporal. A primeira delas, a paratopia de identidade, é aquela que se refere ao afastamento de um grupo que gera um não pertencimento identitário, de modo que pode ser familiar, como é o caso das crianças abandonadas, dos órfãos, dos bastardos etc.; sexual, quando se refere a transexuais, homossexuais etc.; ou social, se referindo aos excluídos de alguma sociedade, podendo ser devido à classe social, à raça, entre outros aspectos.

A paratopia espacial, se refere à quando um lugar se torna um não lugar. Como é o caso dos refugiados. Já a paratopia temporal, concerne a premissa de que “meu tempo não é o meu tempo” (Maingueneau, 2018, p. 110) de maneira que se vive com base no passado ou no futuro. É importante ressaltar, que os fenômenos paratópicos, podem ir além dessas classificações propostas pelo autor, uma vez que, como citamos, a forma com que ela irá integrar o processo enunciativo, está relacionada com as vivências e relações sociais de cada autor.

Entretanto, para além da paratopia, outro aspecto relacionado ao autor que interfere na encenação narrativa de forma geral, e na forma com que a obra é vista e interpretada pelo leitor real em particular, é o que Maingueneau (2010) denomina imagem do autor. Isso porque, para o autor, “enunciar em literatura não é apenas apresentar um mundo ficcional, mas igualmente configurar a cena de fala, que é ao mesmo tempo, a condição e o produto dessa enunciação” (Maingueneau, 2010, p. 141) e a imagem do autor está inserida nessa configuração, uma vez que ela pode ser compreendida como a forma com que o autor é visto e reconhecido.

Essa imagem é necessária para todos autores e autoras, pois, ainda que todos que escrevem literatura sejam produtores desse

discurso, independentemente do local ou do gênero discursivo por meio do qual escrevem, “para que um indivíduo seja plenamente “auctor”, é necessário, que terceiros o instituem como tal, mediante a produção de enunciados sobre ele e sobre sua obra, em suma, conferindo-lhe uma imagem de autor” (Maingueneau, 2010, p. 142).

Essa imagem, é construída tanto por meio das atividades do autor, dentro e fora dos textos em si, quanto pelas produções discursivas de outras pessoas que contribuem para a formação dessa representação. Dentro do texto, o autor constrói essa imagem por meio da forma com que constrói o seu discurso, os seus personagens, a cenografia, os gêneros discursivos que utiliza, a editora na qual publica seus livros etc. Quando a obra é publicada por uma editora de grande porte, cria-se a imagem de um escritor importante e, até mesmo, renomado. Todavia, quando a publicação acontece de forma independente e financiada pelo próprio autor, muitas vezes, a imagem que se cria é de que o autor ainda não é tão bom, a ponto de ser publicado em uma editora.

Já as ações do autor como pessoa, geram para si uma identidade social que também contribuem para a sua imagem. Normalmente, ele possui comportamentos baseados em imaginários sociodiscursivos do que é ser um autor, que contribuem com essa imagem, além disso as participações em entrevistas, podcasts e a publicação de outros textos para além da sua obra literária, também contribuem para tal. Juntamente com suas escolhas de cunho pessoal, como as suas preferências políticas, e, até mesmo, aspectos que vão além do seu controle, como a sua classe social e sua raça.

Um autor negro não é visto da mesma forma que um autor branco e, portanto, não possui a mesma imagem de autor que ele. Dessa maneira, o fato de se tratar de um autor branco ou negro, configura a situação de comunicação de forma diferente. Como os acontecimentos relacionados à vida e à obra de Carolina Maria de Jesus, escritora negra brasileira que teve mais de cem mil exemplares

vendidos de sua obra *Quarto de Despejo*, um recorde para o período que foi lançado que ultrapassou as vendas de escritores como Clarice Lispector e Jorge Amado, aclamados na época. Todavia, ela ficou conhecida apenas como a escritora favelada, sua obra foi vista como sem valor literário por muitos na época e caiu no esquecimento durante muitos anos.

A partir do exposto, podemos concluir que o discurso literário possui muitas camadas, tanto discursivas quanto sociais, que contribuem sobremaneira para a produção e recepção das mesmas pelos sujeitos envolvidos. Compreender como esse discurso é configurado, e as suas cenas de enunciação são importantes para entender melhor as obras que circulam pela nossa sociedade e, levando isso em consideração, utilizaremos os conteúdos aqui apresentados para realizar as análises nos contos selecionados.

2

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS E OS GRUPOS SOCIAIS

A fim de compreender melhor os imaginários sociodiscursivos que circulam na nossa sociedade a respeito dos povos negros, iremos abordar aspectos do processo histórico e social que contribuíram para a construção do imaginário desses povos, das mulheres de forma geral e das mulheres negras, respectivamente. Para isso, utilizamos teorias desenvolvidas nas áreas dos Estudos Culturais, da Historiografia, da Filosofia, da Sociologia, Estudos de gênero (com recorte sobre a representação da mulher), entre outros.

Além disso, apresentamos um pequeno panorama da representação da população negra no discurso literário, nos atentando a quais imaginários sociodiscursivos a seu respeito estão presentes nesse discurso.

RAÇA, RACISMO E O IMAGINÁRIO SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA

A representação dos povos negros é marcada por sua história, que influencia a forma como são vistos e significados tanto por aqueles que pertencem a esses grupos quanto por aqueles que não pertencem.

A representação dos povos negros é marcada pela sua história, a partir dela, são vistos e significados pelos grupos. Tudo que viveram vai contribuir com a construção das representações sociais e imaginários sociodiscursivos desses povos, nesse sentido, é impossível pensar em pessoas negras sem pensar no lugar em que elas foram colocadas no decorrer do tempo, a partir das suas diferenças culturais, étnicas e, até mesmo, em relação às características físicas que as distinguem de outros grupos de pessoas, principalmente as consideradas brancas.

Essa diferenciação entre os grupos, foi o que fez com que as pessoas negras fossem colocadas como pertencentes a uma raça diferente das pessoas brancas. Assim sendo, o termo raça começou a ser empregado na Europa no início do século XVI se referindo às pessoas como um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum (Guimarães, 2009; Schwarcz, 1995).

Foi em meados do século XIX que o termo raça foi introduzido na literatura mais especializada, trazendo pela primeira vez a ideia da existência de heranças físicas entre indivíduos de diversos grupos humanos. Lilia Moritz Schwarcz (1995) explica que foi a partir daí que houve uma reorientação intelectual contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas que tinha como suporte a ideia de raça. Nesse momento, surgiram correntes como a poligenista, que afirmava que existiam diversas “espécies” de raças humanas, e a monogenista, que acreditava que a humanidade teria surgido de uma única fonte.

Com a publicação do livro *A origem das espécies* (1859) de Charles Darwin, as disputas entre os modelos teóricos monogenistas e poligenistas foram amenizadas e as teorias de Darwin passaram a constituir o paradigma da época. Nesse momento, houve muitas interpretações da obra relacionando-a com o comportamento das sociedades e a noção de seleção natural foi utilizada como justificativa para o domínio ocidental e para o “atraso” da raça negra (Schwarcz, 1995).

Silvio Almeida (2019) ao discutir as questões raciais, explica que foi esse espírito positivista do século XIX que transformou as indagações das diferenças humanas em diferenças científicas. Utilizando dessa proposição para propagar a ideia de que existia uma diferença genética entre pessoas brancas e negras, ele declara que a biologia, a física e a geografia serviram como modelos explicativos das diferenças entre as raças, dando forma ao racismo científico, que por muitos anos foi utilizado como justificativa para o tratamento discriminatório para com os povos negros.

O filósofo, historiador e teórico político Achille Mbembe (2014) afirma que o conceito de raça “não existe enquanto facto natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção dos conflitos antigamente entendidos como mais verossímeis.” (p. 27). Assim, a concepção de raça é um tipo de invenção criada para o benefício de alguém ou de algum grupo específico e que colocou as pessoas negras em um local de marginalização.

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2009), ao discorrer sobre a questão racial, traz concepções que caminham na mesma direção do que afirmam Mbembe (2014) e Almeida (2019) pois ele explica que não há nenhum significado visível na cor da pele, formato do nariz, na espessura dos lábios, textura do cabelo etc., mas que os sentidos são construídos no interior de uma ideologia preexistente que funciona como critérios e marcas classificatórias das pessoas. Ele diz que “alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais” (Guimarães, 2009, p. 46-47).

Ainda segundo o autor, a particularidade das relações raciais no Brasil, que ele denomina racialismo, está na importação das teorias racistas europeias para cá, ou seja, o caráter inato das diferenças e a degenerescência proveniente da mistura racial. A partir disso, o negro e o indígena desde sempre foram transformados em uma subclasse na sociedade brasileira e tiveram a sua cidadania negada.

No Brasil do século XIX, as raças eram consideradas subdivisões da raça humana, baseadas, como já vimos, nos princípios do racismo científico. Contudo, já no começo do século XX, essa concepção deixou de existir, pois concluiu-se que não existe nenhum tipo de categoria da raça humana que possa ser identificada geneticamente. A partir daí as diferenças morais e intelectuais só poderiam ser explicadas por meio das diferenças culturais (Guimarães, 2009).

Por meio das teorias de Gilberto Freyre, com a publicação de *Casa Grande e Senzala* (1933), iniciou-se uma valorização da herança cultural brasileira, tornando comum a afirmação de que as raças não existem, negando assim o racismo e propagando a democracia racial, ou seja, a proposição de que existia uma vida harmônica e sem nenhum tipo de preconceito e discriminação entre pessoas brancas e negras.

Guimarães (2009) explica que essa ideia foi bastante difundida porque os cientistas sociais tomaram como modelo os Estados Unidos, que possuía uma atmosfera violenta entre brancos e negros, bem diferente do que acontecia no Brasil, em que havia uma equidade jurídica que fazia com que não fossem percebidas as diferenças. Para ele isso se deu por três razões: a) o plano antirracista da época enfatizava a lei e não a prática, ignorando, dessa forma, os movimentos negros que denunciavam o preconceito de cor; b) pelo fato de que a concepção de raça baseada na biologia escondia o caráter realista da distinção de cor que foi construído, sendo, portanto, social e cultural; c) o realismo ontológico das ciências sociais buscava explicações causais, não considerando a linguagem discursiva de status e classe que escondia o racismo.

Essa ideia de democracia racial acabou “por formar uma ideologia *racista*, ou seja, uma justificativa da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes” (Guimarães, 2009, p. 66, grifo do autor). Isso porque a negação das raças fez com que houvesse uma ausência de políticas públicas para tratar dessas questões, em decorrência disso, “a situação marginal dos negros na sociedade brasileira acabou por reproduzir a ordem hierárquica diferenciadora entre brancos e negros, ampliando as desigualdades sociais, nutrindo uma série de tropos sociais para a raça” (Guimarães, 2009, p. 66).

Ainda segundo o autor, desde esse momento tornou-se ainda mais emergente a necessidade de uma conceituação de raça e racialismo que considerasse a realidade brasileira. Ele afirma que:

É justo aí que aparece a necessidade de teorizar as “raças” como elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas (Guimarães, 2009, p. 67).

Almeida (2019) afirma que a partir da conformação histórica, é possível concluir que o conceito de raça opera por meio de dois registros básicos que se entrelaçam: a característica biológica e a étnico-cultural. E que mesmo que já tenham demonstrado há muito tempo que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem o tratamento discriminatório, é importante ressaltar que “a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (Almeida, 2019, p. 22).

Nesse sentido, a raça não existe como um fenômeno biológico capaz de separar e categorizar os seres humanos, ela é uma construção social que surgiu a partir da construção de uma diferença entre pessoas negras e brancas. José D’assunção Barros (2014) discorre sobre isso ao explicar como a desigualdade entre brancos e negros foi transformada em uma diferença, fazendo com que os povos negros perdessem a sua identidade e passassem a ser significados como escravos.

Para Barros (2014) a diferença pode ser entendida como algo inerente à ação humana e uma coisa desigual tem como característica principal ser algo circunstancial. Ele explica que:

Pode-se dizer que em geral a diferença se coloca no âmbito do “ser”, enquanto a desigualdade pertence ao mundo do “estar” ou das circunstâncias. Vermelho é

diferente do azul, mas um pintor pode dispensar um tratamento desigual ao uso destas duas cores em uma pintura, conforme enfatize mais uma ou outra. Para este exemplo, acabamos de falar em desigualdade relativamente a um espaço de critérios específico, que é o da utilização quantitativa de cores diferentes pelo artista. Mas poderíamos falar de uma desigualdade entre duas cores no que se refere ao espaço simbólico que o artista atribuiu-lhe em uma determinada obra (mesmo que a cor valorizada não seja aquela que é mais utilizada conforme o critério quantitativo) (Barros, 2014, p. 24).

O contexto da escravidão é caracterizado por ele como uma desigualdade, visto que é definido pela privação da liberdade de alguém, ou seja, trata-se uma circunstância criada pela ação humana e que pode ser mudada por ela. Entretanto, as pessoas escravizadas passaram a ser “escravos”, uma condição fixa que lhe foi imposta e que fez com que fossem excluídas as suas identidades e particularidades como ser humano. Além de terem sido colocados como polo oposto dos brancos, sendo vistos como o contrário de tudo o que esses eram considerados.

Todos os negros foram colocados em um lugar de diferença coletiva baseada na cor da pele que foi construída pelos brancos da época, uma vez que os senhores de escravos criaram a concepção de branco como o europeu e reduziram as diversas etnias do continente africano, referente as pessoas de pele negra, unicamente a “raça negra” e utilizaram essa concepção como critério para a escravização.

Importante ressaltar ainda que:

A África também foi uma construção da “Europa”. O Norte, o centro, o sul, a banda oriental, o litoral atlântico, para apenas falar das macrorregiões da África, eram pressentidas pelos povos que as habitavam como regiões geográficas e culturais bem diferenciadas. Quem pela primeira vez avaliou estes povos a partir de uma identidade étnica

e continental - enquadrada em um lugar único - foi o próprio homem "branco" europeu, já que esta questão não se colocava então para os "negros africanos" da época (Barros, 2014, p. 40).

Essa uniformização dos povos africanos como sendo todos apenas negros, sem considerar as suas etnias e culturas, fez parte da criação da diferença entre brancos e negros, fazendo com que as mulheres e homens negros fossem entendidos como inferiores, de maneira que as representações sociais e imaginários sociodiscursivos sobre eles fossem criados com base nisso.

Pensando nessa uniformização dos negros e negras africanos, é fundamental salientar que ela ocorreu mais precisamente em solo brasileiro e conforme era benéfico para os senhores de escravos. Ao chegarem no Brasil, as pessoas pertencentes a uma mesma etnia ou que vieram de uma mesma região da África eram, na maioria das vezes, separadas e proibidas de falarem suas línguas maternas, cultuarem as suas religiões e de manterem suas práticas culturais, de maneira que eram apenas "escravos"; ou seja, um objeto de trabalho, sendo, portanto, anulados e silenciados. Isso porque era importante para a manutenção do sistema escravista que os escravizados não se unissem e não se fortalecessem para não se revoltarem contra a condição imposta a eles, causando problemas para seus "senhores."

No entanto, categorias de classificação das pessoas negras foram criadas pelos mercadores de escravos, a fim de determinar quais tipos deles eram melhores para cada variedade de trabalho. Isso aconteceu, segundo Barros (2014) baseado na geografia do tráfico, ou seja, nas regiões portuárias da África que os escravizados embarcavam para o Brasil. Isso posto, fica evidente como as verdadeiras características culturais, pessoais e étnicas dos negros e negras não eram levadas em consideração. Tratava-se apenas de algo para o benefício dos mercadores, que era vender mais e melhor, e os povos negros continuavam silenciados, apagados e fragmentados enquanto povo.

Essa fragmentação foi crescendo com a exploração europeia e a consolidação da concepção da diferença entre branco e negro. Houve a oposição entre o “civilizado” e “selvagem”, de maneira que o branco foi associado ao progresso e ao desenvolvimento intelectual, enquanto o negro foi correlacionado ao instintivo e a natureza primitiva. Acreditavam que o negro somente seria civilizado se dominado e regido pelo branco, deixando de lado sua natureza bruta e selvagem.

Segundo Hall (2016) as representações baseadas na diferença racial, giravam em torno da construção de duas características consideradas imutáveis das mulheres e homens negros: a preguiça inata e o primitivismo. O primeiro deles se referia ao fato de as pessoas negras terem nascido apenas para a servidão, mas, ao mesmo tempo, indispostas para o trabalho. A partir dessa concepção, eles eram vistos como aqueles que deveriam trabalhar o tempo todo e serem supervisionados a todo momento, uma vez que poderiam deixar de trabalhar se fosse permitido que seguissem a sua natureza preguiçosa.

Além disso, essa representação servia como uma maneira de esconder os interesses econômicos relacionados ao trabalho escravo. Dizer que “são preguiçosos” é uma maneira de ocultar a situação degradante dos trabalhos. Ao se afirmar que os negros e negras estavam cansados por serem preguiçosos a razão do cansaço recaí sobre eles e não no sistema capitalista/escravista que lucrava com a mão de obra escrava.

Já a segunda concepção, a do primitivismo, tem origem na crença de que os negros eram incapazes de serem requintados, que a simplicidade e “falta de cultura” (na perspectiva dos brancos da época em que viviam) era resultante do seu DNA, ou seja, que eram geneticamente ineptos a viverem de forma diferente daquela que viviam. Afirmavam que eles eram incapazes de viver segundo a cultura europeia, que era a dominante e era vista como correta.

Para Hall (2016) havia uma lógica por trás dessa naturalização, que tinha como finalidade atingir um objetivo: reduzir os diferentes povos negros que foram sequestrados do seu continente a uma simples característica. Colocar suas ações e modos de existir como uma força da natureza que os atravessava, era uma forma de afirmar que se tratavam de características permanentes, que estavam no campo da essência dessas pessoas. Dessa maneira, ficava evidente que não eram características que poderiam ser mudadas. O autor afirma, então, que “a “naturalização” é, portanto, uma estratégia representacional que visa *fixar* a “diferença” e, assim, *ancorá-la* para sempre. É uma tentativa de deter o inevitável “deslizar” do significado para assegurar o “fechamento” discursivo ou ideológico” (Hall, 2016, p. 171, grifos do autor).

No entanto, para além do objetivo de fixar a diferença ressaltada por Hall, é possível perceber, por meio da articulação com outros autores, que afirmar que os povos negros possuíam tais características, era também uma forma de justificar as ações dos brancos sobre os negros e negras, pois, a partir dessa perspectiva, a escravização dessas pessoas era uma forma de “cuidar” delas, garantir que saíssem da sua preguiça inata e que tivessem contato com culturas, uma vez que consideravam que eles não a possuíam.

É importante evidenciar que essa ação de reduzir os povos negros a simples características, se relaciona diretamente ao ato de estereotipar que, como já vimos, tem como uma de suas características o enclausuramento de pessoas, grupos ou coisas dentro de certos atributos.

Quando foi afirmado, por meio do estereótipo, que as pessoas negras possuíam uma preguiça inata e que eram primitivas por natureza, eles começaram a ser tratados de acordo com essa imagem. Isso fez com que os negros e negras vivessem dentro de um ciclo pré-determinado pelas ações humanas que confirmavam o estereótipo. Ao considerarem que as culturas africanas eram

algo rudimentar e inaceitável, silenciando de todas as maneiras os povos negros em diáspora, a visão deles como pessoas selvagens e sem cultura foi reproduzida, o que também pôde ser observado em relação à preguiça inata que colocaram como uma característica de todos os povos negros. Fato é que, quando forçados a trabalhos desumanos, é esperado que as pessoas se recusem a fazer esse serviço, quando não estão sendo forçadas a tal, não se trata de aspectos de ordem fixa e imutável, mas sim, de algo circunstancial gerado pela ação humana.

Fica evidente que os imaginários sociodiscursivos sobre as pessoas negras são atravessados pela concepção de raça. É a partir dela que elas são vistas, lidas e significadas pelos outros. A raça, nesse sentido, pode ser entendida como o fio condutor de todas as formas de interpretação dos povos negros.

Foi fundamentada na definição de raça que as representações sociais a respeito dos negros, foram criadas dentro das sociedades ocidentais, principalmente europeias. Com base nela, houve uma justificação para todas as atrocidades que aconteceram com essas pessoas e adentrou-se na memória coletiva a aceção racista que se tem delas. Além disso, ela demarcou a diferença entre pessoas negras e brancas, trazendo uma concepção binária da diferença, em que a base é a construção de um Outro, aquele “não semelhante a si mesmo, mas como *objecto* intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir devido a não conseguir assegurar o seu controlo total” (Mbembe, 2014, p. 27).

O negro passa, então, a ser visto sempre como aquele Outro que é diferente do branco e, portanto, não pode ser tratado da mesma maneira. Entretanto, é importante ressaltar que no processo de construção de uma representação social a existência de um outro é importante, ao passo que os sujeitos ao quererem tornar familiar algo que é não-familiar, fazem um processo de comparação

daquilo que é novo com outro conhecido no processo de ancoragem (Moscovici, 2003) nesse procedimento a ideia da existência de um outro não é negativa. O processo se torna danoso, quando a concepção desse outro já é construída com base na cor da sua pele e no que se entende por certo ou errado dentro de uma determinada cultura, não considerando outras culturas existentes, outras formas de representação e visões de mundo.

Segundo Mbembe (2014), esse processo de racialização demarcou as sociedades e definiu quem pode ou não fazer algo e como cada grupo de pessoas deve ser tratado. Ele explica:

Os processos de racialização têm como *objetivo* marcar estes grupos de populações, fixar o mais possível dos limites nos quais podem circular, determinar *exactamente* os espaços nos quais podem ocupar, em suma, conduzir a circulação num sentido que afaste quaisquer ameaças e garanta a segurança geral. Trata-se de fazer a triagem destes grupos de populações, marcá-los individualmente como “espécies”, “séries” e “tipos”, dentro de um cálculo geral do risco, do acaso e das probabilidades, de maneira a poder prevenir perigos inerentes à sua circulação e, se possível, a neutralizá-los antecipadamente, muitas vezes por paralisação, prisão ou deportação. A raça, deste ponto de vista, funciona como um dispositivo de segurança fundado naquilo que poderíamos chamar o princípio do enraizamento biológico pela espécie. A raça é, simultaneamente, ideologia e tecnologia do governo (Mbembe, 2014, p. 71).

Uma vez racializados, mulheres e homens negros foram aprisionados na raça e, conseqüentemente, passaram a ser representados por meio dela. Ainda segundo Mbembe (2014) a representação dos povos negros iniciou-se a partir do conceito de razão negra, que consiste:

Num conjunto de vozes, enunciados e discursos, saberes, comentário e disparares, cujo objecto é a coisa ou as pessoas “de origem africana” e aquilo que afirmamos

ser o seu nome e a sua verdade (os seus atributos e qualidades, o seu destino e significações enquanto segmento empírico do mundo) [...] A razão negra designa tanto um conjunto de discursos como de práticas - um trabalho quotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e pôr em circulação fórmulas, textos, rituais, com o objectivo de fazer acontecer o Negro enquanto sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível, a tal respeito, de desqualificação moral e de instrumentalização prática (Mbembe, 2014, p. 57-58).

Ou seja, a razão negra concerne aos diferentes tipos de discurso que são atravessados pelo racismo, colocando em movimento e levando a diferentes concepções racistas. Perspectivas sobre a população negra pautadas nas crenças, conhecimentos e ideologias do grupo enunciador desses discursos, uma vez que o discurso é marcado pelas condições sociais, históricas e ideológicas de quem os produziu.

Isso nos mostra mais uma vez como o falseamento dos tipos de saberes, propostos por Charaudeau (2006; 2017) pode acontecer, uma vez que os saberes de crença, ou seja, o saber de opinião coletiva baseado no racismo, passam a ser uma verdade inquestionável, um saber de conhecimento para um determinado grupo de pessoas. Além disso, as fronteiras entre os saberes de opinião de um grupo sobre o outro também são transpostas, pois não é somente as pessoas brancas que pensam os homens e mulheres negras com base em uma concepção racista, essa concepção se expande para todas as esferas da sociedade, tornando-se algo institucional, social e estrutural.

A existência do discurso produzido pela razão negra fez com que fosse consolidada uma imagem negativa do negro, contribuiu para que ele não pudesse ser livre e construiu um imaginário do negro e suas características. O psiquiatra e filósofo político martinicano Frantz Fanon (2008) chama atenção para a existência de um inconsciente coletivo em que nele o negro é relacionado a coisas

negativas do mundo, “no inconsciente coletivo do *homo occidentalis*, o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome” (Fanon, 2008, p. 161, grifo do autor).

Esse inconsciente em que o preto simboliza o que é negativo pode ser observado na linguagem, pois existem inúmeras expressões em língua portuguesa que remetem ao lugar inferior dado aos negros e negras. É comum ouvir pessoas dizendo coisas como “ovelha negra”, para se referir a pessoas com má reputação dentro de um grupo, “a coisa tá preta”, para dizer que uma situação não está boa, ou até mesmo utilizando a palavra “denegrir”, para se dirigir ao processo de difamar, ou seja, associando o processo de tornar negro a depreciar algo ou alguém.

Entretanto, para além das expressões linguísticas, esse inconsciente também pode ser observado em práticas racistas no cotidiano. A situação de em uma loja pessoas negras serem logo vistas como funcionárias e não como clientes tal qual as pessoas brancas, ou, até mesmo, quando ao pensar em um médico, profissão considerada de prestígio na sociedade brasileira, ter-se em mente a imagem de uma pessoa branca e não a de uma negra, ocorrendo com frequência a associação da figura do negro ao trabalho e à servidão e quase nunca ao lazer ou à posição de alguém com poder aquisitivo ilustram essas práticas.

Fanon (2008) traz exemplos do inconsciente coletivo do negro ao qual ele se refere. Ele diz:

Na Europa, o Mal é representado pelo negro. É preciso avançar lentamente, nós o sabemos, mas é difícil. O carasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro - tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral. Ficaríamos surpresos se nos déssemos ao trabalho de reunir um grande número de expressões que fazem do negro o pecado. Na Europa, o preto, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado ruim da personalidade. Enquanto não compreendermos esta proposição, estaremos condenados a falar em

vão do “problema negro”. O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. Uma magnífica criança loura, quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, principalmente, quanta esperança! Nada de comparável com uma magnífica criança negra, algo absolutamente insólito. Não vou voltar às histórias dos anjos negros. Na Europa, isto é, em todos os países civilizações e civilizadores, o negro simboliza o pecado. O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro (Fanon, 2008, p. 160, grifos do autor).

Ao trazer a comparação da criança negra com a branca, Frantz Fanon nos chama a atenção para um aspecto extremamente importante da representação negra: a branquitude, os traços da identidade racial do branco. Assim como um imaginário sobre o negro foi construído no decorrer do tempo, o conceito de branco também foi e ele se torna importante, uma vez que a construção da significação e representação de negros e negras não se deu de forma isolada, mas sim em contraste com a de pessoas brancas.

A psicóloga, pesquisadora e ativista brasileira Maria Aparecida da Silva Bento (2022, p. 23), afirma que foi no processo de colonização que se constituiu a branquitude, uma vez que “os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste”. De acordo com ela, isso permitiu que os brancos propagassem um significado de si próprios por meio dos atos de projeção, exclusão, repressão e negação da população preta. Movimento em que é possível perceber a utilização do processo de ancoragem (Moscovici, 2003) para a criação de um imaginário sociodiscursivo negativo a respeito dos povos negros, uma vez que se parte de um conceito conhecido, o do branco europeu, para se criar o do negro como um polo contrário e inferior.

Lourenço Cardoso (2010) chama atenção para o fato de como a branquitude tenta manter viva uma ideia de invisibilidade a

respeito da sua identidade racial, considerando-se como um modelo ideal de ser humano e ignorando todas as especificidades que a branquitude carrega e suas consequências no mundo e na vida das pessoas. Muitas vezes os brancos são vistos como uma massa homogênea, porém, segundo o autor, existe um aspecto em comum entre todos os brancos que é o privilégio que todo esse grupo obtém dentro de uma sociedade racista, ainda que exista também aspectos que os diferenciam dentro do mesmo grupo.

O autor afirma que existem duas categorias: a branquitude crítica, na qual se enquadram as pessoas brancas que são contra o racismo publicamente, repudiando tal prática; e a branquitude acrítica, na qual se enquadra as pessoas brancas que sustentam a tese de que os brancos são superiores a todos os não brancos. Ele ressalta que é importante compreendermos essas características da branquitude, pois assim podemos entender as diferentes formas de privilégios obtidos por eles e como funciona o racismo na nossa sociedade.

Se refletirmos sobre as relações raciais em sociedade, é possível perceber ainda como dentro de cada grupo da branquitude as pessoas brancas possuem vivências diferentes. Aspectos como gênero, orientação sexual, idade, nacionalidade e classe influenciam na forma com que cada pessoa branca existe no mundo. Contudo, independente de qual posição social essas pessoas ocupem, elas sempre desfrutam do privilégio branco. Um privilégio que funciona como uma estrutura de facilidades que os brancos possuem em várias áreas da vida social, independentemente das suas vontades ou de qual grupo eles pertencem. Ou seja, sejam brancos críticos ou acríticos, antirracistas ou não, pobres ou ricos, homens ou mulheres, eles sempre irão desfrutar de uma vantagem que tornará as coisas mais fáceis para eles.

Podemos perceber isso na prática, tanto em situações consideradas por muitos como banais, como o fato de mulheres brancas não terem que se preocupar se acharão o tom de base certo para

a sua pele em uma loja de cosméticos, quanto em aspectos mais graves, como pessoas negras terem que escolher lugares para frequentar por medo de serem discriminadas em determinados locais ou, até mesmo, terem que educar seus filhos para conviver com o racismo, protegendo a sua integridade física e mental diariamente.

Nesse sentido, o privilégio branco está diretamente relacionado com o chamado pacto narcísico, conceito desenvolvido por Bento (2022) que chama atenção para o fato de que as pessoas brancas sempre se unem para conservar os seus privilégios e manter o *status quo*. Trata-se “de um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. É claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram “iguais” (Bento, 2022, p. 15-16).

Dentro desse contexto, verificamos como os negros foram significados a partir do olhar racializado das pessoas brancas, principalmente europeias, sobre elas e são diretamente afetados pelo privilégio branco. Entretanto, importantíssimo é ressaltar a resistência negra contra os processos de racialização e desumanização que aconteceram durante todo o período escravocrata, que ainda acontecem, e que também contribuíram para a construção das representações sociais e imaginários sociodiscursivo a respeito dos negros.

Os primeiros quilombos datam de 1559 (Gonzalez, 2020) eles foram grandes formas de resistência à sociedade racista e que ainda existem em território brasileiro até os dias atuais. Para além disso, muitos foram os que lutaram frente a frente contra a escravidão. E não podemos esquecer das grandes revoltas que aconteceram em prol da liberdade, como a Revolta dos Malês em 1835, a maior rebelião organizada por negros contra a escravidão que aconteceu na Bahia.

Tem-se também o que Lélia Gonzalez (2020) chama de resistência passiva, ou seja, aquela que aconteceu de maneira pacífica no cotidiano do escravizado. São exemplos dessa resistência os valores e crenças que foram entranhados nas culturas brasileiras que não

vieram das culturas europeias, mas sim do trabalho constante dos povos negros, de forma consciente ou não, de fazerem suas histórias e culturas circularem mesmo sendo malvistas e proibidas naquele tempo. Esse tipo de resistência é responsável pelo fato de hoje existirem tantas influências das culturas africanas na brasileira e, até mesmo, na língua portuguesa falada neste país.

Além disso, o discurso abolicionista, seja ele enunciado por brancos ou negros, teve como propósito a eliminação da diferença construída, uma vez que passaram a discutir a escravidão como desigualdade e não como diferença. Pessoas como Luíza Mahin, Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio, são modelos de luta não só contra a escravidão no Brasil, mas também pela diminuição da marginalização e inferiorização criada a respeito dos povos negros.

No entanto, é preciso lembrar que se tratando de uma sociedade tipicamente de supremacia branca, é a visão racista que predomina no imaginário social a respeito dos negros no Brasil, mesmo que inconscientemente, uma vez que ainda é comum vermos o mito da democracia racial presente no país. Ainda que o racismo seja um crime inafiançável, de acordo com a lei 7.716/89 de 1989, é raro vermos casos em que uma pessoa é condenada a pagar por um crime de racismo.

Em *Racismo recreativo* (2020) Adilson Moreira traz diversos exemplos de atos de injúria racial que não foram considerados crimes pelo poder judiciário. Um deles é o caso do humorista branco Danilo Gentili, que ganhou fama nos últimos anos fazendo piadas de cunho racista na internet. Alguns anos atrás um homem negro começou a criticar comentários racistas do comediante e Gentili o perguntou quantas bananas ele queria para que esquecesse toda a controvérsia. Ao ser processado por injúria racial, o magistrado julgou que não caracterizava crime pela ausência de intenção de ofender.

Esse exemplo nos mostra como o racismo está introjetado na sociedade e também como todos os tipos de discursos, inclusive

o humorístico, podem carregar aspectos racistas, uma vez que se trata de algo que faz parte do imaginário sociodiscursivo do negro no Brasil, portanto, do contexto social e linguístico daqui. É como explica Adilson Moreira:

Ao contrário do que muitos atores sociais pensam, o humor não é mero produto de ideias que surgem espontaneamente nas cabeças das pessoas. As piadas que elas contam são produtos culturais, são manifestações de sentidos culturais que existem em dada sociedade. Por esse motivo, o humor não pode ser reduzido a algo independente do contexto social no qual existe. A produção do efeito cômico depende de significados culturais existentes nas mensagens que circulam as interações entre os indivíduos. Ele é, portanto, um tipo de mensagem que expressa o status cultural de que as pessoas gozam em uma determinada comunidade (Moreira, 2020, p. 94).

Considerando que as representações sociais não são fechadas em si mesmas, ao passo que com o decorrer do tempo vão circulando dentro das sociedades e recebendo novos significados, e que os discursos carregam aspectos históricos e ideológicos dos lugares em que circulam é possível compreender o porquê de representações sociais e imaginários sociodiscursivos racistas sobre os povos negros se fazerem presentes na sociedade brasileira.

É possível concluir que o processo de racialização resultou em uma universalização dos negros e negras ao enclausurá-los dentro do conceito de raça, de maneira que ambos passaram a ser vistos somente a partir deste conceito. Existem negros de diversas nacionalidades, culturas, personalidades, profissões, famílias etc., mas, quando se trata de um negro ele sempre vai ser visto a partir desta característica, que o coloca dentro de diversos estereótipos e o relaciona a um imaginário já construído. *"Onde quer que vá, o preto permanece um preto"* (Fanon, 2008, p. 149, grifos do autor).

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS E AS MULHERES

Pensando na sociedade em que vivemos, é possível perceber que existem diferentes formas de enxergar os homens e as mulheres, pois são inúmeros os imaginários sociodiscursivos a respeito deles que circulam entre as pessoas. Quando pensamos em homens e mulheres são muitas as noções, imagens, idealizações e representações que vem a nossa cabeça. Há um conjunto de atributos para cada um deles, ligados tanto a aspectos relacionados a características físicas quanto a propriedades psicológicas.

Ao pensar na imagem de um homem, não é comum que venha à cabeça, um corpo coberto com um vestido, por exemplo, pois essa peça de roupa é normalmente conferida como uma vestimenta feminina. Da mesma maneira, quando pensamos na imagem de uma mulher, não a imaginamos comumente vestida com um terno e uma gravata, tal qual homens habitualmente se vestem.

Pensando no âmbito psicológico das características humanas, não são todos que conseguem pensar os homens e as mulheres como possuindo o mesmo tipo de habilidades, competências e podendo ter as mesmas qualidades e atributos. A imagem que depreendemos de como uma mulher age em uma determinada situação na maioria das vezes é diferente de como se pensa que um homem agiria na mesma circunstância. Assim como é distinta a maneira com que pensamos em qualidades comuns a cada um desses grupos de pessoas.

Refletindo sobre isso, constatamos que um elemento em comum a respeito desses imaginários que giram em torno do gênero feminino e do masculino é que em todos eles os homens

e as mulheres são enxergados de maneira diferente um do outro, existe sempre uma ideia de dessemelhança, seja a partir de uma perspectiva machista/patriarcal ou de uma luta pela igualdade de gênero. Isso porque a primeira delas se refere à mulher sempre como inferior ao homem e a segunda parte da ideia de desigualdade para lutar pela equidade.

A compreensão de que as pessoas são diferentes umas das outras devido ao sexo ao qual pertencem não configura uma problemática, ao passo que podemos afirmar que as mulheres e os homens são naturalmente distintos, ao menos fisicamente falando, por exemplo. O problema se instaura quando uma desigualdade é instituída devido a essa diferença.

Na vida social, a cada um dos gêneros são atribuídas características e funções sociais que acabam por determinar o seu valor perante a sociedade, o que pode ser compreendido a partir da noção de que os seres humanos são moldados em homens e mulheres. Ninguém nasce pré-determinado a agir de acordo com os imaginários, representações e estereótipos que a sociedade compreende como sendo de homem ou de mulher, as pessoas vão aprendendo a viver e agir com base neles enquanto vivem em sociedade.

Nesse sentido, Heleieth Saffioti (2015) afirma que o gênero² constitui uma diferença sexual que anteriormente existia somente na esfera ontológica, mas que passa a ter novos significados com a articulação de esferas de poder. Nesse sentido, “gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas” (Saffioti, 2015, p. 124).

2 Importante ressaltar que existem outros estudos que ampliam as discussões de gênero para além da relação homem/mulher, como o caso dos estudos de Judith Butler. Entretanto, não iremos nos ater a esses estudos, uma vez que se distancia do nosso tema de estudo.

Entendemos que o gênero anteriormente era visto apenas como o que tornava alguém homem ou mulher, com um significado mais ligado a aspectos biológicos, passando posteriormente a obter significados mais amplos relacionados a como cada um dos gêneros deve agir dentro da sociedade e das esferas de poder. A partir disso, é quase impossível pensar um sem a existência do outro, uma vez que eles se tornaram interdependentes. Principalmente porque os homens são considerados o modelo de ser humano que deve ser seguido e com quem as mulheres são comparadas.

Importante ressaltar como esses imaginários de gênero são construídos de forma muito relacionada ao meio em que se encontram, possuindo muitas relações com o contexto social, histórico e cultural das sociedades. Como explica Gerda Lerner (2019):

Gênero é a definição cultural de comportamento definido como apropriado aos sexos em dada sociedade, em determinada época. Gênero é um conjunto de papéis culturais. É uma fantasia, uma máscara, uma camisa de força com a qual homens e mulheres dançam sua dança desigual. Infelizmente, o termo é usado tanto no discurso acadêmico quanto na mídia como alternável com “sexo”. Na verdade, é provável que seu uso público disseminado se deva ao fato de soar mais “refinado” do que a simples palavra “sexo”, com suas conotações “indecentes”. Tal uso é infeliz, porque esconde e mistifica a diferença entre o que é fato biológico - sexo - e o que é criado pela cultura - gênero (Lerner, 2019, p. 388).

Partindo do fato de que o gênero é uma construção cultural, somos capazes de compreender como os imaginários sociodiscursivos de mulher variam tanto de um continente, ou até mesmo país, para o outro. A concepção de quais são os papéis sociais e qualidades de uma mulher no Brasil é muito diferente daquela que se tem do que é ou não valorizado em uma mulher no Paquistão, por exemplo, sendo essa noção muito influenciada pela história de cada país, pelas lutas dos movimentos feministas, dentre outras questões ligadas às condições sociais.

Articulando as reflexões feitas até aqui com as ideias de Charaudeau (2006; 2017) verificamos que existem saberes de crença que baseiam a ideia de que os homens são naturalmente superiores às mulheres, em relação às atividades realizadas, sentimentos, emoções e tudo aquilo que é valorizado dentro do grupo ao qual pertencem. Isso acontece porque eles são vistos como mais fortes, mais inteligentes e mais capazes que as mulheres, que, por sua vez, são facilmente entendidas como menos competentes, muito sentimentais, fracas, sensíveis, entre outras coisas que são percebidas como características negativas.

Esses saberes de crença foram construídos ao longo da história, sendo possível perceber por meio deles a diferença com que os dois gêneros são vistos dentro das sociedades. A respeito dessa desigualdade, é fundamental destacar que “longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência” (Saffioti, 2015, p. 75).

As mulheres não são naturalmente menos corajosas que os homens, o que ocorre é que na maioria das vezes elas crescem em um ambiente no qual se fazem presentes imaginários sociodiscursivos que motivam ações em que elas são incentivadas a não correrem riscos e a evitarem perigos. Ao contrário dos homens que são encorajados desde crianças a serem corajosos e, até mesmo, a protegerem as mulheres dos perigos da vida. Trata-se mais de uma relação de causa e efeito, causada pelo machismo que vem de uma ordem sexista e patriarcal de organização da sociedade, do que de uma natureza imutável.

Da mesma forma, as mulheres não são menos competentes que os homens por receberem em média 77% do salário deles para exercerem a mesma função (IBGE, 2021). Esse é um exemplo de como essa desigualdade construída socialmente a partir de

imaginários que inferiorizam mulheres traz consequências negativas para a vida delas. O preconceito de gênero as coloca nessa situação e essa baixa remuneração é uma consequência disso e não de uma falta de capacidade para exercer com excelência o seu trabalho. Mais uma vez é possível perceber como a desigualdade é construída, pois o fato de as mulheres estarem em uma situação de desvantagem financeira é o resultado de uma ação e não algo natural.

Essa desigualdade gera uma dominação dos homens sobre as mulheres que, segundo Carole Pateman (1993) pode ser observada desde o estabelecimento do contrato social. Ela argumenta que a história desse contrato é convencionalmente apresentada como uma história de liberdade. Nela os homens no estado natural trocaram as inseguranças em que viviam pela liberdade civil e equitativa garantida pelo Estado. Dessa maneira, a liberdade é entendida como universal na sociedade civil, em que todos desfrutam da mesma condição civil e podem exercer sua liberdade enquanto estabelecem os seus contratos. Entretanto, segundo ela, o que as histórias a respeito do contrato social não contam é que essa liberdade não está disponível para todos, já que há uma dominação dos homens sobre as mulheres.

Ao contrário do que acreditavam, nem todos eram livres para participar do estabelecimento dos contratos e, dentro das relações de poder, nem todos tinham o mesmo poderio para determinar que as suas necessidades fossem atendidas dentro daquele contrato. Isso porque quem tinha mais poder na sociedade era quem ditava as regras e aqueles que eram subordinados não tinham poder de escolha, aceitando os contratos por não terem condições de mudá-los.

Dentro desse contexto, o contrato social oculta o estabelecimento do contrato sexual, que garante a dominação que os homens têm sobre as mulheres, pois “liberdade civil não é universal - é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (Pateman, 1993, p. 17) sendo, portanto, algo distante da vida das mulheres que têm

suas vidas determinadas pelo domínio do poder masculino e a instituição do patriarcado.

O poder patriarcal, por sua vez, não deve ser entendido em seu sentido literal de um poder que é estabelecido dentro de um regime paterno, que se encontra somente no contexto familiar, pois antes mesmo de serem mães as mulheres são dominadas pelos homens tanto na esfera pública quanto privada. O que nos permite perceber que se trata de um tipo de controle que tem influência em toda a estrutura social, já que o patriarcado:

Significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas *não* significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos (Lerner, 2019, p. 390, grifo da autora).

A ordem patriarcal começou a ser instaurada desde as sociedades de caça e coleta. Nessa época, as mulheres eram consideradas muito fortes e poderosas, devido à capacidade de conceber e dar à luz a novos seres humanos, e trabalhavam diariamente na plantação e coleta. Já os homens, que trabalhavam na caça, não saíam para exercer suas funções todos os dias e tinham, portanto, muito mais tempo para praticar a sua criatividade e criar sistemas simbólicos de maior eficácia para passarem a serem vistos como mais fortes e poderosos que as mulheres (Lerner, 1986 *apud* Saffioti, 2015).

Nesse sentido, é importante ressaltar como as mulheres sempre tiveram um papel muito significativo no processo de reprodução dos seres humanos e como isso sempre influenciou, e influencia, no desenvolvimento de atividades no cotidiano. A crença de que elas são mais fracas, por exemplo, pode ter grande relação com isso, ao passo que a divisão sexual do trabalho fez com que elas

desempenhassem atividades diferentes das dos homens. O caso da distribuição das funções nas sociedades de caça e coleta é um exemplo disso, já que nessa época elas trabalhavam no processo de plantação e colheita não por serem menos capazes de desenvolver esse tipo de atividade, como muitos acreditavam e acreditam, mas sim por razões diferentes, como explica Saffioti (2015):

O trabalho feminino era realizado com a mulher carregando seu bebê amarrado ao peito ou as costas. Os bebês eram, assim, aleitados facilmente toda vez que sentiam fome. Como o bebê não fala, sua maneira de expressar suas necessidades é o choro. Daí vem a sabedoria popular, inclusive em sentido figurado, dizendo: “quem não chora não mama”. Pressuma-se que as mulheres fossem atribuídas à tarefa da caça. O menor sussurro do bebê espantaria o animal destinado à morte e as caçadoras voltariam, invariavelmente, para seu grupo, sem nenhum alimento. Já as plantas, desde as raízes, passando pelas folhas e chegando aos frutos, permanecem imperturbáveis ouvindo o choro das crianças (Saffioti, 2015, p. 64).

Essa divisão sexual do trabalho nos mostra como há muito tempo essa atividade tem sido muito relevante no que tange as relações dos seres humanos entre si e com o meio em que vivem. Segundo Saffioti (2012) por essa razão o trabalho pode ser entendido como uma boa forma de compreender a questão da mulher na sociedade. Para ela, o capitalismo determinou as relações de opressão, subordinação e marginalização em que vivem as mulheres, uma vez que ele surgiu com uma proposta que as colocou em uma posição de inferioridade à que elas viviam antes e que conseqüentemente as desvaloriza.

Antes da instauração da sociedade de classes, a vida das pessoas era determinada pelo seu status jurídico, podendo elas serem livres, servas ou escravas. Dentro desse contexto, as mulheres eram ativas na economia e na vida social. Elas podiam participar do comércio nos burgos, desde que tivessem algum vínculo com

um homem, e, se tratando das mulheres menos privilegiadas dentro daquela sociedade, elas também participavam desempenhando outras atividades (Saffioti, 2012).

Não se tratava de uma sociedade em que as mulheres detinham os mesmos direitos e liberdades que os homens, mas nela elas não eram tão marginalizadas. Uma vez que em uma ordem capitalista o que é supervalorizado é a venda da força de trabalho e os bens materiais das pessoas, aspectos que não eram possíveis para essas mulheres, já que lhes era negado a venda de suas forças de trabalho tal como os homens, podendo exercer apenas atividades em condições precárias ditadas por eles. Além disso, não tinham condições financeiras de adquirir os bens materiais que agregam valores para uma pessoa.

Saffioti (2012) explica que na sociedade capitalista as mulheres foram colocadas dentro de uma dupla desvantagem social que contribui muito para que elas permaneçam em uma posição desvalorizada, sendo uma de ordem estrutural e outra superestrutural. Conforme a autora:

No nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção" (Saffioti, 2012, p. 65-66).

O capitalismo trouxe um sistema institucional que duplamente desvaloriza as mulheres. Dentro dele o mundo é um lugar em que elas têm suas características julgadas como insuficientes, visto que elas são enxergadas a partir de uma ótica patriarcal que rege essa sociedade e garante que a supremacia masculina seja mantida. Além disso, essa estrutura social segue garantindo que elas continuem

sendo vistas como inferiores ao colocá-las para desenvolver funções produtivas que são consideradas desprezíveis e sem relevância.

Quando as mulheres só desenvolvem trabalhos marginalizados, desvalorizados perante a sociedade, que geram pouca remuneração para elas, ou, até mesmo, desempenham apenas as tarefas domésticas que também são desprovidas de valor dentro desse contexto, a própria estrutura social garante o seu lugar de marginalidade e confirma a sua inferioridade em relação aos homens, isso porque quando olhamos para a sociedade são os homens que têm posições de poder e grande valorização social e as mulheres que estão em posição considerada inferior a eles.

Silvia Federici (2017) destaca que já no processo de transição para o sistema capitalista, no século XVII, havia uma nova divisão social do trabalho imposta pelo capitalismo que reduziu as mulheres a não trabalhadoras. Nessa época ganhava espaço o imaginário de que as mulheres não deveriam trabalhar fora de casa e de que quando trabalhassem na “produção” que fosse ajudando os seus maridos. Dentro dessa conjuntura, qualquer trabalho que fosse feito por uma mulher em sua casa não era considerado trabalho, portanto, não possuía valor dentro daquela estrutura. Logo, esses trabalhos realizados em casa foram definidos como “tarefas domésticas”.

Ao fazer com que essas atividades realizadas no âmbito familiar não fossem consideradas trabalho, o capitalismo automaticamente desvalorizou-as, mesmo se tratando de tarefas indispensáveis para o andamento da vida de todas as pessoas. E ao colocar as mulheres como responsáveis por elas, esse sistema também as menospreza, pois se o valor das pessoas e das coisas estão atrelados ao trabalho e ao dinheiro, quando se trata de algo que não se relaciona diretamente com isso trata-se de algo desprezível. Nesse caso, tanto as tarefas domésticas em si quanto quem as realizam.

Considerar as tarefas domésticas como não trabalho pode ser visto como uma maneira de apropriação desse trabalho de forma

não remunerada, o que acaba gerando mais lucros para o sistema capitalista. A realização dessas atividades requer tempo e energia das pessoas para serem feitas além disso garantem que os homens ao não terem que lidar com elas tenham mais tempo livre para usarem como quiserem, trabalhando fora de casa ou não.

A partir daí as atividades feitas pelas mulheres foram vistas como um bem comum à disposição de todos, já que estavam fora das relações de mercado e no âmbito familiar, sempre havia uma mulher disponível para a realização deste trabalho. Além disso, outra consequência foi que elas se tornaram dependentes dos homens, já que só eles poderiam lhe prover o sustento que vinha por meio do capital.

Para Federici (2017) uma parte importante do processo de instauração do capitalismo foi a instituição da família, pois ela surge como uma “instituição importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres” (Federici, 2017, p. 193). Isso porque o marido se tornou uma espécie de representante do estado patriarcal que era o encarregado de disciplinar e supervisionar as “classes subordinadas”, o que incluía a mulher. Nesse sentido, a família funcionava como um microestado, já que seguia a mesma estrutura patriarcal dele.

Todavia, é importante destacar a diferença que havia entre a família burguesa e a estrutura familiar dos trabalhadores. Na primeira, a mulher perdeu muito do seu poder ao ser excluída dos negócios familiares e confinada a supervisionar os cuidados domésticos. Já na família dos trabalhadores, o processo de dominação também ocorria, porém, de forma diferente, nela as mulheres ajudavam os homens realizando as tarefas domésticas, cuidando dos filhos (que desde cedo também trabalhavam), além de desenvolver trabalhos para os comerciantes junto com os maridos, porém, sem o devido status de trabalhadoras (Federici, 2017).

Observando todo esse cenário, é possível verificar como o patriarcado não é algo que afeta somente a estrutura familiar ou

somente a esfera pública, é realmente uma estrutura social que está presente em todos os lugares rompendo todas as barreiras. O caso da dominação masculina que acontecia nas famílias burguesas e na de trabalhadores é um exemplo disso, pois mesmo se tratando de contextos diferentes, a dominação masculina se instaura de alguma maneira, vencendo até mesmo as diferenças decorrentes da classe social.

Todo este panorama histórico nos permite compreender alguns dos elementos que contribuem para a criação e manutenção de imaginários sociodiscursivos a respeito das mulheres que circulam na sociedade atualmente. É desde muito tempo atrás que a imagem da mulher vem sendo construída a partir de elementos que foram se mantendo e outros que foram se modificando, mas que juntos permitiram que os imaginários sociodiscursivos a respeito delas fossem sendo formados.

No Brasil, de acordo com a Constituição Federal, hoje as mulheres são reconhecidas como iguais aos homens. Um fato que parece óbvio para alguns, mas que somente em 1988 passou a ser reconhecido neste país perante a lei e que comprova como a posição de subalternidade da mulher se faz presente desde muito tempo.

Se considerarmos que o Estado é a autoridade máxima de um país e que somente na década de 80 ele reconheceu a igualdade dos gêneros, podemos perceber as implicações que isso carrega, pois, se nem o órgão mais importante do país admitia isso, quem mais iria? Essa legitimação traz consequências positivas para a sociedade, pois, além do reconhecimento, a partir desse momento abre-se um caminho de luta pela igualdade que deveria ser garantida pela Constituição.

No entanto, é válido ressaltar outros direitos que as mulheres brasileiras conseguiram com o decorrer do tempo. Como o direito a trabalhar fora de casa sem a autorização do marido, que só foi concedido às mulheres em 1962 com o estabelecimento do

Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121). A instituição dessa lei fez com que as mulheres atingissem um certo grau de liberdade a respeito de si próprias, já que elas passaram a poder ingressar livremente no mercado de trabalho e deixaram de ter o rumo de suas vidas determinado por um homem.

Refletindo sobre essa questão, depreendemos a relação de posse que era estabelecida nesse contexto. A mulher como propriedade do homem precisava que ele lhe concedesse a permissão para desempenhar uma atividade, de maneira que era dado a ele um poder de decisão sobre a mulher que nem ela possuía. Ele se tornava mais dono dela do que ela mesma, já que a mulher não podia, e muitas vezes ainda não pode seguir os seus próprios desejos e fazer o que quer com sua vida e seu corpo.

Isso se relaciona muito com o fato de as mulheres terem sido proibidas de praticar alguns esportes, como o futebol, por estes serem considerados incompatíveis com as “condições de sua natureza”, de acordo com decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941. É possível perceber como, mais uma vez, as mulheres não tinham a liberdade de fazer o que queriam e nem detinham o poder de ação sobre o seu próprio corpo. O que elas podiam ou não fazer era determinado por uma outra pessoa, por um sistema patriarcal.

Ainda pensando no contexto brasileiro, atualmente as mulheres possuem os mesmos direitos que os homens perante a lei, podendo praticar as mesmas atividades que eles e desenvolver os mesmos papéis dentro da sociedade. Contudo, é possível perceber que ainda não atingimos a igualdade de gênero quando observamos que os homens que ocupam a maior parte dos cargos gerenciais, 62,6%, que as mulheres ainda são a maioria dentro das profissões diretamente ligadas a imaginários “do gênero feminino”, como os relacionados ao cuidado, e que elas passam quase o dobro de tempo que os homens realizando tarefas domésticas, cerca de 21 horas semanais, enquanto homens passam em média 11 horas fazendo esse tipo de serviço (IBGE, 2021).

Assim, a estrutura patriarcal e a dominação masculina são elementos difíceis de serem superados. Mesmo com as diversas mudanças que ocorreram no mundo, e ainda ocorrem, a supremacia masculina continua a nos atravessar. E os impactos disso se tornam cada vez maiores quando somados a características que acrescentadas a vida das mulheres se tornam razões de ainda mais sujeição e submissão delas.

Mulheres negras, pobres, com deficiência, gordas, indígenas e membros da comunidade LGBTQIAPN+ são atravessadas de maneira diferente pelo sistema patriarcal e pela desigualdade de gênero. Mulheres pertencentes a cada um desses grupos são associadas a diferentes imaginários sociodiscursivos que afetam as suas vidas diariamente, uma vez que influenciam nas posições e lugares que ocupam socialmente.

A construção dos imaginários sociodiscursivos femininos perpassa questões relacionadas às crenças e valores da nossa sociedade e, se tratando de um país que foi colonizado por europeus, o padrão europeu ainda é usado como régua para medir e significar as mulheres. Quanto mais distantes as mulheres forem do padrão, mais elas são significadas como inferiores umas das outras e sofrem as consequências disso.

Observamos isso na questão da violência contra a mulher no Brasil, que no ano de 2022 aumentou em todos os níveis contra todos os tipos de mulheres, mas que demonstra um agravamento maior relacionado a mulheres negras. A pesquisa lançada em 2023, publicada pelo Datafolha, mostra que 28,9% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de agressão em 2022, sendo que 65,6% delas são negras. Além disso, essa diferença se faz presente também quando se refere a violência física grave, nesse caso 6,3% das mulheres negras declaram já terem sido espancadas, enquanto 3,6% das mulheres brancas já sofreram esse tipo de violência (DATAFOLHA, 2023).

Ainda que todas as mulheres sofram de alguma maneira com agressões, são as negras as mais afetadas. As motivações para que isso aconteça podem variar em razão de fatores que podem ser entendidos por alguns como puramente econômicos, como o fato de que 25% das mulheres que sofreram violência em 2021 afirmaram que a agressão foi influenciada pela perda de emprego ou impossibilidade de trabalhar para garantir a renda própria causada pela pandemia da COVID-19 (DATAFOLHA, 2021) por exemplo. Mas, que na verdade tem uma origem muito mais complexa, pois até mesmo a questão econômica tem suas raízes na história do Brasil e nas consequências que ela traz para a sua população.

É preciso reconhecemos que existem diferentes grupos de mulheres na sociedade e que, ainda que todas sejam atravessadas pelo sistema patriarcal e machista, cada uma delas possui suas próprias realidades, particularidades e maneiras em que são vistas socialmente. Cada grupo de mulheres possui seus próprios imaginários sociodiscursivos e a sua maneira de existir no mundo.

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS E AS MULHERES NEGRAS

No que tange às mulheres negras, vemos que elas carregam consigo todos os imaginários sociodiscursivos que são atribuídos às mulheres de maneira geral. Entretanto, desde quando as primeiras mulheres negras foram sequestradas do continente africano e trazidas para o Brasil, os imaginários sociodiscursivos associados a elas diferem dos das mulheres brancas. Isso porque mesmo se tratando de mulheres, cada uma delas veio de lugares completamente diferentes, com valores, crenças e culturas próprias. Cada grupo era tratado de formas distintas e, dentro do contexto da época, possuíam

funções sociais também diferentes. Um grupo estava entre os dominadores e o outro fazia parte dos dominados.

Tratando-se do período escravocrata, as mulheres negras eram consideradas exclusivamente uma força de trabalho que veio do continente africano para atender as necessidades da coroa portuguesa no Brasil e, para que esse objetivo fosse atingido com menos problemas possíveis, as pessoas negras foram completamente silenciadas e desumanizadas. Nesse contexto, elas eram sinônimo de inferioridade e selvageria.

Dentro dessa sociedade de supremacia patriarcal e branca, as mulheres negras passaram a ser vistas a partir do que Sueli Carneiro (2019) chama de tríplice discriminação, aquela baseada em classe, raça e gênero. Isso porque faziam parte da classe mais baixa daquela sociedade, sendo pertencentes à raça e ao gênero mais desvalorizados naquela conjuntura. O poder patriarcal era o que regia todas as relações juntamente com a branquitude. As mulheres negras por não serem homens, não serem homens negros e não serem mulheres brancas estavam (e estão) na base da pirâmide social.

Como mulheres negras, elas carregavam consigo todos os imaginários atribuídos à população negra em diáspora. Elas eram vistas como selvagens, não humanas, preguiçosas natas, sem cultura, entre tantas outras características que compartilhavam com os homens negros. Em contrapartida, o mesmo não acontecia em relação às mulheres brancas, pois apesar de serem mulheres, cada uma era vista de maneira diferente e não compartilhavam os mesmos imaginários e estereótipos.

Ainda que ambas fossem subalternas dentro do sistema patriarcal, não possuindo autonomia para fazer exatamente o que queriam e, no caso das mulheres brancas, serem impossibilitadas de tomar decisões sobre os negócios da família e questões financeiras. A realidade era diferente para cada uma delas. Mesmo submissas

aos maridos, as mulheres brancas tinham liberdade em suas vidas, poder sobre os escravizados e sobre como seria o andamento das coisas dentro de suas casas. Em contrapartida, as mulheres negras não eram nem consideradas humanas, não tinham o mínimo de liberdade e viviam à mercê das vontades das pessoas brancas, sejam elas quais fossem.

Segundo Carneiro (2019) no período escravocrata criou-se a imagem da mulher senhora branca. Uma pessoa submissa e subalterna ao controle autoritário do marido, um ser frágil e doce, que comandava os serviços da casa e era incapaz de fazer alguma maldade com alguém. Um imaginário que esconde que “a mulher branca era tão autoritária e despótica quanto o colonizador português, e são muitos os casos em que, por despeito ou ciúmes (ou até mesmo por capricho), essas senhoras maltratavam com castigos torturantes seus serviçais” (Carneiro, 2019, p. 153-154).

Esse imaginário por muito tempo foi reforçado por produções culturais como filmes, novelas, séries e livros, que sempre retratavam as mulheres brancas baseadas nessa ideia. Como mulheres frágeis, de boa índole, que não agiam com maldade e que tinham uma boa relação com as escravizadas. Era ocultada a verdadeira realidade que existia no período escravocrata, a de que essas mulheres eram tão autoritárias quanto os homens brancos, porém, em uma menor escala, pois o seu poder sempre foi limitado pela estrutura patriarcal. A verdade é que este imaginário da mulher branca senhora, sempre encobriu os privilégios que as mulheres brancas tinham em relação às negras por terem nascido com outro tom de pele e pertencerem a classe social dominante na época.

Segundo Lélia Gonzalez (2020) dentro desse cenário as mulheres negras possuíam duas funções enquanto escravizadas: escravas do eito e mucamas. A primeira delas se referia a posição de trabalhar todos os dias realizando as atividades pesadas nos campos, em condições de serviço precárias e com jornadas de trabalhos extensas e extremamente exaustivas.

Quem trabalhava nessa função contava com vários fatores que tornavam a realização das atividades impostas ainda mais penosas e precárias. Tinham que lidar com as intempéries do tempo, realizando as suas tarefas em um calor extremo ou sob uma tempestade. Precisavam enfrentar os diversos acidentes que ocorriam no processo, que faziam com que ficassem machucadas e tivessem que continuar trabalhando, muitas vezes sem condições físicas para tal. Além de terem que encarar a crueldade da vigilância constante a que eram submetidas. Mesmo cansadas, feridas, sem terem suas necessidades básicas atendidas, estando muitas vezes com fome e sede, uma queda no rendimento ou uma pausa que fizessem era o suficiente para sofrerem com violências.

Já a função das mucamas era trabalhar dentro das chamadas casas grandes, locais em que viviam as famílias brancas. Nelas elas tinham as tarefas de lavar, passar, cozinhar, costurar e, até mesmo, amamentar os filhos das sinhás. Trata-se de uma função que, à primeira vista, pode parecer menos pesada se comparada com o trabalho das escravas de eito, mas que na realidade era tão árdua quanto. As mucamas desenvolviam atividades a qualquer hora do dia ou da noite, por terem sido forçadas a estarem à disposição dos brancos a todo momento. Ficaram conhecidas também como negras de estimação, pois estavam para as mulheres brancas, e muitas vezes seus filhos e filhas crianças, assim como um animal de estimação, totalmente disponíveis para satisfazer suas vontades e caprichos, sendo seres sem humanidade e direitos como um animal.

Apesar de estarem dentro da casa dos brancos e perto de tanto conforto, como camas, cadeiras, sofás, comidas de qualidade etc., as mucamas só conviviam com isso em nível superficial, pois seu ambiente de trabalho muitas vezes era limitado à cozinha ou regiões periféricas da casa. Por estarem tão próximas das senhoras, muitas vezes eram castigadas por elas quando faziam algo considerado errado, quando despertavam o ciúme destas em relação aos maridos ou filhos, ou simplesmente quando estas queriam descontentar suas raivas e frustrações em algo ou alguém.

Enquanto os homens negros eram explorados pelo sistema escravocrata como força de trabalho, as mulheres negras eram exploradas como trabalhadoras do eito, trabalhadoras no lar e como reprodutoras e objetos sexuais dos senhores. É de conhecimento comum que muitas mulheres negras foram abusadas sexualmente nesta época independentemente de onde trabalhavam, mas é na figura da mucama que estes abusos eram acentuados.

Gonzalez (2020) explica que era comum as mucamas sofrerem com os abusos sexuais por parte dos homens brancos. Muitas vezes elas eram utilizadas, inclusive, como objeto para a iniciação sexual dos jovens, na maioria das vezes familiares de seus donos. E essa utilização do corpo das mulheres negras como objeto sexual fez com que elas fossem sexualizadas e passassem a serem vistas como seres extremamente sensuais e libidinosos.

As mucamas eram vistas como objetos sexuais que estavam à disposição de seus donos. Na época, a sua imagem era utilizada até mesmo como justificativa para as atrocidades que sofriam com os abusos, pois muitas vezes diziam que os homens eram seduzidos pela sua sensualidade, de maneira que não conseguiam “resistir” aos seus encantos. Nesse contexto, “a mulher negra é mostrada como responsável por atrair o homem com seus dotes, envenenando-o, embriagando-o e isentando-o de qualquer culpa, afinal de contas, ela era “irresistível” e, até certo ponto, indispensável” (Carneiro, 2020, p. 154). Isso nos mostra como era construído um discurso que colocava essas mulheres sempre como os seres inapropriados e que mereciam ser punidos. Até mesmo quando eram vítimas de uma violência extrema, eram vistas como o ser causador e culpado por aquela ação.

Além disso, os castigos físicos que muitas vezes sofriam por parte das sinhás é mais um exemplo de como essas mulheres sofriam ao serem culpadas pelas violências de que eram alvo. Era comum que as mulheres brancas ao descobrirem as traições de seus maridos com as mucamas, motivadas pelos sentimentos

causados pela traição, descontassem nelas a sua raiva por meio de punições. Torturas, chibatadas e mutilações de partes do corpo não eram raras nesses casos.

Tratando-se de um ambiente em que as mucamas eram responsáveis pelo cuidado com a casa e com os filhos de seus senhores, a figura da mucama se desdobrou também na mãe preta, pois no andamento dos dias ela se tornou uma figura materna para aquelas crianças. Eram elas que, “efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental a formação de estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores” (Gonzalez, 2020, p. 53-54). A esse respeito, Gonzalez diz:

Ela [negra], simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra, que, por impossível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (Gonzalez, 2020, p. 87-88, grifos da autora).

Sendo importante ressaltar como ainda que consideradas seres inadequados eram as mães pretas responsáveis pela função materna dos filhos dos casais brancos, ao mesmo tempo que eram impedidas de serem mães de seus próprios filhos. Isso porque muitas vezes as mulheres negras eram separadas deles, já que passavam todo o tempo dos seus dias à disposição para o cuidado do filho alheio. Nesse processo, os filhos dos casais brancos se tornavam como verdadeiros filhos para as mães-pretas, que passavam a amá-los.

A autora explica que “muitas vezes seus filhos recém-nascidos eram arrancados delas para que se “dedicassem” inteiramente às

crianças brancas, amamentando-as com exclusividade” (Gonzalez, 2020, p. 203). E é justamente o ato de amamentar as crianças brancas que fez com que essas mulheres fossem conhecidas também como amas-de-leite. Se considerarmos o quão íntimo é o ato de amamentar, podemos compreender o quanto o laço materno das escravizadas com os seus filhos foram cortados e como esse processo provavelmente foi doloroso para elas, o que pode ter influenciado muito na transferência do amor materno dos seus filhos biológicos para os filhos de seus patrões.

Refletindo sobre essas funções que as mulheres negras foram forçadas a desempenhar enquanto escravizadas, é possível perceber como cada uma delas marcou a sua identidade diante dessas ocupações e que cada qual a seu modo, contribuiu para a construção de representações sociais e imaginários sociodiscursivos das mulheres negras.

Pensando na trabalhadora do eito, podemos ver a imagem de uma mulher negra forte, um ser que pode ser considerado quase uma máquina ao conseguir trabalhar o tempo todo, possuindo uma força física quase igual a de um homem, que naquela época era considerado uma referência também nesse sentido. Para além da força física, percebemos uma ideia de mulher forte se relacionando ainda ao fato de que elas não eram associadas a seres delicados, frágeis e sentimentais como as mulheres brancas da época eram vistas. O ideal de força a que as mulheres negras foram ligadas está conectado ao processo de desumanização, que as impede de poder se permitir sentir como qualquer outro ser humano. E isso muitas vezes aparece confundido com força.

Já o trabalho das mucamas trouxe para as mulheres negras a consolidação de um corpo sexualizado. O imaginário de que elas possuíam um corpo sensual e irresistível para os homens se tornou algo fixo e que não mais deixou a imagem das mulheres negras. “A sociedade colonial e escravista contribuiu imensamente para a

criação do mito de mulheres quentes, atribuído, até hoje, às negras e mulatas pela tradição oral e disseminado no meio intelectual através da literatura” (Carneiro, 2020, p. 154).

O caso de Francisca da Silva de Oliveira, a Chica da Silva, um dos primeiros nomes de mulheres que foram escravizadas a aparecer nos registros históricos, ilustra essa ideia. Ela é comumente conhecida como uma mulher negra extremamente bonita e sensual, que encantou com seus poderes sexuais um grande contratador de diamantes e acabou se tornando uma ex-escravizada concubina dele, vivendo uma vida muito parecida com a das senhoras brancas.

A primeira vez que Chica aparece nos registros históricos foi no livro *Memórias do Distrito Diamantino*, de Joaquim Felício dos Santos, em 1896. Desde esse momento é possível perceber como ela era descrita a partir da visão racista da época, pois a sua condição de ex-escravizada é destacada, assim como suas características físicas (Evaristo, 2013). Além disso, a partir desse momento a sua imagem apareceu em outros registros da historiografia, “ora ela é descrita como negra, ora como mulata clara, ora escura e mesmo morena, mas em todas impera o imaginário sobre a sexualidade exacerbada das pessoas negras, notadamente das mulheres” (Evaristo, 2013, p. 40).

Nas produções ficcionais (filmes, livros e novelas), Chica também foi retratada a partir dessa visão, ela aparece como uma mulher hipersexualizada e que usava desses “poderes sexuais” para conseguir o que queria. Uma representação que foi construída socialmente e que oculta mais uma vez a verdadeira história que, devido à falta de registros históricos e a mistura dos poucos existentes com uma visão baseada em imaginários racistas e sexistas, ainda não foi totalmente descoberta. O que nos mostra como a hipersexualização marca os imaginários das mulheres negras.

Por fim, da figura da mãe preta ressoa o imaginário da mulher negra como cuidadora e como aquela que está ali para servir, pois é esta mulher que sabe ajudar as outras pessoas nas tarefas diárias,

tratar de doentes, cozinhar as melhores comidas, limpar a casa de maneira eficiente, atender as necessidades das crianças e bebês, entre tantas outras atividades que remetem a esse trabalho constante de cuidado para com o outro.

Sendo importante ressaltar que se trata muitas vezes de um olhar para o outro que anula o olhar para si mesmo. Já que essa atividade de cuidado ininterrupto de outras pessoas não permite que reste tempo, energia e até mesmo que se pense ser importante cuidar de si mesmo, trazendo como consequência um processo de anulação e desumanização de si, uma vez que não se cuida das próprias necessidades. Dessa atividade, surge ainda a ideia de prazer e amor em realizá-la, pois as mães pretas foram vistas também como um modelo de aceitação da sua condição de escravizada, ela “representaria o tipo acabado da negra acomodada, que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu da maneira mais cristã, oferecendo a face ao inimigo” (Gonzalez, 2020, p. 198). Elas foram lidas e entendidas como cordiais e amorosas na realização de suas tarefas, o que oculta o fato de que elas eram escravizadas, sendo, portanto, um objeto de trabalho de outras pessoas que não tinham o direito de escolha sobre o que fazer ou não.

Outro fator a ser considerado é que “as africanas eram muito valorizadas, e ainda são, enquanto mães. Por isso não é de estranhar que, no Brasil, as escravas tenham lutado por manter a dignidade da função materna, até mesmo quando exerciam com crianças brancas” (Gonzalez, 2020, p. 203), pois mesmo em diáspora as mulheres negras lutaram muito para manter viva suas crenças e valores. Princípios que inclusive foram repassados pela tradição oral no decorrer dos anos e caracterizam a resistência passiva, que permitiu a sobrevivência de muitos saberes que hoje constituem as culturas brasileiras (Gonzalez, 2020).

Outro aspecto importante em relação à mãe preta é que sua figura contribuiu muito para que a escravidão fosse vista de

diferentes maneiras ao longo do tempo, pois ao serem colocadas como alguém que vivia uma relação sem conflitos com os brancos, muitos construíram a imagem de que os escravizados na verdade não lutaram contra a posição que lhes fora imposta e que as relações entre brancos e negros eram de harmonia. Uma afirmação que parece surgir como uma confirmação de que a escravidão era uma boa ação, já que todos podiam ser beneficiados com ela: as pessoas negras ao “serem salvas” e as brancas ao terem mão de obra para trabalhar para elas. Todos vivendo em conformidade.

Quando analisamos esses imaginários que foram construídos sobre as mulheres negras, observamos como eles giram em torno de características negativas sobre elas, desconsiderando muitas qualidades das mesmas e os fatores reais que levaram as coisas a acontecerem. Não é que elas eram más ou que gostavam de fazer as atividades que faziam, era o sistema escravista que as obrigava a viver daquela forma.

Observamos também um movimento de afastamento dos imaginários que existiam em relação às mulheres brancas. Fica nítido que houve uma separação em dois pontos antagônicos do que era ser mulher e de qual deles era considerado o superior por seguir mais próximo das normas sociais vistas como corretas.

Naquela época era esperado que as mulheres fossem totalmente submissas aos homens, que seguissem os dogmas da religião católica, que mantivessem a ordem dentro da casa-grande, que cuidassem de seus corpos para estarem sempre bonitas (a partir do padrão de beleza europeu) para seus maridos, dando-lhes filhos e mantendo a estrutura familiar patriarcal viva e inalterada. Dentro dessa conjuntura, eram as mulheres brancas que se aproximavam mais disso e, por conseguinte, eram o modelo de mulher ideal. Além disso, as mulheres brancas eram vistas como inocentes e frágeis, sendo aquelas que precisavam de amor e cuidado dos homens brancos, considerados como as pessoas mais fortes, inteligentes e importantes para desenvolver esse papel dentro da sociedade patriarcal.

Já as mulheres negras se afastaram muito do imaginário de mulher da época, elas eram reduzidas a objeto de trabalho disponível para realizar as vontades dos patrões, seja nos trabalhos domésticos, nas fazendas ou em relação aos desejos sexuais deles, não sendo vistas como mulheres e nem como pessoas com qualidades, que precisavam suprir as suas necessidades físicas, afetivas e emocionais.

Quando observamos todos esses imaginários relacionados às mulheres negras, verificamos como eles se referem ao seu corpo, na perspectiva da mulher preta forte, da cuidadora que não precisa ser cuidada ou da que é objeto sexual. Constatamos, então, como elas foram sempre reduzidas a um corpo físico, e uma valorização desse corpo enquanto instrumento. O que é importante no contexto da mulher escravizada é que esse corpo continue funcionando, não precisa ser respeitado, ouvido, alimentado, cuidado só precisa continuar operando e quando isso deixa de acontecer será substituído.

Todos esses imaginários sociodiscursivos aqui retratados podem ser enxergados também no pós-abolição, mesmo que agora associados a outros aspectos da vida. São esses imaginários que deram substância para a criação de expressões como “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”, que circularam por muito tempo nas conversas entre brasileiros. Uma frase que tem como objetivo elucidar qual a posição dada a cada tipo de mulher na sociedade brasileira. Dentro de uma lógica patriarcal e escravista, as mulheres são vistas como utensílios que possuem uma função predeterminada. Nessa estrutura, a mulher branca continua dentro dos imaginários destinados a ela de mulher do lar, aquela que deve constituir uma família e viver ao lado do seu marido. A mulata continua sendo associada ao sexo e a negra retinta permanece como um objeto de trabalho.

Além da objetificação das mulheres, de forma geral, e da sexualização da mulher negra, em particular, essa expressão remete ainda a um tipo de gradação do tom de pele que impõe um certo

valor (ou a falta dele) a essas mulheres e ajuda a determinar qual é a função de cada uma delas. Considerando o significado inicial e tradicionalmente aceito da palavra mulata, que remete à filha mestiça de preto(a) com branco(a), que possui muitas vezes a pele mais clara e se aproxima mais fisicamente dos brancos, vemos por que é essa mulher que deve ser usada para a satisfação de desejos sexuais. A mulata é aquela que não era vista socialmente como totalmente branca e nem como totalmente negra. A sua imagem se aproxima mais fisicamente do imaginário sociodiscursivo de “mulher ideal” da cultura branca/europeia, pois ela passou por um processo de embranquecimento que a deixou com a pele mais clara e o cabelo não tão crespo quanto as negras retintas. Ao mesmo tempo, por ainda possuir características de mulher negra, ela carrega consigo a sexualização de seu corpo que a coloca como mais atraente que a mulher branca quando se trata do desejo sexual. Em síntese, a figura da mulata carrega consigo a ideia de beleza que adquire ao se aproximar mais da mulher branca e o imaginário sociodiscursivo da sensualidade por ser negra.

Em contrapartida, é a mulher negra retinta aquela que não se encontra dentro dessa escala do embranquecimento e que é menos valorizada ao estar mais distante do padrão branco que deve ser destinada ao trabalho. Sendo possível perceber, nos tempos atuais, que a mesma lógica da época da escravidão é seguida, de forma que a mulher branca continua na mesma posição, algumas negras são objetos sexuais enquanto outras seguem destinadas apenas ao trabalho.

E é justamente esse lugar do trabalho pesado e da sexualização que por muito tempo foi imposto às mulheres negras, que Gonzalez (2020) explica o desenvolvimento econômico brasileiro, dado a partir de uma divisão racial do trabalho, que manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, com uma concentração desproporcional dos negros nos setores agrícolas, de construção civil e de prestação de serviços, conforme mostra o

censo de 1980. Se acrescentarmos essa situação ao que Carneiro (2020) chama de divisão sexual do trabalho, que coloca as mulheres em geral como aquelas que trabalham nas posições mais marginalizadas da sociedade, vemos o reflexo da tríplice discriminação da mulher negra ao passo que juntando a divisão racial e sexual ela se torna membro do grupo que é mais explorado.

Esse aspecto pode ser observado nas pesquisas realizadas por Carneiro (2020) em que ela estuda a situação socioeconômica da mulher negra nos anos 1980. De acordo com esse trabalho, as pessoas negras desenvolviam serviços considerados de menor prestígio social, aqueles ligados fundamentalmente às ocupações manuais, de forma que atividades de maior valor social era destinado às pessoas brancas.

As mulheres negras se encontravam em uma posição ainda mais marginal e subalterna, posto que mesmo após um período de ascensão das mulheres em geral dentro do mercado de trabalho, que foi observado dos anos 1960 a 1980, a “comparação entre os dados referente às mulheres negras, brancas e amarelas, revela o acesso diferenciado no mercado de trabalho segundo a cor, e o confinamento a que a mulher negra está destinada nos setores do baixo-terciário” (Carneiro, 2020, p. 26).

Em sua pesquisa, a autora ressalta que muitas pessoas tendem a dizer que a situação das mulheres negras se dava pela diferença de escolaridade em que elas se encontram em relação às mulheres brancas, já que estas em média possuíam mais anos de estudo que aquelas. No entanto, os próprios estudos da autora mostram que esta não é a única razão que coloca as negras em situação de desvantagem e é importante refletir sobre o que fazia com que as mulheres negras estudassem menos que as brancas?

É nítido que no Brasil sempre existiu uma diferença entre mulheres brancas e mulheres negras e mesmo após a abolição da

escravatura esta diferença foi mantida. As pessoas negras não tiveram as mesmas oportunidades que as brancas e isso com certeza trouxe consequências para suas vidas em diferentes níveis. Muitas crianças negras não tiveram a possibilidade de estudar, pois desde cedo tiveram que trabalhar, por exemplo. Gonzalez, também de acordo com o censo de 1980, diz:

A proporção de menores negros na força de trabalho é muito maior que a de menores brancos (e estamos falando daqueles que se encontram na faixa dos dez aos dezessete anos). Por aí se entende por que nossas crianças mal conseguem cursar o primeiro grau: não se trata, como pensam alguns, de uma “incapacidade congênita da raça” para as atividades intelectuais, mas do fato de que muito cedo, têm que “ir à luta” para ajudar na sobrevivência da própria família (Gonzalez, 2020, p. 99-100).

Importante considerar também que os imaginários sociodiscursivos e estereótipos racistas a respeito delas que circulam pela sociedade, também foram determinantes para o estabelecimento das discriminações que as mulheres negras sofriam, e por vezes ainda sofrem, e que estes são motivadores de ações que trazem consequências para a vida dessas pessoas. Como é o caso, por exemplo, dos anúncios de emprego que tinham como pré-requisito “boa aparência”. Expressão que era usada como sinônimo de branquitude, visto que a estética branca é considerada como o padrão a ser seguido e como aquele que é valorizado.

Além disso, a marginalização das mulheres negras não estava atrelada somente ao tipo de atividade exercida por elas no mercado de trabalho, pois mesmo dentro do grupo de mulheres que trabalhavam nas mesmas posições subalternas que elas, elas eram menos valorizadas. Uma forma de observar isso é na remuneração financeira que cada grupo de mulheres recebia em 1980. As mulheres negras, nessa época, eram 53% da mão de obra na prestação de serviços, ao passo que as brancas eram 24,8% dela e dentro desse cenário 18,1% das mulheres negras ganhavam $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, enquanto apenas

11% das mulheres brancas ganhavam esse valor. Em contrapartida, menos de 2% das mulheres negras ganhavam de 2 a 5 salários-mínimos contra 3,6% das mulheres brancas (Carneiro, 2020).

Refletindo sobre essa situação das mulheres negras dentro do mercado de trabalho a que nos detemos, constatamos como a tríplice discriminação que elas sofrem pode ser observada dentro dessa esfera. No que se refere às mulheres negras, mesmo quase 100 anos após a abolição da escravatura ainda eram os trabalhos menos valorizados na sociedade que eram destinados a elas. O que nos mostra como mesmo após tanto tempo a situação dessas mulheres ainda não tinha sido totalmente desassociada da época da escravidão e nem dos imaginários referentes a elas, pois essas mulheres ainda eram colocadas na base da pirâmide social.

Em um estudo de 2023 acerca do trabalho doméstico (DIEESE, 2023) verificamos um cenário semelhante. No 4º trimestre de 2022, ao ser feito o recorte das trabalhadoras com carteira assinada, as trabalhadoras não negras recebiam 38% a mais do que a média salarial total da categoria, que envolve também as trabalhadoras sem carteira assinada (R\$ 1.051,00), enquanto as não negras tinham um rendimento médio mensal 46% maior do que a média da categoria. Quando se focaliza as trabalhadoras sem carteira assinada, as não brancas apresentam um rendimento quase igual à média total ((R\$ 1.042,00), ao passo que as negras recebiam quase 20% a menos do que a média.

Em uma sociedade capitalista, em que o dinheiro está diretamente relacionado a relações de poder e de valor, é possível perceber como a situação de subalternidade da mulher negra também se reflete neste sentido. Ademais, é importante destacar como esta “forte presença das mulheres negras na prestação de serviço ratifica que, tal como no passado pós-abolicionista, essa continua sendo, para as mulheres negras, a principal modalidade de atividades econômicas a que têm acesso” (Carneiro, 2020, p. 36).

De acordo com Gonzalez (2020) há um processo de exclusão dessa mulher da sociedade, um movimento que acontece para que ela permaneça na posição de inferioridade. Ela diz que a “falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela (a mulher negra) se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa posição de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca” (Gonzalez, 2020, p. 42).

Esse trabalho de doméstica, que pode ser sintetizado como prestação de serviços voltado para o cuidado da casa de outras pessoas, muito se assemelha ao trabalho da mucama que acontecia na época da escravidão. Isso porque as tarefas das pessoas neste trabalho se resumem em limpar, lavar, passar, cozinhar e muitas vezes cuidar das crianças da família. Concerne a uma profissão extremamente exaustiva, com muitas horas de trabalho pesado, com baixa remuneração e prestígio social.

Ao continuar dentro da casa de outras famílias realizando este serviço, as mulheres negras passam por um processo que mostra como elas ainda estão presas dentro de uma atmosfera que as diferenciam das mulheres brancas, deixando nítido como elas são “o Outro” dentro da sociedade. Um processo que se aproxima da mucama não somente na afinidade dos tipos de tarefas realizadas, mas também na desumanização que continua presente na falta de tempo e energia para cuidar da própria família, na dupla jornada de trabalho, na falta de dinheiro que vem com a baixa remuneração e que a impede muitas vezes de suprir suas necessidades básicas e de sua família.

O fato de essa profissão ter sido regularizada de acordo com as leis trabalhistas brasileira somente em 2012 nos mostra mais um aspecto em que ela se aproxima do trabalho da mucama, pois se tratando de uma função que não era vista como um trabalho como todas as outras perante a sociedade e a lei, assemelhava-se à época da escravidão.

Contudo, cabe destacar como o fato de as mulheres negras ainda estarem nesta situação marginalizada se relaciona com os imaginários sociodiscursivos relacionados a ela desde a época da escravidão, pois, mesmo após a abolição, o Brasil continuou sendo um país com uma cultura colonial dominante e dentro dela as imagens das mulheres negras como corpos direcionados para o trabalho pesado, como mulheres fortes e sexualizadas ainda se faz presente.

Foi o imaginário sociodiscursivo persistente da mulher negra como objeto sexual que deu origem à mulata enquanto uma figura de mulher negra sexualizada que funcionava quase como uma profissão e que por muito tempo foi realizada por jovens negras que exibiam seus corpos em boates, restaurantes, hotéis, entre outros espaços, sempre com a perspectiva erótica e sensual. Concerne a uma atividade desenvolvida:

Por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais, mas como provas concretas da “democracia racial” brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas (Gonzalez, 2020, p. 59).

As mulatas eram tratadas como uma subcategoria de modelo, trabalhavam a princípio se apresentando para homens, em grande parte brancos e estrangeiros. Com o decorrer do tempo, a figura delas foi se tornando uma espécie de “produto de exportação”, uma forma de mostrar a beleza das mulheres brasileiras que estava presente em vários lugares. Entretanto, com frequência em locais já considerados de alguma maneira inferiores ou marginalizados, colocando essas mulheres negras em uma categoria secundária, como sensual, exótica e imoral. Nunca em posições sociais consideradas de prestígio.

Gonzalez (2020, p. 165, grifos da autora) ressalta que “quando se analisa a presença da mulata na literatura brasileira e na mídia,

sua aparência física, suas qualidades eróticas e exóticas é que são exaltadas. Essa é a razão pela qual ela nunca é uma *musa*, que é uma categoria da cultura". E isso nos mostra como mais uma vez é a questão do corpo da mulher negra que aparece em destaque a partir da sexualização.

Portanto, assim como no trabalho da doméstica, o estabelecimento da figura da mulata também tinha como pressuposto manter as mulheres negras em uma posição de marginalidade e tinha como base os imaginários sociodiscursivos da época da escravidão. No entanto, eles aparecem a partir de uma nova aparência que tenta ocultar uma essência racista.

Na figura da mulata, as mulheres negras continuaram a serem vistas como mercadoria, assim como no período escravocrata, pois elas tiveram os seus corpos vendidos como um objeto sexual para o entretenimento de outras pessoas, o que muitas vezes não foi visto dessa forma, adquirindo outros aspectos ao ser mascarado pelo dinheiro que estas mulheres ganhavam, mas também pelo falso caráter positivo dessa posição. Muitas mulheres ficavam felizes ao serem vistas como mulatas e não da forma com que outras mulheres negras eram vistas na época.

Por meio dessa síntese que fizemos até o momento sobre as representações das mulheres negras no Brasil, verificamos como alguns aspectos marcaram de maneira muito forte a forma com que elas são vistas. A desumanização, a sexualização e a objetificação, que por muito tempo foram impostas às mulheres negras, acabou por fixar-se nos imaginários dessas mulheres de alguma maneira.

Contudo, é imprescindível evidenciar que as mulheres negras possuem características que vão muito além desses imaginários e estereótipos impostos a elas. Apesar de os imaginários sociodiscursivos sobre as mulheres negras aqui retratados ainda continuarem presentes na nossa sociedade, novos imaginários têm sido construídos com o decorrer do tempo.

O movimento negro brasileiro juntamente com o feminismo negro, a partir de um longo processo histórico de resistência, tem se organizado e se unido em favor das lutas pelos direitos dos homens e mulheres negros brasileiros e pela libertação deles das relações de exploração e opressão. E essa luta tem contribuído para que mulheres negras consigam se libertar do enclausuramento das discriminações de raça e gênero, fazendo com que essas mulheres possam ocupar novas posições e lugares, indo além daqueles impostos a elas.

Ainda que exista uma longa caminhada de luta contra a dominação patriarcal racista para que a desigualdade seja superada, vemos com frequência mulheres negras em posições sociais que vão além daquelas relacionadas aos imaginários sociodiscursivos racistas e sexistas no que se refere a elas, indo além dos lugares que lhes são impostos. O que contribui ativamente para a construção de novos imaginários em relação às mesmas.

E, levando em consideração que os imaginários sociodiscursivos não são conceitos fixos, uma vez que tem como base as representações sociais que estão sempre se atualizando a partir dos novos significados que as coisas do mundo vão adquirindo com o passar do tempo e com as mudanças histórico sociais, novos imaginários sobre as mulheres negras estão sendo criados a todo momento e novas perspectivas, para além das racistas e sexistas, as quais poderão ser introduzidas a eles.

A POPULAÇÃO NEGRA E O DISCURSO LITERÁRIO

O discurso literário no Brasil desde seus primórdios, reverbera as estruturas sociais e as relações de poder que se dão no nosso país. Desde as primeiras obras literárias consideradas partes

da literatura brasileira pela historiografia literária, é possível observar um predomínio da elite branca, seja em relação às culturas representadas nelas, aos personagens ou, até mesmo, a autoria, já que somente as produções feitas pelos homens brancos eram consideradas literatura a partir dos requisitos impostos naquela.

Quando olhamos para o passado da literatura brasileira, observamos que por muito tempo os povos negros quase não apareciam nas produções literárias, ou, pelo menos naquelas consideradas verdadeiramente parte dessa literatura, ou seja, as obras canônicas. Além de não fazerem parte delas como autores. Segundo Eduardo de Assis Duarte (2013):

Examinados os manuais – componente significativo dos mecanismos estabelecidos de canonização literária – verifica-se a quase completa ausência de autores negros, fato que não apenas configura nossa literatura como *branca*, mas aponta igualmente para critérios críticos pautados por um formalismo de base eurocêntrica que deixa de fora experiências e vozes dissonantes, sob o argumento de não se enquadrarem em determinados padrões de qualidade ou estilos de época (Duarte, 2013, p. 146, grifo do autor).

No momento em que começaram a ter mais presença nas obras literárias, os povos negros eram retratados por meio da visão da branquitude e a partir da perspectiva predominantemente racista que dominava na época. Luiz Silva, mais conhecido pelo pseudônimo de Cuti, explica que “a literatura brasileira de brancos vai se pautar pela tarefa de reforçar os estereótipos da vida cotidiana, cuja função era a de impedir a autoestima do africano escravizado e de sua descendência (Cuti, 2010, p. 64). Como personagem, Duarte pontua que “o negro ocupa um lugar menor na literatura brasileira. Na prosa, é um lugar muitas vezes inexpressivo, quase sempre de coadjuvante ou, mais acidentalmente no caso dos homens, de vilão. E isto desde os começos de produção letrada no país” (Duarte, 2013, p. 147).

No que tange às mulheres negras, como personagens elas compõem as produções literárias desde o seu início, especialmente a partir de uma representação estereotipada ligada à sensualidade e ao racismo (Duarte, 2009). A contar das poesias de Gregório de Matos, datadas do século XVII, já é possível perceber esse aspecto. Sobre as poesias dele, Angela Teodoro Grillo (2013) afirma:

A mulata tem a beleza enaltecida, mas necessariamente unida à lascívia; a mulher de pele mais escura é relacionada à feitura, inveja, intriga ou bondade submissa. Algumas vezes os adjetivos utilizados não seguem a ordem. A mulata pode aparecer como bonita e invejosa, assim como a negra surge como feia e propensa a luxúria - como Maria Viegas. Importa ressaltar que raramente a imagem da negra está livre de qualidades pejorativas (Grillo, 2013, p. 78-79).

O que nos mostra como os imaginários sociodiscursivos a respeito das mulheres negras como ser sexualizado e das mulheres negras de pele escura como mais inferiorizada do que as de pele clara, já retratados neste trabalho, se faziam presentes também na esfera literária.

Essa representação da mulher negra vai perdurar por muitos anos dentro das "grandes" obras da literatura brasileira. A título de exemplo, podemos citar as obras de José de Alencar, que desde *O Guarani*, lançado em 1857, é possível perceber a visão eurocêntrica que divide as mulheres em "anjos" e "morenas ardentes"; *O Cortiço*, de 1890, escrito por Aluísio de Azevedo, em que podemos notar a partir de personagens como Rita Baiana, a representação da mulher negra como sedutora e destrutiva, detentora de uma sexualidade animalesca; e as personagens negras femininas de Jorge Amado, que aparecem como mulatas assanhadas que possuem uma vontade desenfreada pelo desejo masculino (Duarte, 2009).

Em contrapartida, nas produções de escritores e escritoras negros, como Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, Lima Barreto e

Cruz e Souza, o homem e a mulher negra aparecem humanizados para além de imaginários sociodiscursivos e estereótipos racistas. Trata-se de obras que trazem uma visão diferente daquela apresentada pela branquitude, trazendo novas perspectivas que vão de encontro às produções dos escritores brancos.

Contudo, é importante ressaltar que eles “exprimem em alguns de seus textos o desconforto em face do preconceito racial, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, o fizeram de forma isolada, afastados de qualquer organização coletiva com o mesmo sentido” (Cutti, 2010, p. 63). A perspectiva racista que dominava o país impedia que as obras de escritores e escritoras negras tomassem uma grande dimensão e, principalmente, que o conteúdo delas fosse visto como detentor do valor que possuem pela maior parte da sociedade.

Entretanto, mesmo dentro dessa conjuntura, esses autores se tornaram precursores de um discurso literário que viria a se tornar mais sólido com produções de outros autores negros e negras que aos poucos ganhariam espaço na cena literária e na sociedade, de modo que os povos negros deixaram de se fazer presente, na maioria das vezes, apenas como personagens para atuarem de forma mais constante também como sujeito autor. Inicia-se, desse modo, a constituição de um discurso de reconstrução da imagem dos povos negros no Brasil, no qual a população negra começa a desconstruir um lugar de fala tido como pertencente à branquitude e a construir uma enunciação literária que também pertence aos homens e mulheres negros. Nas palavras de Nascimento:

[...] a partir do instante em que o negro começa a se conscientizar de sua existência real, dar voz àquilo que enuncia e participar efetivamente de uma comunidade discursiva, cuja finalidade é exteriorizar um modo singular de ver-se a si mesmo, o outro e a sociedade brasileira (Nascimento, 2021, p. 392).

É o que acontece nos poemas de Lino Guedes, em que as personagens femininas aparecem como singelas, meigas e lindas; de Solano Trindade, nos quais a beleza e a sensualidade são associadas às mulheres negras, porém, na perspectiva de crítica social e denúncia; das personagens femininas do teatro de Abdias do Nascimento e nas obras presentes na série Cadernos Negros que surgiu em 1978 dando visibilidade a muitas escritoras negras (Duarte, 2009).

De acordo com Fernanda Figueiredo (2009) que tem como foco a autoria e representação das mulheres negras nos Cadernos Negros, autoras como Conceição Evaristo, Lia Vieira, Elizandra Souza, Miriam Alves, Neusa Maria Pereira, Geni Guimarães, Esmeralda Ribeiro e Sônia Fátima da Conceição, são algumas das que tiveram nessa publicação coletiva uma oportunidade de propagar suas obras e que nela essas mulheres:

[...] vão rompendo com as barreiras, qual agulhas nas mãos tecelãs, ora com pontos apertados da crítica, ora com pontos finos mas firmes da poesia. Elas soltam as mãos e os olhares em seus teares, formando, aos poucos, nova roupagem para a literatura brasileira: a literatura afro-brasileira de autoria feminina. O papel das escritoras é escrever e inscrever a memória do povo negro pelo olhar de dentro; um olhar que recusa as omissões que a sociedade brasileira, sob a égide do mito da democracia social e racial, impôs e ainda impõe à população afro-brasileira (Figueiredo, 2009, p. 105).

A produção de homens e mulheres negras tem feito com que uma outra forma de enunciação literária, marcada pela negritude e suas culturas e histórias, ganhe espaço dentro campo discursivo da literatura na sociedade brasileira. Como vemos nas análises no capítulo a seguir.

3

***OLHOS
DE AZEVICHE:***

UMA ANÁLISE
SEMIOLINGUÍSTICA

Neste capítulo, apresentamos as autoras dos contos analisados, de modo a melhor caracterizar o sujeito autor do discurso literário afro-brasileiro. Logo após, são analisados os contos: *Amnésia*, de Eliana Alves Cruz; *Muita trovoada é sinal de pouca chuva*, de Elizandra Souza; e, por fim, *Transmutação*, de Hildália Fernandes do livro *Olhos de Azeviche* (Lima *et al.*, 2021) com base no contrato de comunicação, o modo de enunciação narrativo e os imaginários sociodiscursivos presentes nos contos selecionados.

AS AUTORAS

ELIANA ALVES CRUZ

É uma mulher negra que nasceu no Rio de Janeiro em 1966 e é formada em Jornalismo pelo Centro Universitário da Cidade, UniverCidade (1989). Estreou na literatura com a publicação do romance *Água de Barrela* (2016). Um livro fruto de uma pesquisa de cinco anos sobre a história de sua família desde os tempos da escravidão. Em 2015, o livro foi contemplado com o primeiro lugar no Prêmio Oliveira Silveira, um concurso promovido pela Fundação Cultural Palmares. A obra conta a história de homens e, principalmente, mulheres negras de sua família que trabalhavam com os afazeres domésticos, sobretudo lavando e passando roupas, na casa de sinhás e patroas brancas. A narrativa se passa desde o Brasil colônia até o início do século XX.

Seu segundo romance foi lançado em 2018 e é intitulado *O Crime do Cais do Valongo*, trata-se de um romance histórico-policial que busca resgatar memórias a respeito da população negra brasileira. A história gira em torno da investigação do aparecimento do corpo de um negociante da região do Valongo em uma viela carioca

e é narrada por um homem e uma mulher negra, trazendo uma riqueza de detalhes sobre o período escravocrata brasileiro.

Já o seu terceiro romance, *Nada digo de ti, que em ti não veja* (2020) também se passa no Rio de Janeiro, nele temos uma história que trata de temas não muito comuns em narrativas históricas, como a transexualidade e as “fake news”. Além disso, trata-se de uma história de amor forte e verdadeiro. Por fim, o seu último romance é denominado *Solitária*, lançado em 2022. Ele chama atenção para a exploração do trabalho doméstico no Brasil ao contar a história de uma empregada doméstica que vive na casa da patroa com sua filha, trazendo à tona os resquícios das relações entre sinhás e mucamas do período escravocrata.

Além dos romances, Eliana também publicou um livro de contos em 2022, chamado *A vestida*, que foi o vencedor do 64º prêmio Jabuti. Ela também já escreveu contos que fazem partes de algumas antologias, como os *Cadernos Negros* em 2016 e 2017 e *Olhos de Azeviche*. Com foco no público infantil, ela escreveu e publicou também os livros *A copa frondosa da árvore* (2019) e *O desenho do mundo* (2022).

Eliana Alves Cruz é uma presença forte na literatura afro-brasileira contemporânea. Ela publicou muitos livros que conversam diretamente sobre as questões de raça e gênero no Brasil. Além disso, ela possui uma grande presença na internet, pois constantemente dá entrevistas em canais de sites como o Youtube, falando diretamente com as mulheres e homens negros, tanto sobre as suas obras publicadas quanto sobre outros assuntos que giram em torno das questões raciais.

ELIZANDRA SOUZA

É escritora, poeta, editora, jornalista e técnica em Comunicação Visual. Ela nasceu em 1983 na periferia de São Paulo e cresceu

em Nova Soure, na Bahia. Iniciou sua trajetória na escrita com seus diários pessoais e publicou suas primeiras poesias por meio do fanzine de sua autoria chamado *Mjiba*, que circulou entre os anos de 2001 e 2005.

Publicou a sua primeira obra, *Punga*, em 2007 em coautoria com Akins Kintê. Neste livro eles trazem poesias sobre o cotidiano e questões de raça e gênero. Apresentando um lado feminino, através dos escritos de Elizandra, e outro masculino, por meio da produção poética de Akins.

Já em 2012, ela publicou o livro *Águas da Cabaça* por meio do programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) da Secretaria de Cultura do Municipal de São Paulo. A obra conta com poesias da autora que trazem questionamentos sobre o lugar das mulheres negras na sociedade brasileira.

Em 2021 lançou o livro autobiográfico chamado *Quem pode acalmar esse redemoinho de ser mulher negra?* que conta com cinquenta poemas que retratam a trajetória poética da autora, além de tratar de aspectos como as questões de raça, gênero e ancestralidade. Além dessas produções Elizandra também participou da publicação de antologias como *Orikis Sarau das Pretas* (2023) *As meninas maluquinhas* (2021) *Cadernos Negros*, entre outras.

Para além da sua atuação na literatura, Elizandra Souza é também ativista cultural há 20 anos, trabalhando na difusão do jornalismo cultural da periferia e da literatura negra feminina. Contribuindo muito para o cenário artístico e cultural afro-brasileiro nos últimos anos.

HILDÁLIA FERNANDES

Nasceu em Salvador em 1971 e é escritora, professora e educadora. Além disso, é mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB) e realiza pesquisas científicas a respeito das mulheres

negras, com foco no cabelo como símbolo identitário e na escrita feminina negra.

Hildália possui suas produções literárias publicadas em obras como o *Diário do Escritor* (2015) na antologia *A matriz da palavra: o negro em prosa e verso* (2015) e nos *Cadernos Negros* (2013 e 2015).

O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

Como vimos anteriormente, o contrato de comunicação pode ser entendido como uma organização estabelecida para que uma dada comunicação aconteça e seja bem-sucedida. Para tanto, temos como envolvidos os sujeitos e as estratégias que se desenvolvem dentro de uma dada situação de comunicação.

Quando pensamos no contrato estabelecido no que se refere ao livro *Olhos de Azeviche*, verificamos que ele se dá a partir de uma estrutura narrativa construída por meio de uma criação ficcional. Por conta disso, usamos aqui como base do estabelecimento desse contrato o modo de encenação narrativo proposto por Charaudeau (2019).

Como um dos sujeitos envolvidos na situação de comunicação temos a sujeita autora³, que nesse caso são as escritoras que conceberam os contos. A sujeita autora, por sua vez, possui uma identidade social construída por meio dos seus textos, de quem são como pessoa e da forma com que elas agem perante a sociedade, já que esses aspectos interferem diretamente na forma com que são vistas enquanto autoras dos contos.

3 Optamos por utilizar as categorias propostas por Charaudeau (2019) no feminino, pois dessa forma há uma melhor identificação das pessoas envolvidas neste contrato de comunicação.

Todas as autoras dos contos selecionados já publicaram diferentes textos, sejam eles ficcionais, não ficcionais, poéticos e, até mesmo, científicos (como no caso de Hildália Fernandes). Esses textos publicados por elas projetam uma imagem a respeito delas enquanto autoras, posto que trazem consigo características que podem dizer sobre as mesmas.

Os textos escritos anteriormente por elas possuem um ponto de vista sobre as coisas do mundo que pode aparecer de forma implícita ou explícita dentro deles. Ao produzirem obras que falam sobre as pessoas negras e as suas culturas com uma perspectiva antirracista, por exemplo, essa óptica recai sobre as autoras, que passam a serem vistas também como antirracistas devido ao discurso que produziram.

Outro fator que também influencia muito na construção dessa identidade social é quem são as autoras do discurso em si e quais imaginários sociodiscursivos a imagem física delas traz à tona na sociedade. Ao se tratar de mulheres negras, inúmeros imaginários e representações são evocados e passam a integrar a identidade social, sejam eles negativos ou positivos. Sendo o Brasil um país majoritariamente patriarcal e racista, é improvável que esses aspectos deixem de impactar a identidade da autora nesse contrato de comunicação.

E, para além da aparência física, a forma com que elas agem em sociedade também compõem essa identidade. Se elas participam ou não de eventos públicos, como agem nesses locais, o que falam e como falam, as roupas e penteados que usam, a presença ou ausência nas redes sociais etc. fazem parte desse quadro. Ao usarem seus cabelos crespos e cacheados e aparecerem em eventos públicos que tem como foco a literatura e/ou as culturas afro-brasileiras, as autoras contribuem para a criação de uma imagem sobre elas de quem se interessa pelo assunto e o valoriza.

Considerando todos esses aspectos, observamos algumas características da sujeita autora desse contrato de comunicação que compõem a sua identidade social. Trata-se de uma sujeita autora que pode facilmente ser identificada como feminina, negra, antirracista, que carrega imaginários sociodiscursivos ligados aos povos negros e que, portanto, carrega consigo uma herança que contém elementos bons e ruins a respeito do passado escravocrata brasileiro.

Como um outro sujeito deste contrato, que também possui uma identidade social, identificamos o leitor real. Embora o texto possa ser lido por qualquer pessoa e por inúmeras razões, existem algumas características que podemos identificar como mais ou menos prováveis de compor a identidade social desse sujeito. Isso porque é preciso considerar que o livro, meio em que se encontra esse discurso, é considerado parte da literatura afro-brasileira e que o fato dele ter sido escrito por mulheres negras e isso vir apresentado logo na capa do livro, já faz com que um tipo de filtro seja criado. Desse modo, quem não se interesse minimamente pela temática negra e pelo que as mulheres negras têm a dizer já se afaste desta obra.

Sendo assim, pessoas pertencentes a branquitude acrítica (Cardoso, 2010) por exemplo, dificilmente serão leitoras desse discurso. Salvo os casos em que se busque na leitura dele objetivos relacionados a constatação de crenças racistas em que acreditam. Para além disso, é possível constatar também, que o sujeito leitor real deste discurso pode ter diferentes características que compõem a sua identidade social, podendo possuir diferentes idades, classes sociais, raça, escolaridade etc., mas sempre uma pessoa que possui interesse nas histórias relacionadas aos povos negros e as suas culturas.

Já como leitor destinatário, aquele leitor considerado pelo narrador no momento de criação/enunciação do discurso, podemos pensar aquele sujeito que irá, primeiramente, compreender o código linguístico e a linguagem em que o discurso está sendo construído. Dessa maneira, o leitor destinatário é aquele que precisa ter um certo nível de conhecimento da língua portuguesa.

Além disso, ele é também aquele que, assim como leitor real, possui algum grau de interesse na literatura afro-brasileira e pela vida e perspectiva negra, principalmente feminina. E, considerando a situação de marginalidade dada aos povos negros no Brasil e os imaginários sociodiscursivos de cunho racista e machista que aqui circulam sobre eles, constatamos também que o narrador vê nesse leitor destinatário alguém que pode possibilitar uma ressignificação da forma com que os negros e negras são vistos pelas outras pessoas ao ter contato com o que ele está escrevendo.

Por fim, o último sujeito envolvido nesse contrato de comunicação é o narrador, aquele que conta as histórias que se passam no discurso. Esse narrador pode ser entendido como um desdobramento da sujeita autora e possui uma identidade discursiva que se dá nas tramas da narração. Nos contos, ele assume uma identidade feminina, por se tratar de um desdobramento das autoras, e outras duas formas: a de um narrador que narra a história de um ponto de vista exterior aos acontecimentos e como quem viveu a situação e a conta a partir de uma perspectiva interior na trama.

Todos esses sujeitos agem dentro do contrato a partir do que é imposto pela situação de comunicação, que exige que estratégias sejam elaboradas e seguidas para que os objetivos propostos com a comunicação sejam atingidos.

Por se tratar de um discurso literário da literatura afro-brasileira contemporânea, já é possível perceber por meio dessa característica alguns dos objetivos que são propostos no discurso literário afro-brasileiro, como a valorização das culturas e histórias dos povos negros. Além disso, podemos observar também um outro objetivo que este discurso carrega, que é valorizar e dar voz às escritoras negras e enriquecer a diversidade cultural, conforme consta no site da Editora Malê na descrição que é feita do livro.

Para que eles sejam atingidos, observamos o estabelecimento de estratégias como a escolha de uma sujeita autora com

identidade negra e feminina bem-marcada, a utilização de uma linguagem clara e acessível aos falantes da língua portuguesa e a mobilização de novos imaginários sociodiscursivos sobre os povos negros, principalmente das mulheres.

Os aspectos envolvidos nessa situação de comunicação fazem com as mulheres negras, assim como as culturas dos povos negros, estejam no centro. Isso porque é preciso se interessar pelo discurso construído por essas mulheres, com toda a herança que ele carrega, para que a comunicação aconteça.

Desse modo, o discurso literário estabelecido nos contos é diferente dos que por muito tempo se sobressaíram na enunciação literária brasileira de maneira geral, já que aqui as mulheres saem do local de dupla discriminação (Gonzalez, 2020) em que costumam ser colocadas para ocuparem o centro da narrativa e aparecerem também como enunciadoras desse discurso. Além disso, são criadas perspectivas sobre as mulheres negras, deixando de lado saberes de crença de que as mulheres negras não são inteligentes o suficiente para produzirem obras literárias e que os povos negros não têm riqueza cultural que possa ser partilhada também por meio deste tipo de discurso.

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NO CONTO *AMNÉSIA*

Este conto retrata o encontro da personagem Jussara com a sua versão do passado ainda criança, de modo que a protagonista passa por alguns momentos de reflexão sobre a sua vida. Nesse encontro, são rememorados acontecimentos marcantes da vida dela e algumas características de suas duas versões são descritas na narrativa, fazendo com que alguns imaginários sociodiscursivos

a respeito da personagem possam ser observados. Verificamos no decorrer do conto as seguintes características a respeito de Jussara:

Quadro 3 - Características da Jussara do passado

"pouca carne, muito osso" (p. 24)
"cabelo sem alisamento" (p. 24)
"despida de roupas de grife" (p. 24)
"12 anos de idade" (p. 24)
tem a cicatriz viva de um corte feito com faca de cozinha (p. 26)
acha que elas (Jussara adulta e criança) enriqueceram (p. 27)
"roupa surrada e maior que o seu número" (p. 27)
"cabelo sem xampus e cremes caros" (p. 27)
"sapatos com sola descolando" (p. 27)
"unhas no sabugo" (p. 27)
"pele manchada por alguma verminose" (p. 27)
tinha vontade de ir à praia que via na TV (p. 27)

Fonte: Das autoras (2024).

Quadro 4 - Características da Jussara do presente

casada (p. 23)
bem empregada e conceituada em sua profissão (p. 23)
trabalha muito (p. 23)
Está grávida (p. 23)
"na casa dos 30 e alguma coisa" (p. 23)
cobrada pela sociedade para ser mãe (p. 23)
sente-se na obrigação de se sentir maravilhosa (p. 24)

sente medo em relação a maternidade (p. 25)
quer visitar o Caribe (p. 25)
possui cabelo alisado (p. 25)
considerada uma profissional agressiva (p. 25)
raramente reflete sobre o passado / não consegue acessar lacunas da memória (p. 26)
tem uma pequena cicatriz do corte feito com a faca de cozinha quando criança porque fez uma plástica para apagá-la. (p. 26)
não se considera rica (p. 27)
possui xampus e cremes caros (p. 27)

Fonte: Das autoras (2024).

As descrições da personagem nos fazem criar uma imagem a respeito de quem Jussara é como uma mulher negra e nos faz perceber um contraste entre quem é a Jussara do presente e quem ela era no passado. Essa dissemelhança se dá por meio dos diferentes imaginários sociodiscursivos que são evocados pelas características que são apresentadas. A Jussara do passado possui atributos que remetem majoritariamente a um imaginário sociodiscursivo de mulher negra marginalizada e a Jussara do presente tem sua imagem relacionada a imaginários que vão contra isso.

As descrições da Jussara criança estão relacionadas ao imaginário da mulher negra marginalizada porque trazem consigo três aspectos que muito se associam a quem está nessa posição social, que são aquelas pessoas que são excluídas socialmente, culturalmente, politicamente e economicamente. Colocadas à margem, ou seja, “de lado” pela sociedade, não sendo vistas e nem consideradas como cidadãos que merecem e precisam de todos os direitos constantes na Constituição Federal, de maneira que ficam impedidas de acessar os direitos básicos.

O primeiro aspecto da caracterização da Jussara criança que se relaciona com a marginalização social é a questão de se tratar de uma criança que não possui aparência de uma pessoa saudável. Logo que aparece no conto ela é descrita da seguinte maneira: “Era ela mesma em pouca carne, muito osso, cabelo sem alisamento e despida de roupas de grife” (Lima *et al.*, 2021, p. 24). A forma com que esse enunciado é construído, de maneira a evidenciar que a menina foi reconhecida pela sua versão mais velha por estar ali “em pouca carne” e “muito osso”, suscita efeitos de sentidos ligados à falta de saúde, dado que ela não é descrita apenas como uma pessoa magra, o que revelaria outros efeitos de sentido.

Ao relacionar a figura da criança com muitos ossos e pouca carne, um dos efeitos de sentido que podem ser despertados no leitor é a criação de uma relação entre Jussara e a desnutrição, uma vez que uma pessoa com esse tipo de problema de saúde é comumente associada ao estereótipo de alguém com os ossos muito aparentes no corpo e cobertos por uma fina camada de pele.

Além disso, a falta de saúde da personagem é mais uma vez apontada no conto quando é trazida a informação de que ela possuía “os sapatos com a sola descolando; as unhas ‘no sabugo’ e a pele manchada por alguma verminose” (Lima *et al.*, 2021, p. 27, grifo nosso). O que, mais uma vez, produz o efeito de sentido de que ela tinha problemas relacionados aos cuidados com a saúde, provavelmente causados pelas condições em que vivia no cotidiano, já que se trata de problemas relacionados a má alimentação e más condições de cuidado com alimentos, água ou com o próprio corpo.

Esses fatos que são trazidos no conto sobre a Jussara criança, criam uma representação dela como alguém que está em uma situação de baixa classe social, o que também aparece no segundo aspecto que se relaciona com o imaginário de mulher negra marginalizada, que é o fato de se tratar de uma criança que não possui itens básicos, como roupas e sapatos do seu tamanho. Como observado no seguinte trecho:

Jussara criança abriu os braços como que para mostrar melhor a roupa surrada maior que o seu número, o cabelo sem xampus e cremes caros que estavam em seu banheiro moderno; os sapatos com a sola descolando; as unhas 'no sabugo' e a pele manchada por alguma verminose (Lima *et al.*, 2021, p. 27).

Jussara do passado possui roupas maiores que o seu tamanho, traz consigo efeitos de sentido que podem fazer o leitor relacionar a situação da personagem a uma baixa classe social, uma vez que se ela vivesse em boas condições financeiras provavelmente usaria roupas adequadas para ela e teria sapatos de boa qualidade.

Por fim, o terceiro ponto que caracteriza o imaginário mencionado é o fato de se tratar de uma criança de 12 anos que trabalha. Essa condição em que a personagem se encontra revela uma situação de marginalidade em que ela tem um de seus direitos negados, que é o de não trabalhar e ser apenas criança. Além disso, traz à tona a situação que retrata Gonzalez (2020) conforme apresentado no referencial teórico, de que em famílias negras há um grande número de crianças que trabalham para contribuir com a renda familiar, mais do que acontece com as famílias brancas. Isso demonstra uma desigualdade marcada pelo fator raça e classe social.

Para além de ter o seu direito como criança violado, Jussara do passado se encontra ainda realizando um trabalho muito comum às mulheres negras, o de doméstica. Um trabalho que, nesse caso, vai além da limpeza da casa dos patrões, dado que em alguns momentos do conto é perceptível que ela também cozinhava e cuidava de um bebê. Como revelado nos seguintes enunciados:

1. "O bebê doente. A patroa ministrando o remédio e saindo do quarto. A criança ficando roxa. Ela gritando. A patroa voltando. O tapa em seu rosto" (Lima *et al.*, 2021, p. 28);
2. "a cicatriz ainda muito viva do corte que teve ao manusear uma faca de cozinha naquela idade" (Lima *et al.*, 2021, p. 26).

Esse trabalho a que Jussara foi submetida traz consigo algumas características que vão ao encontro do trabalho doméstico e se assemelha ao trabalho da mucama que, conforme abordado, se refere ao trabalho forçado que era realizado por mulheres negras ainda no período escravocrata. Assim como as escravizadas que trabalhavam como mucamas, Jussara não era apenas responsável pela limpeza da casa, mas também pelo filho da patroa e pela preparação de refeições. Atividades que estavam além da sua capacidade enquanto uma criança e que, portanto, não terminam bem. A primeira desencadeia a morte do bebê e a segunda o ferimento da personagem.

Outro fator importante presente neste trabalho realizado pela personagem é a agressividade. Ao ver a criança roxa, a reação da patroa é dar um tapa em Jussara. Considerando a situação em que ele acontece, esse tapa pode ser compreendido, a partir dos efeitos de sentido que ele suscita, como uma punição dada a Jussara pelo que aconteceu com a criança. Assim como acontecia com as mulheres negras escravizadas, que eram culpabilizadas e punidas pelos acontecimentos que não agradavam as sinhás.

Dentro desse quadro de acontecimentos, é possível vermos a Jussara criança ali como uma criança vulnerável na circunstância em que se encontra, vivendo em uma situação em que possui os seus direitos básicos violados, tal qual muitas mulheres negras viveram por muitos anos. O imaginário sociodiscursivo de uma mulher negra marginalizada, que se relaciona diretamente com a posição social que elas se encontram socialmente, se encontra associado a essa personagem.

Esse imaginário, por sua vez, está diretamente associado à tríplice discriminação que acomete as mulheres negras na sociedade brasileira (Carneiro, 2019) por estas serem mulheres, negras e pobres. Isso porque Jussara do passado, como uma menina negra e pobre é vista e tratada pelos outros a partir destas características que possui. Isso contribui para que ela seja colocada para trabalhar desde tão

nova como doméstica, quando tem seus direitos de criança violados e desde os 12 anos de idade tenha que assumir responsabilidades que deveriam ser atribuídas a adultos.

Considerando o passado histórico-social brasileiro e que a base dessa sociedade se constrói a partir de preceitos de cunho patriarcal e racista, a tríplice discriminação sustenta a forma com que ela é tratada pelos padrões. Um tratamento hostil, agressivo, que a desconsidera enquanto ser humano, ignora as suas necessidades, sonhos e sentimentos, que a desumaniza, assim como aconteceu com os homens e mulheres negros no passado escravocrata brasileiro, em África e em outros países em diáspora.

Outro imaginário sociodiscursivo que está atrelado a Jussara do passado é o da mulher negra sexualizada. Entretanto, esse não se dá a partir das descrições que são feitas pelo narrador a respeito da personagem, mas sim a partir da visão de uma outra pessoa sobre ela, a de seu padrão. O que pode ser observado no trecho a seguir:

Dou um quarto, comida e uma folga por semana, o quarto abafado, o medo, o pânico, Ela vai estudar, Vou cuidar de sua filha, será praticamente da família, a comida não repartida igual, as proibições, Vamos alisar esse cabelo! Tenha uma aparência decente! Toma este jaleco branco novo, o bebê crescendo, a menina crescendo, o seio crescendo, o padrão olhando, as aulas depois do expediente, as provas, a aprovação, a demissão pedida, Ingrata!, Preguiçosa!, Gente assim não valoriza o que lhe dão, Agora qualquer um quer ser doutor e doutora" (Lima et al., 2021, p. 27, grifos da autora).

Jussara, sendo uma pessoa negra do sexo feminino, é sexualizada desde muito jovem, ainda na sua transição da sua infância para a adolescência. Tal como observado no fato do padrão começar a enxergá-la por meio de um olhar que a objetifica e sexualiza, logo quando os seus seios começam a crescer. O fato de isso acontecer antes de ela se tornar uma pessoa adulta e dentro da casa em

que ela trabalhava como doméstica, nos mostra mais uma vez a semelhança do que acontecia com Jussara como doméstica com o que acontecia com as mucamas. Conforme retratado nos estudos de González (2020) era comum que elas fossem vistas a partir de um olhar dos patrões que sexualizava seus corpos e que fossem, até mesmo, abusadas sexualmente por eles.

Além disso, por se tratar de uma criança negra, percebemos como o estereótipo de que mulheres negras são extremamente sensuais e libidinosas com os homens, fazendo com que eles não resistam ao “seu charme” não se consolida nesse caso. Já que enquanto criança, que estava começando a desenvolver o seu corpo, provavelmente iniciando a puberdade (já que possuía onze anos), Jussara não tinha sua sexualidade desenvolvida para seduzir alguém. O que nos mostra como se trata de um imaginário sociodiscursivo que retrata um saber de crença sobre as mulheres negras, uma crença que afirma que essas mulheres e seus corpos são objetos sexuais dos homens.

Já no que se refere aos imaginários sociodiscursivos atrelados à Jussara do presente, por meio das características que são atribuídas a ela no conto, é possível identificar três tipos: mulher negra trabalhadora e capaz; mulher negra não marginalizada; e mulher negra humanizada. Cada um deles vai em uma direção contrária à marginalização vista na Jussara do passado, uma vez que colocam Jussara em uma outra posição social, ainda que ela continue a ser vista por meio das lentes do racismo e do machismo.

O primeiro imaginário sociodiscursivo que citamos, o da mulher negra trabalhadora e capaz, é construído a partir de alguns momentos do conto em que é ressaltado o quanto Jussara trabalhou, estudou e lutou para estar no lugar em que se encontra na vida. O primeiro trecho em que isso acontece é logo no início da narrativa, quando é dito:

Benício... ou seria Bruna? Jussara estava nesta tarefa de pensar no sexo da criança e *no tanto que ela e o marido*

Pablo estudaram e trabalharam para chegar até ali. Quando a campainha tocou, estava com tudo organizado. Ela e o marido, Pablo, finalmente haviam terminado todos os preparativos para uma viagem sonhada há muitos anos. Estavam casados, bem empregados, conceituados em suas profissões e moravam em um dos melhores bairros da cidade. Ambos estavam na casa dos 30 e alguma coisa e esperavam o primeiro filho que também era o primeiro sobrinho, neto, afilhado... (Lima *et al.*, 2021, p. 23, grifo nosso).

Verificamos que a personagem se encontra pensando “no tanto que ela e o marido Pablo estudaram e trabalharam para chegar até ali” (Lima *et al.*, 2021, p. 23). Nesse enunciado, notamos um efeito de sentido que constrói a imagem de Jussara como uma mulher que muito se esforçou para conseguir chegar ao lugar em que se encontra. Dessa forma, sua imagem é associada à de uma pessoa que trabalha muito, que não tem preguiça ou receio de trabalhar intensamente em busca de alcançar os seus objetivos.

Essa imagem que é criada é contrária ao imaginário socio-discursivo de que as pessoas negras são naturalmente preguiçosas e incapazes de conseguir desenvolver atividades tal qual as pessoas brancas conseguem. Um imaginário racista que por muito tempo circulou, e infelizmente por vezes se faz presente na sociedade. Um imaginário que está muito associado, conforme discutido na fundamentação teórica, ao processo histórico da escravização dos povos negros e a categorização dos mesmos como preguiçosos natos, conforme explica Hall (2016).

O fato de a população negra de forma geral e das mulheres negras especificamente estarem muitas vezes em posições de marginalidade social é comumente justificado por esse imaginário racista, de que elas estão neste local porque não conseguem trabalhar o suficiente para conseguirem outra posição social. Tal proposição ignora toda a estrutura social que existe para que os homens e mulheres negras não alcancem lugares que são comumente

concedidos para as pessoas brancas, aspectos como o racismo estrutural (Almeida, 2019) e o pacto narcísico (Bento, 2022).

No conto, esse imaginário sociodiscursivo racista também pode ser observado, mas não a partir da visão do narrador ou de Jussara, de modo a caracterizá-la como tal, mas por meio da visão de sua ex-patroa, que ao ficar sabendo que ela passou no vestibular diz as seguintes palavras: *"Ingrata!, Preguiçosa!, Gente assim não valoriza o que lhe dão, Agora qualquer um quer ser doutor e doutora"* (Lima *et al.*, 2021, p. 23, grifos da autora).

Esse enunciado produzido por ela retoma imaginários racistas sobre os povos negros, mostrando não só uma fragilidade por parte da branquitude que não quer ter de dividir a sua posição de privilégio branco com negros e negras que conseguem, por meio de muito trabalho e luta, chegar até ali, mas também mostra como Jussara como uma mulher negra é associada a características negativas, como à ingratidão e à preguiça.

É possível compreender, por meio desse enunciado, que Jussara é colocada em uma posição de pessoa que não pode querer ocupar espaços que normalmente são ocupados por pessoas brancas. Cria-se o efeito de sentido de que a pessoa negra está em um local de diferença, pois ela não pode ser um doutor ou uma doutora como as pessoas brancas, sendo caracterizada como "O Outro", aquele que não é branco e, portanto, não possui os mesmos direitos que ele. Todavia, não são esses imaginários racistas que predominam na narrativa. É possível perceber que se trata apenas de um saber de opinião, baseado em crenças racistas, que emerge da fala de uma personagem sobre Jussara.

O imaginário sociodiscursivo de trabalhadora e capaz prevalece e ainda aparece em outro trecho do conto. Ao discorrer sobre os sentimentos de Jussara a respeito das mudanças que seu filho ou filha trará para a sua vida, é dito que "Um medo avançava dentro da executiva tão competente" (Lima *et al.*, 2021, p. 25). Por meio

desse enunciado, compreendemos que a Jussara adulta ocupa uma posição que infelizmente ainda não é muito comum para mulheres negras, já que apenas 39,4% de mulheres negras ou pardas se encontram em cargos gerenciais, conforme mostra a pesquisa realizada pelo IBGE (2021).

O fato de ela trabalhar nessa posição reafirma a sua competência e suas habilidades como mulher negra dentro e fora do mercado de trabalho. Além disso, o uso da palavra “tão” antecedendo o adjetivo competente intensifica o sentido do mesmo, o que evidencia que além de executiva ela ainda é muito competente, o que reafirma o valor a Jussara.

Já o segundo imaginário sociodiscursivo atrelado à imagem da personagem adulta é o de uma mulher negra não marginalizada. Esse imaginário pode ser encontrado no conto a partir das posições que são ocupadas por Jussara do presente que são valorizadas dentro da sociedade patriarcal e capitalista em que ela se encontra e que contribuem para a criação da representação da protagonista como uma mulher que ocupa esses lugares valorizados socialmente e que, portanto, já não está mais em uma posição de marginalizada socialmente.

Com essas posições ocupadas por ela podemos identificar as seguintes: Jussara é uma mulher casada, bem-sucedida, vai ser mãe e vive em uma situação financeira que pode ser considerada boa. Esses aspectos sobre ela são apresentados no conto, logo em seu primeiro parágrafo, quando é afirmado:

Quando a campanha tocou, estava com tudo organizado. Ela e o marido, Pablo, finalmente haviam terminado todos os preparativos para uma viagem sonhada há muitos anos. *Estavam casados, bem empregados, conceituados em suas profissões e moravam em um dos melhores bairros da cidade. Ambos estavam na casa dos 30 e alguma coisa e esperavam o primeiro filho, que também era o primeiro sobrinho, neto, afilhado...* (Lima *et al.*, 2021, p. 23, grifo nosso).

O fato de ela ser casada constituiu uma valorização social, porque dentro de uma sociedade patriarcal, que como vimos é caracterizada pela dominância dos homens sobre as mulheres (Lerner, 2019), a mulher deve ter sempre um homem que possa “cuidar” dela, sendo responsável por desenvolver tarefas que elas supostamente não seriam capazes de fazer sozinhas. Dentro desse contexto, o casamento acaba se tornando um espaço em que esse “cuidado” pode se manifestar, se tornando uma instituição respeitada socialmente. Um respeito que em muitos casos está atrelado a saberes de crença baseados em doutrinas e religiões.

No caso de Jussara adulta, essa valorização do casamento é reforçada pela forma com que ele é retratado, uma vez que suscita efeitos de sentido que mostram como o casamento, naquele contexto, parece ser uma coisa boa para ambos. Isso pode ser observado, nos trechos em que fica nítido como eles trabalharam, planejaram e lutaram juntos para construir a vida que possuem, que trazem um senso de união para o casamento deles:

1. “no tanto que ela e o marido estudaram e trabalharam para chegar até ali” (Lima *et al.*, 2021, p. 23);
2. “Planejaram bem, juntaram dinheiro e desembarcaram com as condições para voltar com a criança vestida pelos próximos quatro anos; usufruíram de excelente hospedagem e passeios” (Lima *et al.*, 2021, p. 26).

O fato de Jussara ser bem-sucedida no trabalho também compõe esse imaginário porque mostra como ela está ocupando um lugar valorizado na sociedade capitalista. Trata-se de um cargo que requer responsabilidade para realizar funções gerenciais importantes dentro de uma empresa e que por muito tempo era realizado apenas por homens, e que ainda não é muito ocupado por mulheres negras, conforme supracitado acima nesta seção.

Justamente o fato de se tratar de um cargo de grande relevância e responsabilidade faz com que seja associado à figura masculina,

já que o patriarcado garante que os homens sejam colocados como as pessoas ideais para estarem em posições de destaque e liderança como esta. Dentro desta conjuntura, esta posição consequentemente se torna valorizada socialmente, uma vez que é realizada por aqueles vistos como competentes e capazes no mundo do trabalho.

Essa posição ocupada por ela não se relaciona diretamente com as ocupações que por muito tempo foram atribuídas às mulheres negras, como as profissões dos setores de baixo-terciário que eram destinadas a elas, conforme Carneiro (2020). Ao ser uma executiva, Jussara se afasta dos imaginários sociodiscursivos de cunho negativos atrelados a profissões menos valorizadas socialmente e passa a fazer parte de um imaginário ligado a uma profissão fortemente valorizada.

O imaginário de Jussara como alguém que está ocupando um lugar socialmente valorizado é ampliado ainda com o fato de que ela irá ser mãe em breve. Tal como vimos no referencial teórico, Federici (2017) explica que com o estabelecimento do capitalismo houve o surgimento da instituição família e dentro dela as mulheres das famílias de trabalhadores logo tiveram que trabalhar com as tarefas domésticas e cuidando dos filhos.

Desde então, as mulheres são associadas à maternidade e com a Jussara do presente é possível ver essa relação acontecendo ao passo que existe uma cobrança a respeito da necessidade de ela ser mãe. É dito: "Ambos estavam na casa dos 30 e alguma coisa e esperavam o primeiro filho, que também era o primeiro sobrinho, neto, afilhado... *A família cobrava, os amigos sobravam, os colegas de trabalho cobravam, eles mesmos se cobravam*" (Lima et al., 2021, p. 23-24, grifo nosso).

Essa cobrança pode suscitar efeitos de sentidos relacionados ao fato de que Jussara precisava ser mãe. E, ao estar grávida, ela está indo ao encontro do que as outras pessoas desejam para ela, de

forma que acaba por adentrar, mais uma vez, em uma posição valorizada socialmente. O que se repete com o fato de que ela vive em uma situação financeira que pode ser considerada boa a partir das informações trazidas na narrativa. Essa situação aparece evidenciada no conto nos momentos em que é descrito que ela possui coisas que somente uma pessoa estando bem financeiramente poderia ter:

1. “moravam em um dos melhores bairros da cidade” (Lima *et al.*, 2021, p. 23);
2. “Se fosse honesta com seus desejos, estaria rumando para uma praia no Caribe, mas em Miami, diziam as colegas, o enxoval sairia por menos da metade do preço, e comprariam nas melhores lojas” (Lima *et al.*, 2021, p. 25);
3. “A piscina era do edifício e não se considerava rica. No entanto, para a menina de 12 anos que fora, estavam num palácio”;
4. “Jussara criança abriu os braços como que para mostrar melhor a roupa surrada maior que o seu número, o cabelo sem xampus e cremes caros que estavam em seu banheiro” (Lima *et al.*, 2021, p. 27).

Por meio do enunciado número 1, verificamos que ela mora em um dos melhores bairros da cidade, ou seja, em um lugar também valorizado socialmente. No enunciado 2, fica evidente que a personagem está planejando uma viagem para outro país, algo que não costuma fazer parte da vida de pessoas que passam por dificuldades financeiras.

No número 3, é exposto características do lugar em que ela mora, o que mais uma vez traz consigo o efeito de sentido de se tratar de um lugar associado a pessoas com uma boa condição financeira. Também é reafirmado por meio da comparação da opinião que a Jussara do passado tem sobre o lugar com a da Jussara do presente, para a criança que vive em condição de baixa classe social, aquela

casa é um palácio, ou seja, um lugar de pessoas muito ricas e valorizadas pela sociedade.

Já o enunciado 4 nos traz a informação de que no banheiro de Jussara adulta existem produtos caros de higiene, o que traz enquanto efeito de sentido a certeza de que ela possui dinheiro suficiente para investir neste tipo de produto, o que mais uma vez reafirma a sua posição social enquanto alguém que está fora de uma classe social baixa.

Todos esses aspectos mencionados constituem o imaginário sociodiscursivo de Jussara como uma mulher negra em uma posição socialmente valorizada e a coloca em um local que, conforme retratado no referencial teórico, por muito tempo não foi associado a mulheres negras.

Por fim, o último imaginário que podemos observar associado a Jussara é o de uma mulher negra humanizada. Este, por sua vez, pode ser identificado a partir das descrições e caracterizações que são feitas da personagem na idade adulta. Ao falar da protagonista a narradora ressalta os seus sentimentos e dilemas, mostrando assim a sua humanidade.

A primeira vez que eles são evidenciados no conto é quando é dito:

Chegara o momento de aumentar a família. Escreveu em sua rede social: *Sentindo-se maravilhosa*. Pensou em pôr um ponto de interrogação ao final da frase, mas duvidou de seus motivos para duvidar. A campainha soou outra vez. Devia ser a moça que entrevistaria para babá de Benício... ou seria Bruna? Absorta em seus pensamentos e sentimentos secretos dúbios sobre maternidade, mas na obrigação de "sentir-se maravilhosa" (Lima *et al.*, 2021, p. 24, grifo da autora).

Nesse excerto, é notório que a personagem está passando por um momento de questionamento de seus sentimentos. Ao dizer

que está se sentindo maravilhosa em uma rede social, a dúvida vem a sua mente no momento em que ela oscila entre colocar ou não uma interrogação ao final da frase. Se ela transformasse a afirmação em uma pergunta ficaria nítido para todo o seu grupo de amigos na rede social que havia algo que a impedia de ter certeza de que se sentia tão bem vivendo o momento em que vivia.

Considerando o contexto em que a personagem vive no conto, em que ela é uma mulher casada, status que é muito valorizado na sociedade patriarcal em que vivemos hoje, bem-sucedida, que vive em um apartamento em um dos melhores bairros da cidade e que possui uma boa situação financeira, e comparando-o com os imaginários sociodiscursivos relacionados às mulheres negras, que tratamos no referencial teórico, é possível perceber que ela se encontra em um lugar que normalmente não é associado às mulheres negras na sociedade brasileira.

No entanto, Jussara está vivendo em uma posição social que é valorizada na nossa sociedade patriarcal e capitalista. Algo que poderia ser visto por ela dessa forma e que a faria, portanto, se sentir maravilhosa conforme dita os moldes sociais. Apesar disso, no conto é ressaltado que ela não se sente assim e que ela, inclusive, sente coisas que não são valorizadas em pessoas no lugar que ela ocupa, como pode ser observado no enunciado que diz que “Um medo avançava dentro da *executiva tão competente*” (Lima et al., 2021, p. 25, grifo nosso).

Esse sentimento de medo é atrelado à maternidade que, por sua vez, remete a imaginários sociodiscursivos como o da mãe preta e da mulher negra cuidadora. Entretanto, nesse caso eles aparecem não ligados a características colocadas como inatas a essas mulheres tal como comumente se manifestam, mas sim subvertidos, já que Jussara não se sente pronta para cuidar de seu futuro filho ou filha. Indo contra a ideia presente nesses imaginários de que mulheres negras estão sempre prontas para cuidar de bebês e outras pessoas.

Ao ressaltar os sentimentos de Jussara dentro do contexto em que ela vive há na narrativa a presença do imaginário sociodiscursivo da mulher negra como um ser humano, pois, independentemente da posição social que a protagonista ocupa, ela não aparece representada como um corpo sexualizado, instrumento de trabalho, sem sentimentos e preocupações. Mas sim como um ser humano sente coisas, independente do lugar que ocupa socialmente ou do que esperam dela.

Importante ressaltar ainda que esse imaginário de mulher negra humana pode ser contrastado com o imaginário sociodiscursivo da mulher negra desumanizada, seja ele relacionado a figura da mucama, da mulata, da mãe preta ou da escrava de eito, uma vez que todas essas remetem a representação da mulher negra como apenas um corpo que está à disposição para servir as pessoas brancas e não como um ser humano integral, com todo tipo de sentimento e que pode ocupar diversos espaços e praticar diversas atividades.

Retomando os imaginários sociodiscursivos aqui retratados sobre a personagem Jussara, trazemos abaixo um quadro com os imaginários identificados neste conto.

Quadro 5 - Imaginários sociodiscursivos do conto *Amnésia*

Jussara criança:	Jussara adulta:
mulher negra marginalizada	mulher negra não marginalizada
mulher negra sexualizada	mulher negra humanizada
	mulher negra trabalhadora e capaz

Fonte: Das autoras (2024).

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NO CONTO *MUITA TROVOADA* *É SINAL DE POUCA CHUVA*

Nesse conto, a personagem Ziana, uma mulher negra, conta as experiências que teve no período em que se envolveu romanticamente com um homem chamado Claus. Ela descreve a forma como o conheceu, porque se interessou por ele, os encontros que tiveram e como era a relação dos dois. Durante a narrativa alguns imaginários sociodiscursivos a respeito de Ziana são construídos, como o de mulher negra sexualizada, de mulher negra sexualmente livre e o de mulher negra independente.

O primeiro deles é construído por meio das atitudes de Claus com Ziana, pois é possível perceber mediante a elas, que ele a considera apenas como um objeto sexual à sua disposição, construindo uma visão sexualizada dela. Isso pode ser observado dentro de dois aspectos que aparecem atrelados às atitudes dele: 1) o fato de ele demonstrar interesse por ela apenas para o sexo; 2) a forma como é tratada por ele.

O interesse sexual de Claus por Ziana pode ser percebido por meio de uma sucessão de acontecimentos que se dão na narrativa e que, juntos, configuram esse tipo de interesse por parte dele. O primeiro momento em que há indícios de que as intenções dele para com ela são apenas sexuais se dá no primeiro encontro dos dois. Ziana conta:

Muitas luas se passaram até que marcamos de nos reencontrar. Fui até sua casa, ele foi muito receptivo e me ofereceu um licor de jenipapo. A conversa caminhava para algo mais íntimo quando ele me interrompeu: - Ziana, independente do que acontecer aqui, eu não quero compromisso. Prontamente, eu respondi: - Não me lembro

de tê-lo pedido em casamento. Claus ficou um pouco sem graça. Começou a me beijar e, como eu não estava disposta ao atrito, me guiei pelo desejo e pelo calor dos nossos corpos (Lima *et al.*, 2021, p. 38).

A fala de Claus ao dizer que não quer compromisso com Ziana, por meio do enunciado: “Ziana, independente do que acontecer aqui, eu não quero compromisso” (Lima *et al.*, 2021, p. 38) nos traz efeitos de sentidos que demonstram o caráter do interesse de Claus por ela. Isso porque ao dizer que “independente do que acontecer” ele não quer algo mais sério com ela é criado o efeito de sentido de que não existe nenhuma possibilidade de que isso aconteça, mesmo que coisas muito boas aconteçam naquela noite.

O fato de Claus ressaltar isso evidencia que suas pretensões com Ziana já estão definidas e elas são mais fortes do que qualquer acontecimento possível dentro daquele momento em que estão juntos. Ficam subentendidas as suas reais intenções, que são expostas logo em seguida, já que a seguir ele começa a beijá-la e eles têm uma relação sexual.

Outro momento na narrativa em que as intenções de Claus ficam evidentes é durante o segundo encontro deles. Após passar um tempo com ela no samba ele a convida para um lugar “mais à vontade”, conforme podemos observar no enunciado a seguir:

Claus falava tanto que eu ficava me perguntando como ele não se sufocava. Lembrei de minha vó, ‘peixe morre pela boca.’ Como grilo falante, falou, falou, falou... Até que perguntou para onde eu iria após o samba. - Para casa. Ele se adiantou e sugeriu que ficássemos em um lugarzinho à vontade, que estendêssemos mais o momento (Lima *et al.*, 2021, p. 39).

O fato de que ele a convidou para um motel propondo que eles estendessem o momento, conforme dito na citação, cria efeitos de sentidos que não se relacionam somente com objetivos sexuais,

ainda que ele esteja presente, já que se trata de um convite para um lugar em que as pessoas vão para praticar esse tipo de ação.

A expressão “estender o momento” abre possibilidades de diferentes produções de sentidos. O que é demonstrado na narrativa por meio da forma com que Ziana pensa naquele momento, pois ela diz: “Pensei que poderia ser interessante dormir agarradinha, me divertir um pouco, transar, gozar. Sou solteira e “a noite é uma criança” (Lima *et al.*, 2021, p. 39).

Entretanto, essas hipóteses de outras interpretações para o convite são negadas assim que eles chegam ao motel, um pouco mais adiante na narrativa, já que antes mesmo de fecharem a porta do quarto ele já começa a beijá-la. Ela conta que: “Entramos no quarto e, antes de fechar a porta, quando me virei, Claus já estava em riste e foi me beijando, me abraçando por trás. “Nossa! Para quem nem pegou na minha mão na rua, este homem parece outro” (Lima *et al.*, 2021, p. 40).

Essa atitude dele atrelada a outros acontecimentos que ocorreram naquela mesma noite no motel, como o fato de ele ter começado a dormir com os braços cruzados se recusando a abraçá-la logo após o ato sexual, demonstram que o objetivo dele era apenas sexual. Não acontecer em nenhum momento algum tipo de interação entre eles para além da sexual, porque ele se recusou a isso, o que confirma esse efeito de sentido.

As atitudes de Claus demonstram como ele a via, como um objeto que poderia lhe proporcionar o prazer sexual e ajudam a construir a representação de Ziana como uma mulher sexualizada no conto. Todavia, esse imaginário é consolidado na narrativa com a junção da forma com que ela é tratada por ele a esses acontecimentos.

O relacionamento dele com Ziana se dá de uma forma em que duas características se destacam no que tange à forma com que ele a trata, sendo a primeira a falta de consideração das necessidades

e vontades da protagonista e a segunda com falta de carinho e afeto para com ela.

Em relação à primeira maneira, ela pode ser observada ainda no segundo encontro deles. Durante o samba é perceptível que a relação que ele estabelece com ela desconsidera as suas necessidades e vontades. Ela conta:

E lá fui eu para o samba. Ele, muito animado, cantava todo o repertório, bebericava sua cerveja e nem me ofereceu um refrigerante. Estranhei o comportamento, mas não precisava nem do dinheiro e nem da oferta dele. Fui molhar as palavras com um copo de vinho desses baratos e bem doces. Claus falava tanto que eu ficava me perguntando como ele não se sufocava. Lembrei de minha vó, 'peixe morre pela boca.' Como grilo falante falou, falou, falou... Até que perguntou para onde eu iria após o samba (Lima *et al.*, 2021, p. 39).

Nesse trecho, fica nítido a forma com que Ziana se sentiu durante o samba e a forma com que foi tratada por Claus naquele momento. Pode-se perceber que ele estava confortável naquele ambiente, ao passo que ele "muito animado, cantava todo o repertório, bebericava sua cerveja" (Lima *et al.*, 2021, p. 39). Entretanto, por meio da narração dela percebe-se que ele não se preocupou com o bem-estar da mesma, já que é dito que ele "bebericava sua cerveja e nem me ofereceu um refrigerante" (Lima *et al.*, 2021, p. 39). Enunciado que mostra a ação dele de maneira indiferente ao que Ziana poderia ou não querer e/ou gostar naquele momento.

Ademais, a falta de consideração por parte dele das necessidades dela pode ser vista também no fato dele falar o tempo todo, conforme aparece no enunciado anterior. Esse ocorrido pode suscitar diferentes efeitos de sentido, entre eles o de que dessa forma não é dada a ela a possibilidade de falar e ser ouvida naquele momento, já que ele estava se ocupando falando sem parar.

Ao não dar possibilidade para que ela se expresse, Claus demonstra, mais uma vez, não se importar com os seus sentimentos e demandas. Isso se repete ainda no segundo encontro quando eles estão no motel e ele finaliza a relação sexual antes que ela fosse prazerosa de alguma maneira para ela, indo dormir logo em seguida. Ao fazer isso ele não a considera como parte integrante daquela relação e como alguém que também gostaria de sentir prazer naquela relação. Conforme narrado no trecho a seguir:

Sempre pensei que “quem está na chuva é para se molhar”. Entrei no clima e começamos o sexo, mas quando estava a caminho de ficar melhor, ele gozou. Perguntei o que havia acontecido e ele se explicou: ‘Preta, gozei rápido porque estou cansado, é a primeira vez que isso acontece, deve ser porque eu bebi um pouco, sei lá assim, sobra mais tempo pra gente ir conversando e você também é muito gostosa...’ Sem conseguir responder, fui tomar banho. Quando voltei, ele dormia. E eu, com a adrenalina a milhão, deitei ao seu lado e pensei que era ‘apenas um descanso para o segundo round.’ Mas Claus começou a roncar e, naquele momento, agradeci por ser apenas um encontro casual. E assim seguiu boa parte da madrugada. Eu não conseguia dormir, era uma noite fria, com muita trovoadas. Ele dormiu com seus braços presos ao próprio corpo. Tentei desatá-lo, mas ele resmungou e virou para o outro lado (Lima *et al.*, 2021, p. 40).

Claus a enxerga como alguém que está ali para satisfazer os seus desejos sexuais, não rompendo com o imaginário de um corpo atrelado aos seus desejos. Essa representação de Ziana como um corpo sexualizado é ainda reforçada nesse trecho com a fala de Claus ao se justificar pelo acontecido. Ele diz: “Preta, gozei rápido porque estou cansado, é a primeira vez que isso acontece, deve ser porque eu bebi um pouco, sei lá, sobra mais tempo pra gente ir conversando e *você também é muito gostosa...*” (Lima *et al.*, 2021, p. 40, grifo nosso).

Esse enunciado remete não só ao imaginário da mulher negra sexualizada, mas também como lasciva, uma vez que dizer que ela “é muito gostosa” (Lima *et al.*, 2021, p. 40) em sua justificativa cria o efeito de sentido de que essa é a razão das coisas terem ocorrido daquela maneira. Decorre daí uma associação de Ziana, mais uma vez, a um imaginário que tem suas raízes no período escravocrata brasileiro, como explica Sueli Carneiro afirmando que “a sociedade colonial e escravista contribuiu imensamente para a criação do mito de mulheres quentes, atribuído, até hoje, às negras e mulatas pela tradição oral e disseminado no meio intelectual através da literatura” (Carneiro, 2020, p. 154).

Ao dar essa justificativa, Claus tenta se isentar de qualquer responsabilidade pelo acontecido, responsabilizando-a tal qual ocorre com as mulheres negras desde o período escravocrata. “A mulher negra é mostrada como responsável por atrair o homem com seus dotes, envenenando-o, embriagando-o e isentando-o de qualquer culpa, afinal de contas, ela é “irresistível” (Carneiro, 2020, p. 154).

Já a segunda forma com que Claus trata Ziana, sem carinho e afeto, pode ser observada em dois momentos. O primeiro é na ida dos dois para o motel. Ziana conta:

Aceitei sem rodeios. Seguimos lado a lado, como dois desconhecidos. Chegamos ao motel sugerido por Claus, que mencionou já ter frequentado o local. A taxa era paga na entrada. Antes que eu me oferecesse ele foi logo dizendo: - Vamos dividir, né? - Claro que sim. Mas minha vontade era pagar toda a entrada. ‘Que deselegante’, pensei. Ele poderia ter sido mais gentil. Poderia ter esperado a minha reação, já que não admito ser bancada (Lima *et al.*, 2021, p. 39).

Observamos nesse fragmento que não há uma relação de carinho e afeto entre eles, pois eles seguem pelas ruas como “dois desconhecidos” (Lima *et al.*, 2021, p. 39) o que contra o imaginário de como as pessoas se comportam quando estão em um encontro, que

normalmente gira em torno de situações em que há demonstrações públicas de que as pessoas estão em um relacionamento. Ação que se repete mais adiante quando na recepção ele age com falta de gentileza para com ela, o que evidencia, mais uma vez, um tratamento não muito comum em encontros de cunho romântico.

O segundo momento em que esse tipo de tratamento é reproduzido é quando Claus dorme após a relação sexual e não se propõe nem a abraçá-la. Para além do já abordado anteriormente, esse momento mostra também essa falta de carinho e afeto para com ela, que pode ser vista por meio da descrição de Ziana daquela noite, ela afirma que: “Ele dormiu com os seus braços presos ao próprio corpo. Tentei desatá-lo, mas ele resmungou e virou para o outro lado” (Lima *et al.*, 2021, p. 40).

O ato de dormir com os braços presos ao corpo e de resmungar e virar para o outro lado quando ela tenta abraçá-lo suscita efeitos de sentido que vão ao encontro da ideia de que ele realmente não queria se envolver com ela para além da relação sexual que eles tiveram. Não há ali uma abertura para carícias e afeto.

As formas com que Claus enxerga e trata Ziana que foram analisadas aqui se afastam, de maneira geral, dos imaginários socio-discursivos comumente associados a relacionamentos amorosos, ainda que casuais. É comum vermos esse tipo de relação sendo associadas a manifestações de carinho, respeito e gentileza, além de aspectos de cunho sexual.

A maneira com que ele a vê e a sua forma de tratamento para com ela, nos mostra como ele a olha de forma sexualizada, o que faz com que o imaginário de mulher negra sexualizada seja atrelado a Ziana e construído dentro do conto por meio das suas atitudes.

Esse imaginário, por sua vez, carrega consigo pressupostos racistas, machistas e sexistas que são baseados em saberes de crença fundamentados na convicção de que as mulheres negras são

objetos sexuais e não seres humanos com necessidades e desejos. É perceptível que mesmo depois de tantos anos da abolição da escravidão os mesmos pressupostos que regem a expressão supracitada “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” ainda se fazem presentes na sociedade brasileira, já que as mulheres, sobretudo as negras, ainda são vistas pela perspectiva masculina como objetos com funções determinadas e de maneira sexualizada.

No que se refere aos outros dois imaginários sociodiscursivos a respeito de Ziana que são construídos no conto, o de mulher negra sexualmente livre e o de mulher negra independente, podemos observá-los por meio da forma com que ela age nos seus encontros com Claus e na maneira com que ela pensa a respeito de si mesma.

A representação da personagem como uma mulher sexualmente livre pode ser percebida, no momento em que ele a convida para ir ao motel, pois ela diz: “Pensei que poderia ser interessante dormir agarradinha, me divertir um pouco, transar, gozar. Sou solteira e ‘a noite é uma criança.’ Aceitei sem muito rodeio” (Lima *et al.*, 2021, p. 40).

Ao demonstrar seus pensamentos a respeito do convite feito por Claus no enunciado anterior, ela evidencia quais são os seus interesses com aquele encontro, que são dormir agarradinha, se divertir, transar e gozar. Aspirações que são diferentes das esperadas para as mulheres em uma sociedade patriarcal, já que se espera que elas estejam sempre em casa se dedicando ao cuidado de suas famílias e zelando pelo lar. Conforme explica Silvia Federici (2017) com a instituição da família a mulher passou a ser associada aos afazeres domésticos e cuidados dos filhos e do marido.

O mesmo imaginário está presente quando ela quer sentir prazer na relação sexual e deixa isso nítido para ele no momento em que eles estão vivendo. Quando Ziana diz: “Entre no clima e começamos o sexo, mas quando estava a caminho de ficar melhor,

ele gozou. Perguntei o que havia acontecido” (Lima *et al.*, 2021, p. 40) isso fica evidente, ao passo que ela o questiona a respeito dele ter gozado antes dela realmente sentir prazer ao perguntá-lo o que havia acontecido.

A pergunta dela ressalta que há algo errado naquela relação, mostrando que a forma com que ela está sendo tratada ali não a agrada e que ela quer mais do que aquilo, que ela também quer ser considerada naquela relação. O imaginário de sexualmente livre é associado a Ziana, já que suas atitudes se distanciam das representações associadas às amarras do patriarcado, que impõe uma “manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres” (Lerner, 2019, p. 390). Uma supremacia que se estende a todas as esferas da vida em sociedade, inclusive a sexual, instituindo que até mesmo no sexo as mulheres não são iguais aos homens e, portanto, não tem as mesmas necessidades que eles.

Além disso, esse imaginário rompe também com o imaginário sociodiscursivo da mulher negra sexualizada porque nele ela é vista como uma mulher em diferentes nuances e não apenas como um objeto sexual à disposição dos homens, de maneira que é introduzida a noção dessa mulher como mais humana, alguém que quer e merece sentir prazer.

Por fim, o último imaginário sociodiscursivo a respeito de Ziana encontrado no conto, o de mulher negra independente, é construído por meio de três momentos. O primeiro é quando Claus diz a ela que independente do que aconteça ele não quer compromisso. A respeito desse momento ela conta:

A conversa caminhava para algo mais íntimo quando ele interrompeu: - Ziana, independente do que acontecer aqui, eu não quero compromisso. Prontamente, eu respondi: - Não me lembro de tê-lo pedido em casamento. Claus ficou um pouco sem graça. Começou a me beijar e, como eu não estava disposta ao atrito, me guiei pelo desejo e pelo calor dos nossos corpos. [...] Após o

vuco-vuco, como diz uma amiga, fiquei por pouco tempo na casa dele. Algo que me incomodava ali. Ele me levou até o ponto de ônibus e fui embora, pensando no que ele falou. Não entendi por que ele tinha certeza de que eu queria algo mais sério, como se nós, mulheres, não pudéssemos ter encontros casuais... Essa certeza hétero irritante ou a supervalorização da própria companhia me incomodava (Lima *et al.*, 2021, p. 38, grifos da autora).

Esse trecho suscita diferentes efeitos de sentido, dentre eles o de Ziana como uma mulher independente, uma vez que ela se coloca como livre dentro da situação em que vive com Claus, rompendo com as amarras do patriarcado que afirmam que as mulheres precisam de um homem/marido e que, portanto, estão sempre atrás de um. Ao dizer “Não me lembro de tê-lo pedido em casamento” (Lima *et al.*, 2021, p. 38) Ziana salienta que uma mulher estar em uma relação não significa que ela almeja que aquilo gere um casamento, mostrando-se como alguém que não depende dele.

A mesma ideia é reforçada na narrativa quando ela fala: “Não entendi por que ele tinha certeza de que eu queria algo mais sério, como se nós, mulheres, não pudéssemos ter encontros casuais... Essa certeza hétero irritante ou a supervalorização da própria companhia me incomodava” (Lima *et al.*, 2021). Por meio desse enunciado ela evidencia que mulheres podem sim ter encontros casuais, diferentemente do que pensam os homens heterossexuais e outros grupos de pessoas.

Além disso, nesse enunciado ela quebra com a expectativa colocada socialmente de como as mulheres deveriam agir, já que afirma que é “como se nós, mulheres, não pudéssemos ter encontros casuais” (Lima *et al.*, 2021, p. 38). Assim, faz referência à noção de cunho patriarcal de que as mulheres deveriam “ser para casar” e que não deveriam se submeter a encontros casuais com finalidades apenas de diversão.

De modo geral, é como se ela estar ali já fosse interpretado como busca de um casamento porque é inaceitável que como mulher ela esteja em uma situação como aquela em busca de outros objetivos. Ainda que dentro dessa relação ela não seja vista por Claus como uma possível esposa, como já analisado nesta seção, já que ele a enxerga apenas de maneira sexualizada, a partir de saberes de crença de cunho racista.

Esses excertos mostram como dentro da sociedade brasileira mulheres brancas e negras são vistas de forma diferentes, uma vez que a sexualização, o racismo e a dupla discriminação (Gonzalez, 2020) sofridas pelas mulheres negras dificulta que elas sejam consideradas como possíveis esposas, ainda que para mulheres de forma geral seja imposto o casamento.

Outro momento em que podemos ver o imaginário de uma mulher negra independente sendo construído na narrativa é quando eles estão no samba. Claus não oferece nada a Ziana e ela resolve ir ela mesma comprar sua bebida. Nesse momento da narrativa ela conta: “Ele, muito animado, cantava todo o repertório, bebericava sua cerveja e nem me ofereceu um refrigerante. Estranhei o comportamento, mas não precisava nem do dinheiro e nem da oferta dele. Fui molhar as palavras com um copo de vinho desses baratos e bem doces” (Lima *et al.*, 2021, p. 39).

Ao dizer que “não precisava nem do dinheiro e nem da oferta dele” (Lima *et al.*, 2021, p. 39) ela rompe com a lógica patriarcal de que mulheres precisam que os homens estejam sempre no comando porque eles possuem mais capacidades para tal e constrói para si a imagem de uma mulher que não depende de outras pessoas para suprir as suas necessidades. Sendo assim, ao afirmar que ela não precisa dele e buscar sua própria bebida, resolvendo a questão e cuidando de si mesma, esse efeito de sentido é consolidado.

O que é reafirmado um pouco mais adiante na narrativa, quando eles chegam ao motel, pois ao ser questionada sobre a

divisão do pagamento da conta ela afirma que “Ele poderia ter sido mais gentil. Poderia ter esperado a minha reação, já que eu não admito ser bancada” (Lima *et al.*, 2021, p. 39). Não admitir ser bancada cria o efeito de sentido de que ela consegue custear a sua própria vida e que é autossuficiente nesse sentido, o que vai ao encontro da imagem de uma mulher independente.

Por fim, o último momento em que esse imaginário aparece no conto é quando ela resolve ir embora e o deixar sozinho no motel. Ao fim do conto ela declara: “Não pensei duas vezes, me vesti, fui embora e fiz do provérbio de minha vó um mantra “muita trovoada é sinal de pouca chuva” (Lima *et al.*, 2021, p. 40). Quando ela afirma não ter pensado duas vezes antes de partir, cria-se o efeito de sentido de que ela não teve dúvidas a respeito dessa sua decisão, mostrando-se mais uma vez de maneira independente de Claus.

O imaginário sociodiscursivo de mulher negra independente, de maneira geral, rompe com os saberes de crença patriarcais que julgam a mulher de maneira inferior e dependente dos homens. No conto, a personagem Ziana é livre dessas determinações, sendo representada como alguém independente deles, como uma mulher livre para se relacionar como quiser, capaz de fazer o que quiser por si mesma e independente de outras pessoas financeiramente.

Por fim, como uma forma de retomar e sintetizar os imaginários sociodiscursivos presentes neste conto, apresentamos o quadro abaixo.

Quadro 6 - Imaginários sociodiscursivos do conto
Muita trovoada é sinal de pouca chuva

Pela perspectiva de Claus:	Pela perspectiva de Ziana:
Mulher negra sexualizada	Mulher negra sexualmente livre
Mulher negra dependente do homem	Mulher negra independente

Fonte: Das autoras (2024).

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NO CONTO *TRANSMUTAÇÃO*

Nesse conto, é narrada a história de uma mulher negra colecionadora de canetas. Durante a narrativa é exposto aspectos sobre a vida dessa mulher, de modo que são evidenciados os seus objetivos com a sua coleção, algumas características dela e da sociedade em que ela vive. A partir disso, são construídos três imaginários sociodiscursivos a respeito da mesma, sendo eles: o de mulher negra transcendental, mulher negra frágil e mulher negra ancestral.

O primeiro deles, o de mulher negra transcendental, é construído por meio de dois sentidos diferentes do transcender: 1) o de superar as dificuldades da vida; 2) de ir além do que esperam dela, excedendo expectativas. O primeiro deles pode ser observado nos enunciados em que a narradora do conto afirma:

Quando se envolvia com alguém, sempre mulheres incríveis, a sua alma vagava, saía do corpo e viajava por campos de girassóis, sobrevoava oceanos e retornava à Terra Natal, ao seu solo de origem e das bravas e destemidas mulheres que a antecederam. Lá, sim, ela era inteira, completa, se (re) abastecia das suas e com Elas. O àse, força vital, era então recuperado, fortalecido, renovado, para que só assim pudesse retornar, suportar e superar as agruras pelas quais, ininterruptamente, parecia fadada a passar, transpor e, obrigatoriamente, transcender! (Lima *et al.*, 2021, p. 50).

Nesse excerto é perceptível efeitos de sentidos que remetem a como a protagonista da narrativa busca se fortalecer em suas relações para conseguir vencer as dificuldades de sua vida. Isso pode ser observado, quando é dito que a sua força vital era recuperada depois das suas relações com outras mulheres e que a partir disso ela pode “retornar, suportar e superar as agruras pelas quais, ininterruptamente, parecia fadada a passar, transpor e, obrigatoriamente, transcender!” (Lima *et al.*, 2021, p. 50).

Por meio desse enunciado, fica evidente que há uma necessidade de transcender, pois, ela não só “parecia fadada a passar” por problemas na vida, mas também a “obrigatoriamente, transcender!” (Lima *et al.*, 2021, p. 50). Considerando que se trata de uma mulher negra, pode ser relacionado com as dificuldades específicas que são enfrentadas por esse grupo de mulheres na vida em sociedade. Dificuldades essas que decorrem do fato de não serem homens e nem brancas em uma sociedade de base patriarcal e racista. Fator que traz maiores resistências para que elas tenham uma vida com os mesmos direitos que homens e mulheres brancos.

O transcender nesse caso aparece ainda diretamente relacionado com o passado, uma vez que é afirmado que ela precisa retomar, suportar e superar as agruras. Efeito de sentido que é reforçado quando, um pouco mais à frente na narrativa, é exposto que ela possui dentro dela histórias que não são só dela, mas sim da sua gente, daquelas que gritam dentro dela. Como podemos observar neste excerto:

Tantas histórias dentro dela! Tanta gente Sua gritando dentro de Si! Era preciso libertá-las para que pudessem voltar e (re)contar as histórias tão dura e longamente silenciadas. Seu nome, dado por outros que não se encontram mais neste plano, não tinha importância. Há muito deixou de ter. Tinha criado outro nome e outro mundo, e esses lhe bastavam, os do papel. Nele vivia como desejava, e no momento sempre presente, a não ser nos momentos em que o passado e as lembranças invadiam a mente e lhe obrigavam a correr para o papel antes que perdessem novamente e para sempre! Ela estava indelevelmente impregnada do ontem, das suas *sistas*, de todas que a antecederam (Lima *et al.*, 2021, p. 51-52, grifo da autora).

A afirmação de que ela tem dentro de si histórias silenciadas de outras mulheres e que existiam momentos em que o passado invadia sua mente, deixa evidente a relação que há com o passado negro. Um passado que está entranhado nela, ao passo que é dito que

“ela estava indelevelmente impregnada do ontem, das suas *sistas*, de todas as que a antecederam” (Lima *et al.*, 2021, p. 52, grifo da autora).

Uma ligação com o passado que, devido a aspectos sócio-históricos relacionados a população negra e os elementos do conto já citados até aqui, suscita efeitos de sentido tanto de uma relação com o processo de racialização do negro (Mbembe, 2014) que marcou os povos negros como inferior aos brancos e fez com que fossem significados sempre a partir dessa perspectiva, gerando as discriminações que as mulheres negras são sujeitadas dentro da sociedade e, conseqüentemente, muitas dificuldades enfrentadas por elas. Quanto à ancestralidade negra que se faz presente por meio da personagem, já que em diversos momentos do conto ela está em contato com as suas raízes ancestrais, buscando firmar uma conexão com aquelas mulheres que vieram antes dela. Como podemos observar no seguinte trecho:

Escrever era uma tentativa desesperada de encontrar a saída do labirinto e (re) encontrar sua família ancestral. (Re) adquirir o fio da meada que levaria de volta a ela própria e àquelas que a antecederam e tanto ensinaram sobre nobreza e idoneidade. A escrita provocava e garantia, quase sempre, o realinho ancestral, a conexão bruscamente interrompida com as suas mães, as Mulheres Pássaros, aquelas de quem não se deve provocar a ira, uma vez que sua cólera é infinita (Lima *et al.*, 2021, p. 52).

Levando em consideração que escrever é para ela, uma forma de se conectar com sua família ancestral, conforme consta no enunciado anterior, é possível perceber que é criado novamente o efeito de sentido de que a necessidade de transcender está relacionada a superar as dificuldades do passado e não em relação a superar as suas ligações com os povos negros que vieram antes dela. A protagonista busca romper com os problemas que o processo de racialização trouxe para a sua vida e para a vida da população negra. Preservando a sua ancestralidade negra.

No que se refere à segunda perspectiva de transcender que está presente no conto e que contribui para a construção do imaginário sociodiscursivo de mulher negra transcendental, a relacionada ao sentido de ultrapassar expectativas sociais, ela pode ser observada quando a protagonista se torna uma epifania. A narradora fala sobre esse momento quando diz que ela:

Vivia de emoção própria e prioritariamente, de momentos de epifania. Alimentava-se e engordava deles. Sim! Por que não? Chamar-se-ia, de agora em diante e para sempre, Epifânia, pois era disso que se tratava a sua existência e lutas diárias por sobrevivência com dignidade, mesmo que em meio aos escombros e soterrada deles, uma epifania (Lima *et al.*, 2021, p. 52).

Por meio desse enunciado, é construído o efeito de sentido de que a protagonista se torna, depois de viver vários momentos de epifania, ela mesma uma epifania. Ou seja, a revelação de algo inesperado, aquilo que não esperam dela enquanto uma mulher negra na sociedade. Mais adiante na narrativa são expostas características dela, enquanto Epifânia, que demonstram como a sua existência realmente se tornou algo diferente do que costuma ser esperado para mulheres negras, o que reforça esse efeito de sentido. É dito que:

Só? Nunca! Ela, agora Epifânia, por tanto tempo sem nome, por não aceitar o imposto, sequer conseguia se lembrar do primeiro que nada dizia sobre a sua pessoa, que nada contava a seu respeito e sobre suas infinitas e múltiplas singularidades, particularidades e complexidades. Ela, Epifânia, se bastava. Haveria de chegar o dia que autogestaria o seu corpo e sua existência por inteiro. Queria mais do que o já alcançado, que já era muito! Queria tudo! Desejava buscar, conquistar e alcançar todo o legado produzido por suas antecessoras; compartilhar com suas contemporâneas, sobretudo as que estavam a vivenciar a infância, alvo preferido do racismo. Estava alcançando o intento. Era preciso tão somente mais algumas canetas para que as epifanias pudessem ser compartilhadas e finalmente realizar a tão sonhada inteireza de Si (Lima *et al.*, 2021, p. 53).

A afirmação de que Epifânia não se lembra do nome que tinha antes, aquele que não dizia a respeito das suas “múltiplas singularidades, particularidades e complexidades” (Lima *et al.*, 2021, p. 52) nos traz como efeito de sentido a constatação de que ela é uma mulher com muitas características únicas. Isso a ressalta como uma mulher singular e não como uma mulher negra homogeneizada, que é vista como se todas as mulheres negras fossem iguais, possuindo, por pertencer a esse grupo, características estereotipadas ou imaginários sociodiscursivos que são associadas a ele e que é apenas reduzida a isso.

Ao dizer que ela “Queria mais do que o já alcançado, que já era muito! Queria tudo! Desejara buscar, conquistar e alcançar todo o legado produzido por suas antecessoras; compartilhar com suas contemporâneas, sobretudo as que estavam a vivenciar a infância, alvo preferido do racismo” (Lima *et al.*, 2021, p. 53) tem-se como efeito de sentido a ideia de que ela é uma mulher que está em busca de conhecer toda a história e o legado daquelas outras mulheres negras que já viveram antes dela. Uma herança que, muitas vezes, não é facilmente representada na sociedade, já que a ordem patriarcal e racista dificulta para que ela não faça parte das representações dessas mulheres.

O fato de ela almejar compartilhar isso com outras mulheres, principalmente as crianças que são os maiores alvos do racismo, faz com que seja criada uma imagem dela como alguém quer mudar o “*status quo*”. Fazer com que as pessoas conheçam novas histórias, que muitas vezes foram silenciadas, e que mudanças aconteçam devido a isso. Uma posição que por muito tempo não foi, e por vezes não é associada a mulheres, principalmente negras. Já que na sociedade patriarcal é comum que essa posição de quem transforma a sociedade, atuando em um espaço de liderança, seja associada a um homem e dificilmente a uma mulher negra, devido a todo o processo sócio-histórico brasileiro.

Por meio dessas características que são relacionadas à Epifânia, verificamos como ela busca transcender também em seu próprio ser, se tornando ela mesma uma espécie de revelação inesperada e consolidando o imaginário de mulher negra transcendental. Assim, é criada uma representação dela que rompe com outros imaginários sociodiscursivos relacionados às mulheres negras, como os que abordamos no referencial teórico, já que ela se afasta do previsto para ela ao se transformar na revelação de algo inesperado, uma epifania.

Além disso, esse imaginário traz consigo a ideia de liberdade associada à vida de mulheres negras, pois, à medida que ela se torna algo fora das expectativas mostra-se que essas mulheres podem se tornar inúmeras coisas, que mesmo dentro de uma sociedade que a discrimina elas podem superar isso e ser quem quiserem ser.

No que concerne ao segundo imaginário sociodiscursivo construído no conto, o de uma mulher negra frágil, ele pode ser observado na narrativa por meio do trecho em que é enfatizado o quanto a protagonista convive com uma fragilidade, ainda que não demonstrasse isso socialmente. É dito que:

Mesmo aniquilada na alma, não dava ousadia para que soubessem dessa fragilidade acumulada. Por fora, exibia uma fortaleza intransponível, parecia não lhe faltar dignidade, amor próprio e posse de Si. Fazia disso um exercício diário, até que se transformasse em realidade. Era o esperado e cobrado das mulheres negras desde sempre, e não seria ela aquela que decepcionaria o imaginário e inconsciente coletivo. Reforçaria mais esse estereótipo para essa corporalidade de mulher negra, por mais exaustivo que fosse esse exercício (Lima *et al.*, 2021, p. 50).

Nesse excerto é possível perceber esse imaginário sendo construído em três pontos. O primeiro e o segundo podem ser observados por meio do seguinte enunciado: “Mesmo aniquilada na alma não dava ousadia para que soubessem dessa fragilidade acumulada”

(Lima *et al.*, 2021, p. 50). Ao dizer que ela estava aniquilada é construído um efeito de sentido que leva o leitor a perceber o quanto ela está em uma posição de sofrimento, pois a palavra “aniquilada” traz consigo o sentido de destruição e ruína, levando a associação da sua alma a essa situação. De modo que assim é criada a primeira representação de Epifânia enquanto frágil.

O segundo momento em que podemos ver essa representação é quando é dito que ela “não dava ousadia para que soubessem dessa fragilidade acumulada” (Lima *et al.*, 2021, p. 50). Nesse enunciado fica nítido que ela não só estava em uma posição de fragilidade, mas também que isso vem acontecendo há algum tempo, uma vez que se trata de algo que está acumulado. O que evidencia como essa fragilidade está associada a aspectos sócio-históricos relacionados à vida da população negra no Brasil, ao passo que não se trata de algo pontual, mas sim de uma coisa que vem de longo prazo.

Já o terceiro momento em que esse imaginário é construído é por meio do contraste, que é criado no excerto citado anteriormente, entre a forma com que ela realmente se sente e a maneira com as mulheres negras são vistas e cobradas de ser socialmente. Ela exibe uma aparência de mulher forte por ser cobrada pela sociedade disso devido ao estereótipo existente de que mulheres negras são assim, mas, na realidade não é assim que ela se sente verdadeiramente.

Trata-se de um dos aspectos abordados no capítulo um, em que a imagem cristalizada/estereótipo criado a respeito de um grupo deriva de fato dos papéis sociais que lhe são conferidos e não de uma característica realmente fixa e imutável, conforme explica Amossy e Pierrot (2022). Epifânia não é uma mulher realmente forte, mas, age como se fosse devido às situações que vive e que exigem isso dela.

Ao retratar esse fato, a narrativa traz o imaginário sociodiscursivo da mulher negra como frágil ao mesmo tempo que rompe com o de mulher negra forte, já que na própria narrativa é afirmado

que ela “Reforçaria mais esse estereótipo para essa corporalidade de mulher negra, por mais exaustivo que fosse esse exercício” (Lima *et al.*, 2021, p. 50), o que deixa nítido que se trata de um estereótipo e não de uma realidade.

Por fim, o terceiro imaginário sociodiscursivo criado na narrativa deste conto é o de uma mulher negra ancestral. Esse pode ser observado por meio de dois aspectos: 1) da conexão que Epifânia com tudo aquilo que é de base africana e que existe desde antes da escravização e do mundo em diáspora; 2) da conexão que existe entre a protagonista com mulheres negras que vieram antes dela.

O primeiro se dá por meio da sua relação com as histórias e culturas africanas. Desde o começo do conto é ressaltado que Epifânia busca adquirir as canetas para que “a escrita sobre as irmãs espalhadas e (re)unidas pelas águas diaspóricas estivesse garantida. Para que não deixassem de saber que estivemos por toda parte tramando toda sorte de coisas” (Lima *et al.*, 2021, p. 49). Ou seja, é apresentado como a escrita sobre as mulheres negras é importante para ela, ao passo que é uma forma de trazer para o presente aquilo que as mulheres negras já fizeram em diferentes locais do mundo.

Perspectiva que é reforçada mais adiante na narrativa quando é trazido que: “Tantas histórias dentro dela! Tanta gente Sua gritando dentro de Si! Era preciso libertá-las para que pudessem voltar e (re)contar as histórias tão dura e longamente silenciadas” (Lima *et al.*, 2021, p. 51). Pois quando é afirmado que havia muitas histórias dentro dela e que existe tanta gente gritando dentro dela se tem como efeito de sentido a união da personagem com aquelas que vieram antes dela, o que remete a ancestralidade.

Ao dizer ainda que “Era preciso libertá-las para que pudessem voltar e (re)contar as histórias tão dura e longamente silenciadas” (Lima *et al.*, 2021, p. 51) cria-se o efeito de sentido de que essas histórias são valorizadas dentro da narrativa e do quanto o que é

africano é importante dentro deste contexto, reforçando a ligação ancestral estabelecida.

Uma conexão que aparece ainda por meio da relação entre Epifânia e aquelas que vieram antes dela, o segundo aspecto em que podemos ver o imaginário de mulher negra ancestral sendo construído. Em diversos momentos da narrativa é citado o quanto a protagonista vivia um vínculo com outras mulheres negras. Como quando é dito:

Quando se envolvia com alguém, sempre mulheres incríveis, a sua alma vagava, saía do corpo e viajava por campos de girassóis, sobrevoava oceanos e retornava à Terra Natal, ao seu solo de origem e das bravas e destemidas mulheres que a antecederam. Lá, sim, ela era inteira, completa, se (re)abastecia das suas e com Elas (Lima *et al.*, 2021, p. 50).

Ao mencionar que ela ao se envolver com mulheres era logo transportada a sua terra natal e que lá ela se abastecia das suas e se sentia completa é criado o efeito de sentido de que há ali uma relação direta entre ela e o seu passado ancestral, de maneira que é nessa relação que ela consegue se sentir por inteiro.

Outro momento em que essa relação dela com suas ancestrais fica evidente é um pouco mais adiante na narrativa, no seguinte trecho:

Escrever era uma tentativa desesperada de encontrar a saída do labirinto e (re) encontrar a sua família ancestral. (Re) adquirir o fio da meada que a levaria de volta a ela própria e àquelas que a antecederam e tanto ensinaram sobre a nobreza e idoneidade. A escrita provocava e garantia, quase sempre, o realinho ancestral, a conexão bruscamente interrompida com as suas mães, as Mulheres Pássaros, aquelas de quem não se deve provocar a ira, uma vez que sua cólera é infinita (Lima *et al.*, 2021, p. 52).

Nesse trecho, é possível perceber como a escrita é para a protagonista uma possibilidade de conexão ancestral. O que pode

ser percebido conforme é afirmado que “provocava e garantia, quase sempre, o realinho ancestral, a conexão bruscamente interrompida com as suas mães” (Lima *et al.*, 2021, p. 52).

Essas representações de Epifânia como uma mulher conectada com a sua ancestralidade constroem o imaginário sociodiscursivo de uma mulher negra ancestral. Um imaginário que rompe com todo o processo de colonização que ocorreu com o processo de escravização, desmantelando os processos de homogeneização dos povos negros (Barros, 2014) de criação do negro como o Outro (Mbembe, 2014) de naturalização dos homens e mulheres negros como preguiçosos natos e primitivistas (Hall, 2016) com os imaginários sociodiscursivos de cunho racistas e patriarcais que marcam as mulheres negras, com a dupla discriminação (Gonzalez, 2020) que elas sofrem, entre tantos outros aspectos de base colonial. Busca-se, dessa forma, resgatar tudo aquilo que foi proibido e silenciado, como as verdadeiras histórias das mulheres negras e as culturas de origem africanas.

Retomando os imaginários sociodiscursivos aqui retratados sobre a personagem Jussara, trazemos abaixo um quadro com os imaginários identificados neste conto.

Quadro 7 - Imaginários sociodiscursivos do conto *Transmutação*

Imaginários sociodiscursivos rompidos no conto:	Imaginários sociodiscursivos presentes no conto:
Mulher negra estereotipada	Mulher negra transcendental
Mulher negra forte	Mulher negra frágil
Mulher negra sem ancestralidade	Mulher negra ancestral

Fonte: Das autoras (2024).

OS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NOS CONTOS ANALISADOS

Por meio das análises realizadas, foi possível identificar que os imaginários sociodiscursivos e as representações sociais das mulheres negras nos contos analisados em alguns casos estabelecem relações com as condições sócio-históricas que marcam a história da população negra. Entretanto, elas não se limitam a esses aspectos, de modo que trazem novas formas de representação dessas mulheres.

No que se refere aos imaginários marcados por saberes de base racista e patriarcal, constatamos que eles aparecem marcados por um olhar do outro sobre elas, o que caracteriza um olhar externo sobre as mesmas que difere da forma com que são vistas por elas mesmas, que se dá por meio de imaginários que não se constituem dessa maneira.

Assim sendo, é criada uma espécie de contraste entre os imaginários que estabelecem uma relação constante com as relações sócio-históricas marcadas pelo racismo e aqueles que rompem com essas relações, trazendo novas perspectivas sobre a população negra de forma geral e sobre as mulheres negras em particular, buscando constituir novos imaginários sobre elas.

A seguir, trazemos um quadro esquemático que expõe esse contraste:

Quadro 8 - Os imaginários sociodiscursivos das mulheres negras

Representações sociais ligadas às condições sócio-históricas marcadas pelo racismo:	Representações sociais que rompem com perspectivas racistas e patriarcais:
Mulher negra sexualizada	Mulher negra sexualmente livre
Mulher negra marginalizada	Mulher negra não marginalizada

Representações sociais ligadas às condições sócio-históricas marcadas pelo racismo:	Representações sociais que rompem com perspectivas racistas e patriarcais:
Mulher negra animalizada Mulher negra sem sentimentos	Mulher negra humanizada
Mulher negra forte	Mulher negra frágil
Mulher negra submissa	Mulher negra independente
Mulher negra preguiçosa	Mulher negra trabalhadora e capaz
Mulher negra incapaz	Mulher negra transcendental
Mulher negra sem ancestralidade	Mulher negra ancestral

Fonte: Das autoras (2024).

CONCLUSÃO

Quando se iniciou este estudo foi constatado que os discursos que circulam pela sociedade podem fazer com que se chegue às questões de raça e de gênero, de maneira a se relacionar diretamente com as questões sócio-históricas da população negra no Brasil. Tendo isso em mente e considerando que o discurso literário relaciona aspectos do real por meio de criações ficcionais, foi compreendida a importância de se estudar sobre a representação das mulheres negras na enunciação literária contemporânea.

Diante disso, tivemos como objetivo verificar como as mulheres negras são representadas no discurso literário afro-brasileiro e quais imaginários sociodiscursivos sobre a população negra são constituídos nesse discurso. Esse objetivo foi alcançado, ao passo que por meio das discussões teórico-metodológicas realizadas evidenciou-se os conflitos históricos e sociais que perpassam a existência dos homens e mulheres negros no Brasil, assim como a forma

com que eles são significados neste território, por meio do discurso literário afro-brasileiro.

O percurso realizado foi imprescindível para a compreensão da relação gênero, raça e discurso. Abordar o discurso, a Teoria Semiolinguística e os imaginários sociodiscursivos foi importante para que fosse entendido como eles se configuram, de modo a demonstrar como a linguagem pode se relacionar com os processos sociais.

A focalização na construção dos imaginários sociodiscursivos a respeito da população negra de maneira geral e das mulheres negras em particular, possibilitou o entendimento dos conflitos sociais envolvendo a população negra de maneira ampla, desde antes de chegarem às terras brasileiras até o pós-abolição. Desse modo, tivemos uma compreensão dos aspectos envolvidos na construção da representação das mulheres negras no Brasil.

Além disso, por meio das análises foi possível perceber como se dá a representação das mulheres negras no discurso literário escrito por elas, uma vez que se identificou que os imaginários sociodiscursivos a respeito delas nos contos analisados não se limitam àqueles de cunho patriarcal e racista, que se relacionam diretamente com as condições sócio-históricas que marcam a história da população negra, indo além desses e buscando criar novas representações para essas mulheres.

É importante que cada vez mais sejam realizados estudos que relacionem a análise do discurso, a literatura, as representações sociais e outras áreas de estudo. Assim, é possível ampliar o diálogo entre os estudos discursivos, a literatura e a compreensão da sociedade em que vivemos. É necessário que existam cada vez mais novas contribuições para o debate sobre essas questões, trazendo discussões que podem se desdobrar em novos debates sobre discurso, gênero e raça, que podem tanto cooperar para avanços nos estudos linguísticos quanto na compreensão de conflitos sociais que envolvem as mulheres negras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Estereótipos e clichês**. São Paulo: Contexto, 2022.
- BALBINO, Jéssica. **Elizandra Souza celebra 20 anos de carreira em livro bilíngue que conta a própria trajetória**. Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/elizandra-souza-celebra-20-anos-de-carreira-em-livro-bilingue-que-counta-a-propria-trajetoria/>. Acesso em: 12 set. 2023.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2012.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. **Dispõe sobre a organização dos desportos em todo o território nacional**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 mar. 2023.
- CAPONI, Sandra; BRZOWSKI, Fabiola Stolf; HELLMANN, Fernando; BITTENCOURT, Silvia Cardoso. O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 21, p. 78-102, 2021.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. **Revista Diadorim. Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. v. 10, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2 ed. São Paulo, Editora Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entre palavras**. Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan. /jun. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27, 2005. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 26 de maio 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. "Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional", *In*: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326, 2009. Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em: 10 de dez. 2023.

CRUZ, Eliana Alves. **Literatura Afro-Brasileira**. Ufmg.br. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/1159-eliana-alves-cruz>. Acesso em: 12 set. 2023.

CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

DATAFOLHA, **Visível e Invisível**: A vitimização de mulheres no Brasil - 3 ed. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. *In*: **Estudos e Pesquisa**. São Paulo, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2025.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **Scripta**. v. 13, n. 25, p. 63-78, 2009.

DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura brasileira. **Navegações**, v. 6, n. 2, p. 146-153, 2013.

EMEDIATO, Wander. Problemáticas contemporâneas dos estudos do discurso: por uma análise integrada. *In*: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lucia; LARA, Glaucia Muniz Proença (orgs.). **Teorias do discurso**: novas práticas e formas discursivas. Campinas: Pontes, 2020.

EVARISTO, Conceição. Chica que manda ou a mulher que inventou o mar. **Anuário de Literatura**, v. 18, p. 137-158, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Pontes Editores, 2005.

FIGUEIREDO, Fernanda de. **A mulher negra nos Cadernos Negros**: autoria e representações. 2009. 128 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECAP-7TTGA8>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FILHO, Domício Proença. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos avançados**, v. 18, p. 161-193, 2004.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro. Afeto ou ideologia: medindo polarização política no Brasil. **12º ENCONTRO DA ABCP**, 2020.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um Defeito de Cor**. 19 ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GRILLO, Angela Teodoro. De lasciva a musa: a representação da mulher negra em versos de Gregório de Matos a Mário de Andrade. **Scripta Uniandrade**, v. 11, n. 2, 2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3 ed. São Paulo, 2009.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**; Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e Willian Oliveira. - Rio de Janeiro: ED. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Belo horizonte: UFMG, 2003.

HARION, Elizandra Souza - **Literatura Afro-Brasileira**. Ufmg.br. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autoras/1054-elizandra-souza>. Acesso em: 12 set. 2023.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo; tradução Bhuvi Libanio. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

IGNOTOVA, Maria; TOCKEY, Deanne. **Gender insights report**. LinkedIn. 2018. Disponível em: <https://business.linkedin.com/talent-solutions/diversity-inclusion-belonging/gender-balance-report#form>. Acesso em: 02 de mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero:** indicadores sociais das mulheres no Brasil – 2ª edição, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Aidil Araújo *et al.* **Olhos de Azeviche:** dez escritoras brasileiras em vinte contos. Rio de Janeiro: Malê, 2021.

LIMA, Christini Roman de. A emergência da voz feminina, negra e escravizada em Um defeito de cor. **Nau literária**, v. 16, n. 2, p. 97-122, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/105873>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MACHADO, Ida Lucia. Nos bastidores da Narrativa de vida e Análise do Discurso. *In:* Ida Lucia Machado, Mônica Santos de Souza Melo (Orgs.) - **Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso** [recurso eletrônico] - Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MALÊ, Vendas. Editora Malê lança 2o volume da coletânea Olhos de Azeviche, com 10 escritoras negras brasileiras. **Malê**. Disponível em: <https://www.editoramale.com.br/single-post/editora-mal%C3%AA-lan%C3%A7a-2%C2%BA-volume-da-colet%C3%A2nea-olhos-de-azeviche-com-10-escritoras-negras-brasileiras>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

MELLO, Renata Aiala de. Especificidades e interseções entre os conceitos de imaginários sociodiscursivos, imagem de si, estereótipos e representações sociais. **Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa**, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2012.

MELLO, Renato de. Análise do Discurso & Literatura: uma interface real. **Análise do discurso e literatura**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

MIRANDA, ANA. **Xica da Silva**: a Cinderela Negra. Rio de Janeiro, 2016.

MONARI, Ana Carolina Pontalti; ARAÚJO, Kizi Mendonça; SOUZA, Mateus Ramos de; SACRAMENTO, Igor. Disputas narrativas e legitimação: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e5707, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i1.5707. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5707>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. A mulher negra na enunciação literária. **Caderno Seminal**, n. 39, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/58299>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PATEMAN, Carole. Fazendo contratos. *In*: PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2012.

SAFFIOTTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Luciana Soares da. **A mulher na política**: representação, gênero e violência no discurso jornalístico. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 230. 2013.

SOBRE AS AUTORAS

Jessiara Ribeiro Gonçalves

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Possui graduação em Letras (português e inglês) pela mesma universidade e experiência na área de estudos literários, tendo realizado projetos na área de literatura comparada, literatura contemporânea e afro-brasileira. Atualmente é professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa no ensino fundamental e médio, atuando na rede particular de ensino, e desenvolve estudos na área da análise do discurso. Além disso, é membro do grupo de estudos Discursos, Representações Sociais e Educação (DIRE).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0421687018776500>

E-mail: ribeirojessiara@gmail.com

Luciana Soares da Silva

Doutora e mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de São Paulo. Atualmente, é Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras (UFLA), exercendo a docência no curso de Licenciatura em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFLA. É líder do grupo de pesquisa Discursos, representações sociais e Educação (DIRE), dedicando-se a pesquisas sobre Análise do Discurso, ensino de língua portuguesa, formação docente, alfabetização e letramento, relações étnico-raciais, gênero e discurso pedagógico. Tem experiência docente na área da educação e de língua portuguesa, desde educação infantil e ensino fundamental até o ensino superior, tanto no âmbito governamental, na rede pública municipal de ensino de São Paulo, quanto em instituições filantrópicas e particulares.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1860731854087497>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5145-8503>

E-mail: luciana.silva@uffla.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

afro-brasileira 13, 17, 118, 121, 125, 126, 174
 análise do discurso 13, 21, 23, 36, 38, 39, 168, 169, 172, 174
 autor 18, 25, 26, 38, 39, 41, 44, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61,
 62, 67, 68, 73, 77, 78, 79, 82, 115, 117, 120

C

comunicação 12, 18, 20, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 51,
 52, 53, 54, 56, 58, 62, 120, 123, 124, 125, 126, 127
 conto 12, 51, 127, 128, 130, 131, 134, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144,
 146, 150, 151, 152, 155, 156, 158, 159, 161, 163, 165

COVID-19 44, 45, 96, 169

D

desigualdade 69, 70, 81, 84, 86, 87, 95, 114, 131
 discurso literário 11, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56,
 57, 60, 63, 65, 114, 117, 120, 126, 127, 167, 168

E

enunciação 11, 20, 21, 22, 30, 32, 33, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 60, 61,
 63, 117, 118, 120, 125, 127, 167, 173

escravocrata 15, 80, 97, 98, 100, 113, 121, 125, 132, 133, 149

EUc 32, 33, 56

EUe 32, 33, 56

I

imaginários sociodiscursivos 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 34, 35, 36,
 37, 39, 40, 46, 48, 49, 50, 62, 65, 71, 74, 82, 83, 85,
 86, 93, 95, 96, 102, 106, 109, 112, 113, 114, 116, 117,
 120, 124, 125, 126, 127, 129, 134, 139, 142, 143, 144,
 150, 151, 155, 156, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 172

L

leitor 14, 55, 56, 57, 61, 125, 126, 130, 131, 162

linguagem 9, 11, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36,
 37, 38, 39, 40, 50, 52, 53, 56, 68, 77, 125, 127, 168

literatura 13, 14, 16, 17, 50, 51, 54, 61, 66, 103, 112, 115, 116, 118, 120,
 121, 122, 124, 125, 126, 149, 168, 170, 171, 173, 174

M

machista 84, 96, 126

marginalização 67, 81, 89, 109, 130, 134

mulata 103, 106, 107, 112, 113, 116, 143, 151

mulheres negras 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 48, 65, 76, 95, 96,
 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108,
 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 120, 122, 124, 125,
 127, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 149,
 150, 154, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166,
 167, 168

O

Olhos de Azeviche 12, 17, 18, 120, 121, 123, 172

P

patriarcal 15, 16, 84, 86, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 105,
 106, 114, 124, 133, 137, 138, 142, 151, 153, 154, 157,
 160, 166, 168

população negra 11, 17, 18, 65, 76, 97, 114, 117, 120, 135, 158, 162,
 166, 167, 168

R

raça 16, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 76, 82, 97, 109, 114, 121,
 122, 125, 131, 167, 168

racismo 11, 14, 16, 48, 65, 66, 67, 68, 76, 79, 80, 81, 116, 134, 136,
 154, 159, 160, 166

representação 11, 18, 35, 37, 38, 39, 53, 55, 62, 65, 72, 74, 75, 78,
 103, 116, 118, 130, 137, 143, 146, 148, 151, 161, 162, 166,
 167, 168, 171, 173

resistência 80, 81, 104, 114

S

sexista 86

sexualização 106, 107, 113, 154

T

TUd 32, 33, 56

TUí 32, 33, 56



WWW.PIMENTACULTURAL.COM

REPRESENTAÇÕES E RESISTÊNCIAS
DAS MULHERES
NEGRAS
NO DISCURSO LITERÁRIO

